



renova
> ENERGIA



**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas**

31/12/2025

Renova Energia S.A.

Índice

	Página
Relatório da administração	2
Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	23
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	32
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	40

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.



4T25

Relatório de Resultados

RNEW3.SA
RNEW4.SA

(11) 3509-1100
www.renovaenergia.com.br
[@renovaenergiaoficial](https://www.instagram.com/renovaenergiaoficial)

Sumário

1. Geração.....	6
1.1. Produção de Energia.....	6
2. Informações financeiras.....	7
2.1. Demonstrações de Resultados.....	7
2.2. Receita Operacional.....	8
2.3. Custos Operacionais.....	9
2.4. Despesas Consolidadas.....	10
2.5. EBITDA e EBITDA Ajustado.....	12
2.6. Resultado Financeiro.....	13
2.7. Saldo PRJ.....	14
2.8. Empréstimos e Financiamentos.....	15
2.9. Fluxo de Caixa.....	15
2.10. Balanço Patrimonial.....	16
3. Estrutura Acionária.....	17
4. ESG.....	18
4.1. Ambiental, Social e Governamental.....	18
5. Riscos e Conformidade.....	21
6. Projetos e Ativos da Companhia.....	21

Mensagem da Administração

O ano de 2025 foi, para a Renova Energia, um período de respostas concretas a um ambiente exigente. O *curtailment* permaneceu em níveis historicamente elevados, limitando a conversão da nossa capacidade instalada em resultado financeiro. Além disso, a volatilidade dos preços de energia e o descolamento entre submercados NE e SE, representaram fatores adicionais de pressão ao longo do ano. Essas condições seguem como as principais variáveis a acompanhar.

Do ponto de vista operacional, a melhora dos ativos existentes se refletiu na geração bruta, que atingiu 1.489,0 GWh, crescimento de 25,0% em relação ao ano anterior. O *curtailment*, contudo, comprometeu de forma expressiva a conversão desse volume em receita: a geração líquida totalizou 1.018,4 GWh, expansão de 4,7% frente a 2024 - abaixo do que o portfólio instalado seria capaz de entregar em condições normais de despacho.

Diante desse cenário, desenvolvemos e implementamos o Projeto Satoshi - uma iniciativa pioneira no Brasil que conecta um data center diretamente a uma fonte de geração renovável própria no Brasil, com 90 MW de consumo contratado. O projeto representa uma resposta concreta ao *curtailment* estrutural, abrindo uma frente de diversificação de receita com a infraestrutura que já temos instalada. O *ramp-up* foi iniciado em dezembro de 2025, com operação plena prevista para o segundo trimestre de 2026. É uma iniciativa ainda em fase inicial de maturação, cujo impacto nos resultados será percebido ao longo do próximo ano.

No plano financeiro, a receita operacional líquida totalizou R\$ 515,0 milhões em 2025, crescimento de 98,7% frente ao exercício anterior, reflexo da ampliação da atividade comercial. O EBITDA Ajustado atingiu R\$ 94,4 milhões, com margem ainda pressionada pelos custos da gestão ativa de posições comerciais no mercado livre de energia - dinâmica diretamente relacionada ao *curtailment* e que o Projeto Satoshi busca endereçar de forma mais permanente.

Na gestão do passivo, 2025 registrou avanço relevante: a dívida bruta recuou de R\$ 1.487,7 milhões ao final de 2024 para R\$ 976,1 milhões ao final de 2025, redução de R\$ 511,6 milhões, ou 34,4%, viabilizada pelo aporte de capital via conversão de dívidas ao longo do ano. A melhora na estrutura de capital reduz o custo financeiro recorrente e amplia a capacidade de execução - embora o nível de endividamento ainda exija disciplina continuada na alocação de recursos.

No âmbito socioambiental, o primeiro edital do Renova Conecta 2030 apoiou 13 iniciativas sociais nos territórios de operação da companhia, com aporte de R\$ 315 mil, dando início à estruturação da nossa agenda de investimento social privado.

Encerramos 2025 com um portfólio de ativos mais robusto e uma estrutura de capital mais saudável do que a que tínhamos há doze meses. Uma avaliação independente atribuiu valor de R\$ 1,4 bilhão aos projetos eólicos analisados - referência que reflete a qualidade do que foi construído e que orienta as decisões de alocação à frente.

Agradecemos a confiança de nossos acionistas, parceiros, colaboradores e comunidades.

DESTAQUES

No 4T25, a companhia registrou receita operacional líquida de **R\$ 137,1 milhões, crescimento de 50,1%** em relação aos R\$ 91,3 milhões do 4T24, impulsionada pela forte expansão da receita com comercialização de energia, que alcançou **R\$ 113,3 milhões** no trimestre — **avanço de 87,5%** na comparação anual. No acumulado de 2025, a receita operacional líquida totalizou **R\$ 515,0 milhões, crescimento de 98,7%** em relação aos R\$ 259,2 milhões de 2024.

Esse desempenho refletiu diretamente nas margens operacionais: o EBITDA do 4T25 atingiu **R\$ 9,8 milhões**, revertendo o resultado negativo de R\$ 20,2 milhões do 4T24, e o EBITDA Ajustado, por sua vez, alcançou **R\$ 15,2 milhões no trimestre**. No ano, o EBITDA atingiu **R\$ 104,4 milhões**, enquanto o EBITDA Ajustado totalizou **R\$ 94,4 milhões**, se mantendo em linha aos R\$ 94,7 milhões do exercício anterior.

No âmbito operacional, a Companhia alcançou **recorde de geração bruta** em 2025, totalizando **1.489,0 GWh, avanço de 25,0%** em relação aos 1.191,5 GWh de 2024. No 4T25, a geração bruta atingiu **324,3 GWh, crescimento de 18,7%** frente aos 273,3 GWh do 4T24. Apesar do patamar recorde de geração bruta, o *curtailment* imposto pelo ONS limitou significativamente a conversão desse resultado em energia entregue, passando de 15,4% no 4T24 para **32,9%** no 4T25 (+17,5 p.p.) e de 18,4% em 2024 para **31,6%** em 2025 (+13,2 p.p.).

Como consequência, a geração líquida recuou 5,9% no trimestre, totalizando **217,5 GWh**, embora no acumulado do ano tenha registrado crescimento de 4,7%, alcançando **1.018,4 GWh**. O lucro bruto de energia (LBE) acompanhou essa dinâmica e totalizou **R\$ 43,6 milhões** no 4T25 (-32,4% vs. 4T24), acumulando **R\$ 177,8 milhões no ano** (-17,7% vs. 2024). Ainda assim, a estratégia ativa de comercialização de energia compensou a pressão sobre os indicadores de geração, sustentando a expressiva expansão da receita em ambas as bases de comparação.

Além disso, o Projeto Satoshi apresentou avanços significativos em 2025. Dezembro foi marcado pelo início do *ramp-up* operacional, representando um marco relevante na implantação e em março de 2026, já conta com todos os containers posicionados.



Foto 1: Projeto Satoshi em operação.



DESTAQUES

O projeto se encontra com aproximadamente **90% de infraestrutura concluída**, avançando de forma consistente e com a previsão de atingir a **operação total até o 2T26**, consolidando uma nova frente estratégica à energia produzida no Complexo Eólico Alto Sertão III, ampliando o aproveitamento da capacidade instalada e reforçando a eficiência operacional do complexo.

Principais Indicadores

Geração Bruta

4T25	324,3 GWh ▲ 18,7%
2025	1.489,0 GWh ▲ 25,0%

Geração Líquida

4T25	217,5 GWh ▼ 5,9%
2025	1.018,4 GWh ▲ 4,7%

Receita Líquida

4T25	R\$ 137,1 MM ▲ 50,1%
2025	R\$ 515,0 MM ▲ 98,7%

Lucro Bruto de Energia

4T25	R\$ 43,6 MM ▼ 32,4%
2025	R\$ 177,8 MM ▼ 17,7%

EBITDA Ajustado

4T25	R\$ 15,2 MM ▼ 24,3%
2025	R\$ 94,4 MM ▼ 0,3%

Prejuízo Líquido

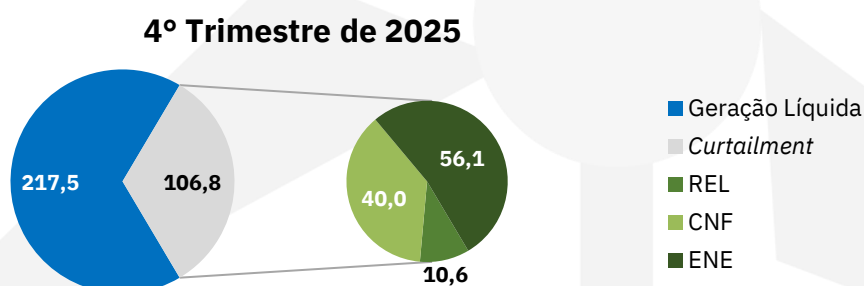
4T25	R\$ 59,9 MM ▼ 11,5%
2025	R\$ 162,2 MM ▲ 38,6%

1. Geração

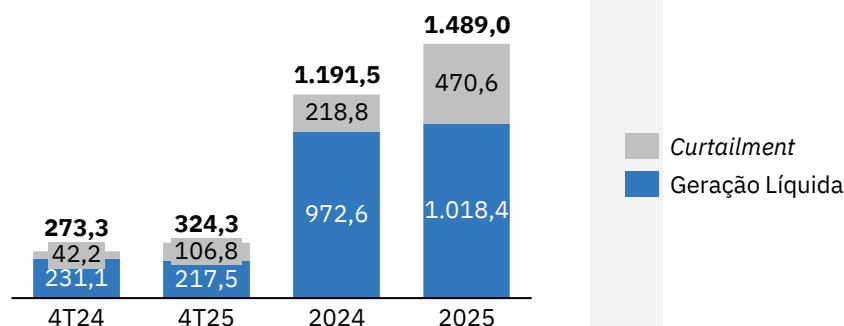
1.1. Produção de Energia

No quarto trimestre de 2025, a teórica geração bruta antes do *curtailment*, alcançou **324,3 GWh**, representando um **crescimento de 18,7%** em comparação aos 273,3 GWh do 4T24. Entretanto, os efeitos do *curtailment* impactaram negativamente a operação no período, totalizando **106,8 GWh** (32,9% da geração bruta), frente a 42,2 GWh no 4T24 (15,4%), um **aumento de 153,2%**. O *curtailment* no trimestre foi composto por: Razão Energética (“ENE”) de **56,1 GWh** (+276,5% vs. 4T24), Confiabilidade Elétrica (“CNF”) de **40,0 GWh** (+123,0%) e Indisponibilidade Externa (“REL”) de **10,6 GWh** (+14,2%).

Dessa forma, a geração líquida totalizou **217,5 GWh**, **5,9% menor** em comparação com o mesmo período do ano anterior (231,1 GWh), refletindo o expressivo aumento do *curtailment*.



No acumulado de 2025, foi registrado **recorde de geração bruta de 1.489,0 GWh**, aumento de **25,0%** em relação a 2024 (1.191,5 GWh). Considerando o impacto de **470,6 GWh** de *curtailment* no período (31,6% da geração bruta, ante 218,8 GWh ou 18,4% em 2024, **um aumento de 115,1%**), a geração líquida foi de **1.018,4 GWh**, apresentando um **crescimento de 4,7%** em comparação a 972,6 GWh em 2024.



No acumulado, o *curtailment* foi composto por: Razão Energética (ENE) de **176,8 GWh** (+258,3%), Indisponibilidade Externa (REL) de **166,5 GWh** (+232,1%) e Confiabilidade Elétrica (CNF) de **127,4 GWh** (+6,7%). Importante destacar que os cortes por motivos de confiabilidade elétrica e indisponibilidade externa são passíveis de ressarcimento.

2. Informações Financeiras

2.1 Demonstrações de Resultados

A Companhia encerrou o 4T25 com receita operacional líquida (ROL) de **R\$ 137,1 milhões, crescimento de 50,1%** em relação aos R\$ 91,3 milhões do 4T24, refletindo a forte expansão das operações de comercialização de energia. No acumulado de 2025, a ROL totalizou **R\$ 515,0 milhões, alta de 98,7%** frente aos R\$ 259,2 milhões de 2024.

O lucro operacional ficou em **R\$ 6,1 milhões** no trimestre, revertendo o resultado negativo de R\$ 53,6 milhões do 4T24, sustentado pela melhora nos compromissos futuros de marcação a mercado e redução no custo de operação dos nossos ativos.

O prejuízo líquido **reduziu**, passando de R\$ 67,6 milhões no 4T24 para **R\$ 59,9 milhões** no 4T25 (-11,5%), enquanto no ano acumulou R\$ 162,2 milhões, aumento de 38,6% em relação a 2024.

O quadro abaixo apresenta o resumo das demonstrações de resultados:

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS						
(Valores em R\$ mil)	4T25	4T24	Variação %	2025	2024	Variação %
Receita operacional bruta	154.602	98.370	57,2%	586.701	290.503	102,0%
(-) Impostos - Pis, Cofins e ICMS	-17.544	-7.029	149,6%	-71.743	-31.277	129,4%
Receita operacional líquida (ROL)	137.058	91.341	50,1%	514.958	259.226	98,7%
Compra de energia	-93.486	-26.899	247,5%	-337.144	-43.300	678,6%
Encargos regulatórios	-8.014	-6.565	22,1%	-25.803	-23.933	7,8%
Custos de operacionais	-23.490	-27.791	-15,5%	-76.187	-72.230	5,5%
Depreciação	-27.482	-26.256	4,7%	-102.374	-98.148	4,3%
Compromissos futuros marcação a mercado	21.500	-57.410	n.a	2.234	-52.493	n.a
Lucro bruto	6.086	-53.580	n.a	-24.317	-30.878	-21,2%
Despesas administrativas	-11.198	-21.237	-47,3%	38.256	-67.408	n.a
Depreciações e amortizações	-1.246	-976	27,7%	-4.165	-4.077	2,2%
Receitas/Despesas Financeiras	-32.046	-39.714	-19,3%	-152.577	-143.682	6,2%
Ganho/ Perda na venda de ativos	-12.578	28.378	n.a	-11.920	119.179	n.a
IR e CS	-8.906	19.480	n.a	-7.508	9.797	n.a
Lucro / Prejuízo Líquido	-59.888	-67.649	-11,5%	-162.231	-117.069	38,6%



2. Informações Financeiras

2.2 Receita Operacional

A companhia encerrou o 4T25 com receita operacional líquida de **R\$ 137,1 milhões, crescimento de 50,1%** em relação aos R\$ 91,3 milhões registrados no 4T24. No acumulado do exercício, a ROL totalizou **R\$ 515,0 milhões, avanço de 98,7%** frente aos R\$ 259,2 milhões de 2024, consolidando um ano de expressiva evolução na geração de receitas.

O desempenho do trimestre foi sustentado por dinâmicas distintas entre os segmentos. No segmento Eólico, o período foi marcado por um cenário operacional positivo: a disponibilidade dos ativos **cresceu 1,7%** em relação ao 4T24, evidenciando a eficácia das iniciativas da companhia voltadas ao aprimoramento da performance operacional do portfólio, e o recurso eólico contribuiu favoravelmente, com velocidade média de vento **superior em 11,6%** frente ao mesmo período do ano anterior. Não obstante esse desempenho operacional favorável, a receita do segmento foi fortemente pressionada pelo *curtailment*, que registrou **aumento de 153%** em relação ao 4T24, levando a receita operacional líquida eólica a totalizar **R\$ 23,7 milhões** no trimestre, recuo de 23,3% frente ao mesmo período.

No segmento de Comercialização, o ambiente de preços favoreceu os resultados: o PLD registrou elevação relevante nos submercados Sudeste e Nordeste, reflexo de condições hidrológicas menos favoráveis e maior despacho termelétrico, fatores que pressionaram o custo marginal de operação do sistema e impulsionaram a receita operacional líquida do segmento registrando **R\$ 113,3 milhões, crescimento de 87,5%** em relação ao 4T24.

No acumulado de 2025, o desempenho foi sustentado pelo crescimento da receita eólica, que **avançou 5,2%**, beneficiada pela melhor performance operacional dos ativos e pelos reajustes nos preços dos contratos do mercado regulado, e pela expressiva expansão do segmento de comercialização, com **alta de 141,7%**, impulsionada pela comercialização de energia a preços mais elevados — combinação que reforça a estratégia de diversificação de receitas da companhia e sua capacidade de capturar valor em diferentes condições de mercado.

RECEITA OPERACIONAL

(Valores em R\$ mil)	4T25	4T24	Variação %	2025	2024	Variação %
Eólicas	23.709	30.892	-23,3%	86.031	81.782	5,2%
Comercialização de energia	113.349	60.449	87,5%	428.927	177.444	141,7%
Receita operacional líquida (ROL)	137.058	91.341	50,1%	514.958	259.226	98,7%

2. Informações Financeiras

2.3 Custos Operacionais

No quarto trimestre de 2025, os custos totalizaram R\$ 131,0 milhões, queda de 9,6% em relação ao 4T24 (R\$ 144,9 milhões). O principal vetor dessa redução foi a marcação a mercado (MTM) dos compromissos futuros, que reverteu de um custo de R\$ 57,4 milhões no 4T24 para uma receita líquida de R\$ 21,5 milhões no 4T25 - variação positiva de aprox. R\$ 78,9 milhões -, reflexo da alta nos preços de energia no período e da incorporação de novos contratos firmados em aproximadamente R\$ 7,0 milhões.

Esse efeito foi parcialmente compensado pelo aumento expressivo no custo de compra de energia, que atingiu R\$ 93,5 milhões no 4T25, crescimento de 247,5% sobre o 4T24 (R\$ 26,9 milhões), decorrente do maior volume de energia comercializada e de preços mais elevados, pressionados pelo *curtailment* verificado no período.

Serviços de Terceiros recuou 13,5%, de R\$ 22,9 milhões para R\$ 19,8 milhões, contribuindo positivamente para a contenção de custos. Em sentido oposto, os encargos de uso do sistema de transmissão cresceram 22,1%, totalizando R\$ 8,0 milhões.

No acumulado de 2025, os custos totalizaram **R\$ 539,3 milhões**, representando um aumento de 85,9% em comparação a 2024, impulsionado pelo significativo crescimento do volume de energia comercializada a preços mais elevados. O MTM dos compromissos futuros também contribui favoravelmente, passando de um custo de R\$ 52,5 milhões em 2024 para uma reversão de **R\$ 2,2 milhões** em 2025.

As **depreciações e amortizações** totalizaram **R\$ 102,4 milhões** (+4,3%), e os encargos de transmissão somaram **R\$ 25,8 milhões** (+7,8%), ambos com crescimento estável.

Vale ressaltar que o MTM corresponde à variação dos saldos de valor justo dos contratos de comercialização de energia ao final do período, incluindo a mensuração do valor justo dos novos contratos firmados ao longo do trimestre, com a atualização da expectativa de realização das posições futuras.

Abaixo demonstramos os custos operacionais:

2. Informações Financeiras

CUSTOS

(Valores em R\$ mil)	4T25	4T24	Variação %	2025	2024	Variação %
Energia para revenda	93.486	26.899	247,5%	337.144	43.300	678,6%
Depreciação	27.482	26.256	4,7%	102.374	98.148	4,3%
Serviços de Terceiros	19.786	22.868	-13,5%	61.625	57.226	7,7%
Encargos de uso do sistema de transmissão	8.014	6.565	22,1%	25.803	23.933	7,8%
Seguros	1.971	2.194	-10,2%	8.370	8.071	3,7%
Material de uso e consumo	1.836	2.664	-31,1%	6.154	6.467	-4,8%
Compromissos futuros marcação a mercado	-21.500	57.410	-137,4%	-2.234	52.493	n.a
Outras	-103	65	-258,5%	39	466	-91,6%
Total	130.972	144.921	-9,6%	539.275	290.104	85,9%

2.4 Despesas Consolidadas

No quarto trimestre de 2025, as despesas consolidadas registraram um resultado de **R\$ 12,4 milhões**, em contraste com os R\$ 22,2 milhões de despesas no 4T24 redução de 44,0% no comparativo trimestral.

As principais variações foram:

- **Contingências cíveis e trabalhistas** passaram de uma despesa de R\$ 15 mil no 4T24 para um ganho líquido de R\$ 4,3 milhões no 4T25, em virtude da reversão de provisão de litígios no montante de R\$ 3,3 milhões, parcialmente compensada por despesas com acordo trabalhista de R\$ 1,0 milhão;
- **Serviços de Terceiros** recuaram 72,6%, de R\$ 11,0 milhões para R\$ 3,0 milhões;
- **Pessoal e Administração** aumentou 29,0%, de R\$ 8,9 milhões para R\$ 11,5 milhões, reflexo da ampliação do quadro de colaboradores.

No acumulado de 2025, as despesas consolidadas registraram um resultado negativo de **R\$ 34,1 milhões**, frente a R\$ 71,5 milhões de despesas em 2024 - uma variação favorável de R\$ 105,6 milhões. Os principais fatores explicativos foram:

2. Informações Financeiras

- **Contingências cíveis e trabalhistas** passaram de uma despesa de R\$ 3,3 milhões em 2024 para um ganho líquido de R\$ 83,0 milhões em 2025, impulsionado pela reversão de provisão de processos contingenciais no montante de R\$ 80,6 milhões reconhecida no 2T25;
- **Outras despesas** totalizaram R\$ 21,8 milhões negativos em 2025, ante R\$ 2,9 milhões positivos em 2024, impactadas pela venda de direito creditório de R\$ 23,5 milhões no 3T25, relacionado a projetos desenvolvidos em exercícios anteriores com baixa probabilidade de recebimento.
- **Serviços de Terceiros** reduziram 31,1%, passando de R\$ 24,1 milhões para R\$ 16,6 milhões;
- **Pessoal e Administração** cresceu 38,3%, de R\$ 30,2 milhões para R\$ 41,8 milhões, em linha com a expansão do quadro funcional ao longo do exercício.

Abaixo demonstramos as despesas operacionais:

DESPESAS CONSOLIDADAS

(Valores em R\$ mil)	4T25	4T24	Variação %	2025	2024	Variação %
Pessoal e Administração	11.451	8.880	29,0%	41.805	30.236	38,3%
Serviços de Terceiros	3.009	11.000	-72,6%	16.594	24.088	-31,1%
Despesas Administrativa ¹	1.620	1.324	22,4%	5.835	4.977	17,2%
Depreciação	1.246	976	27,7%	4.165	4.077	2,2%
Seguros	455	190	139,5%	888	673	31,9%
Impostos e taxas	119	25	376,0%	1.391	1.284	8,3%
Contingências cíveis e trabalhistas	-4.343	15	n.a.	-82.979	3.275	n.a
Outras ²	-1.113	-197	n.a	-21.790	2.875	n.a
Total	12.444	22.213	-44,0%	-34.091	71.485	n.a

¹Considera: viagens, telefonia e TI e material de consumo; ²considera taxas e penalidades;

²Considera: aluguéis e arrendamentos, licenças e estudos ambientais, penalidades contratuais e regulatórias e outras despesas (receitas)

2. Informações Financeiras

2.5 EBITDA e EBITDA Ajustado

No quarto trimestre de 2025, o prejuízo líquido foi de **R\$ 59,9 milhões**, uma **redução de 11,5%** frente ao prejuízo de R\$ 67,6 milhões registrado no 4T24, refletindo, principalmente, a melhora do resultado operacional no período. Considerando o resultado financeiro de R\$ 32,0 milhões, a depreciação e amortização de R\$ 28,7 milhões e o imposto de renda e contribuição social de R\$ 8,9 milhões, o EBITDA totalizou **R\$ 9,8 milhões** no 4T25, revertendo o resultado negativo de R\$ 20,2 milhões registrado no 4T24.

Conforme mencionado, o *curtailment* continuou a exercer impacto significativo sobre o resultado. No 4T25, o volume de energia cortada alcançou **106,8 GWh** (32,9% da geração bruta), frente a 42,2 GWh no 4T24 (15,4%), representando um **aumento de 153,2%**. O impacto financeiro estimado do *curtailment* no 4T25 foi de aproximadamente R\$ 14,4 milhões, comparado a R\$ 11,3 milhões no 4T24.

Considerando o impacto do *curtailment* e após os ajustes por itens não recorrentes — exclusão do efeito da marcação a mercado (MTM) de **R\$ 21,5 milhões** e inclusão da perda na alienação de ativos de **R\$ 12,6 milhões** —, o EBITDA Ajustado atingiu **R\$ 15,2 milhões**, comparado com os R\$ 20,1 milhões do 4T24.

No acumulado de 2025, o prejuízo líquido foi de **R\$ 162,2 milhões**, um aumento de 38,6% frente ao prejuízo de R\$ 117,1 milhões registrado em 2024. Considerando o resultado financeiro de R\$ 152,6 milhões a depreciação e amortização de R\$ 106,5 milhões e o imposto de renda e contribuição social de R\$ 7,5 milhões, o **EBITDA totalizou R\$ 104,4 milhões** em 2025, um redução de 12,3% em relação aos R\$ 119,0 milhões de 2024.

O volume de energia cortada alcançou **470,6 GWh** (31,6% da geração bruta), frente a 218,8 GWh em 2024 (18,4%), representando um **aumento de 115,1%**. O impacto financeiro estimado do *curtailment* em 2025 foi de aproximadamente **R\$ 84,4 milhões**, comparado a R\$ 42,3 milhões em 2024.

Considerando o impacto do *curtailment* e após os ajustes por itens não recorrentes - exclusão do efeito da marcação a mercado (MTM) de **R\$ 2,2 milhões**, da reversão de provisão contingencial de **R\$ 80,6 milhões** (reconhecida no 2T25), perda na alienação de ativos de **R\$ 11,9 milhões** e da venda de direito creditório de **R\$ 23,5 milhões** (reconhecida no 3T25) -, o **EBITDA Ajustado atingiu R\$ 94,4 milhões**, mantendo-se estável em comparação com os R\$ 94,7 milhões de 2024.

2. Informações Financeiras

EBITDA						
(Valores em R\$ mil)	4T25	4T24	Variação %	2025	2024	Variação %
Prejuízo líquido	-59.888	-67.649	-11,5%	-162.231	-117.069	38,6%
(+) IR e CS	8.906	-19.480	n.a	7.508	-9.797	n.a
(+) Depreciação e Amortização	28.728	27.232	5,5%	106.539	102.225	4,2%
(+) Resultado Financeiro	32.046	39.714	-19,3%	152.577	143.682	6,2%
EBITDA	9.792	-20.183	n.a	104.393	119.041	-12,3%
(+) Reversão de Provisão Contingencial	-	-	n.a	-80.610	-	n.a
(+) Ganho na alienação de ativos	12.578	-28.378	n.a	11.920	-119.179	n.a
(-) Compromissos futuros marcação a mercado	-21.500	57.410	n.a	-2.234	52.493	n.a
(+) Venda de ativos contingentes	-	-	n.a	-23.500	-	n.a
(+) Curtailment ¹	14.358	11.255	27,6%	84.429	42.312	99,5%
EBITDA ajustado	15.228	20.104	-24,3%	94.398	94.667	-0,3%

¹A partir do 4T25, o impacto do curtailment no EBITDA Ajustado passou a ser calculado com base em metodologia revisada. Os períodos anteriores não foram reapresentados, podendo haver divergências em relação a divulgações anteriores.

2.6 Resultado Financeiro

No quarto trimestre de 2025, a Companhia registrou um resultado financeiro líquido negativo de **R\$ 32,0 milhões**, uma **melhora de 19,3%** em relação ao resultado negativo de R\$ 39,7 milhões no 4T24.

As **receitas financeiras** totalizaram **R\$ 2,2 milhões**, uma **redução de 34,6%** frente aos R\$ 3,4 milhões do 4T24, explicada principalmente pela queda nos rendimentos de aplicações financeiras - de R\$ 3,1 milhões para R\$ 2,1 milhões (-32,8%) -, reflexo do menor volume de caixa disponível no período.

As **despesas financeiras** totalizaram **R\$ 34,2 milhões**, uma **redução de 20,5%** em relação aos R\$ 43,1 milhões do 4T24. Os encargos de dívida recuaram 14,1%, de R\$ 30,8 milhões para R\$ 26,5 milhões, refletindo o menor saldo de dívida devido a capitalização dos créditos realizados ao longo de 2025, no valor de R\$ 536,7 milhões.

As **outras despesas financeiras reduziram 36,7%**, de R\$ 12,3 milhões para **R\$ 7,8 milhões**, impactadas principalmente por um estorno de R\$ 6,2 milhões decorrente de decisões favoráveis à Companhia em processos judiciais, sendo R\$ 3,2 milhões referentes a indenizações e R\$ 3,0 milhões relacionados a processos trabalhistas.

No acumulado de 2025, o resultado financeiro líquido negativo foi de **R\$ 152,6 milhões**, um aumento de 6,2% em relação aos R\$ 143,7 milhões de 2024.

As **receitas financeiras** cresceram 44,2%, passando de R\$ 8,1 milhões para R\$ 11,7 milhões, impulsionadas pelo aumento dos rendimentos de aplicações financeiras (+46,9%), que atingiram R\$ 11,6 milhões frente a R\$ 7,9 milhões em 2024, em função da variação da taxa de juros ao longo do exercício.

2. Informações Financeiras

As **despesas financeiras** totalizaram R\$ 164,2 milhões, um aumento de 8,2% em relação aos R\$ 151,8 milhões de 2024. Os encargos de dívida permaneceram praticamente estáveis em R\$ 115,9 milhões (vs. R\$ 116,0 milhões em 2024). O aumento concentrou-se nas outras despesas financeiras, que passaram de R\$ 35,8 milhões para R\$ 48,4 milhões (+35,2%), impactadas principalmente pelo reconhecimento de R\$ 13,9 milhões em encargos do DIP (inexistentes em 2024), parcialmente compensados pela redução dos encargos do PRJ Classe III, de R\$ 21,2 milhões para R\$ 10,4 milhões (-50,8%).

RESULTADO FINANCEIRO						
(Valores em R\$ mil)	4T25	4T24	Variação %	2025	2024	Variação %
Receitas Financeiras	2.200	3.366	-34,6%	11.668	8.089	44,2%
Rendimentos Aplicações Financeiras	2.106	3.132	-32,8%	11.630	7.916	46,9%
Outras Receitas Financeiras	94	234	-59,8%	38	173	-78,0%
Despesas Financeiras	-34.246	-43.080	-20,5%	-164.245	-151.771	8,2%
Encargos de Dívida	-26.476	-30.813	-14,1%	-115.872	-115.983	-0,1%
Outras Despesas Financeiras ¹	-7.770	-12.267	-36,7%	-48.373	-35.788	35,2%
Resultado Financeiro	-32.046	-39.714	19,3%	-152.577	-143.682	-6,2%

¹Outras Despesas Financeiras consideram: juros, atualização monetária contencioso e IOF.

2.7 Saldo PRJ

Os passivos do Grupo Renova negociados no âmbito da recuperação judicial foram segregados em três classes. O quadro abaixo demonstra a movimentação do saldo em cada classe, em 31 de dezembro de 2025:

Classes (Valores em R\$ mil)	Saldo em 31/12/2024	Pagamentos realizados	Crédito convertido em ação	Juros/Encargos	Saldo em 31/12/2025
Classe II – credores com garantia real	1.129.487	-79.104	-438.953	111.941	723.371
Classe III – credores quirografários	324.890	-17.139	-97.563	7.884	218.072
Extraconcursal	33.342	-3.170	0	4.518	34.691
Total	1.487.719	-99.413	-536.516	124.343	976.134

2. Informações Financeiras

2.8 Empréstimos e Financiamentos

O endividamento bancário da Companhia incluído no PRJ totalizou no consolidado **R\$ 762,0 milhões**, sendo R\$ 723,4 milhões da Classe II, R\$ 34,7 milhões de extraconcursal e R\$ 3,9 milhões da Classe III. Desconsiderando caixa e aplicações financeiras, o montante líquido é de R\$ 689,6 milhões.

Classes (Valores em R\$ mil)	Contrato	Taxa ¹	Prazo	R\$ mil
Classe II	BNDES	100% CDI	14/08/2035	380.387
	Banco Itaú	100% CDI	14/08/2035	165.398
	Citibank	100% CDI	14/08/2035	111.426
	Banco ABC	100% CDI	14/08/2035	66.160
Extraconcursal	Citibank	100% CDI	14/08/2034	34.691
Classe III	Banco Itaú	0,5% a.a. + TR	14/08/2034	3.888
Total				761.950
Caixa e aplicações financeiras				72.374
Total de Empréstimos e Financiamentos Líquido				689.576

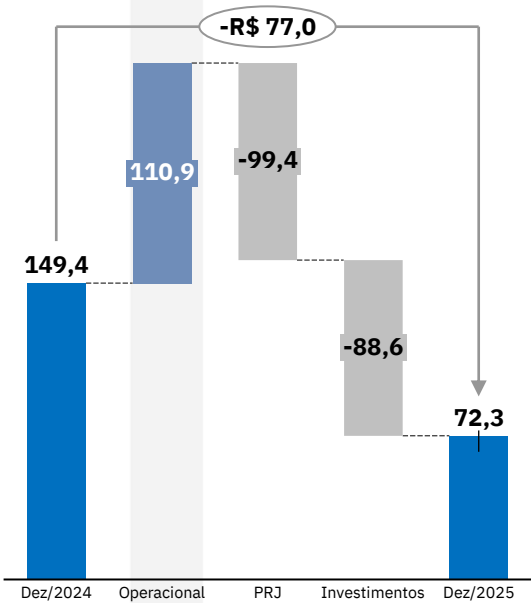
¹Taxas repactuadas no plano de recuperação judicial.

2.9 Fluxo de Caixa

Em 2025, o caixa da Companhia, que considera caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, encerrou em R\$ 72,3 milhões, apresentando uma redução de R\$ 77,0 milhões em comparação com o 4T24.

As variações no período decorrem, principalmente, do pagamento da PRJ, no montante de R\$ 45,2 milhões em fev/25 e R\$ 54,2 milhões em ago/25.

Adicionalmente, os investimentos no período foram direcionados à aquisição de equipamentos para subestações e aerogeradores e avanço de projetos em desenvolvimento, totalizando R\$ 31,1 milhões e R\$ 50,9 milhões alocados especificamente ao projeto de Data Center.



2. Informações Financeiras

2.10 Balanço Patrimonial

No quarto trimestre de 2025, a Companhia apresentou patrimônio líquido positivo de R\$ 1,2 bilhão e prejuízo acumulado de R\$ 3,4 bilhões.

Valores em R\$ mil

Ativo Consolidado			Passivo Consolidado		
	4T25	4T24		4T25	4T24
Circulante	291.207	288.269	Circulante	328.561	362.642
Caixa	35.730	144.216	Empréstimos e Financiamentos	44.249	33.691
Aplicações financeiras	36.644	5.145	Fornecedores	107.733	65.404
Clientes	68.488	48.798	Tributos a recolher	6.713	9.288
Tributos a recuperar	17.115	12.579	Salários, encargos e férias a pagar	10.661	8.972
Adiantamentos a fornecedores	337	2.293	Contas a pagar - CCEE	71.913	159.834
Despesas antecipadas	5.938	9.953	Arrendamentos a pagar	10.177	695
Compromissos Futuros	89.629	63.415	Outras contas a pagar	8.227	2.149
Ativos mantidos para venda	16.000	0	Compromissos futuros	53.205	76.712
Outros	21.326	1.870	Adiantamentos de clientes	15.683	5.897
Não Circulante	2.733.376	2.773.077	Não Circulante	1.505.815	1.882.753
Aplicações financeiras	-	22	Fornecedores	114.774	260.380
Imobilizado	2.542.000	2.543.573	Empréstimos e Financiamentos	693.193	1.110.499
Compromissos Futuros	169.991	213.868	Provisão para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatório	87.042	161.145
Outros	21.385	15.614	Compromissos futuros	89.113	85.503
			Outros	521.693	265.226
			Patrimônio Líquido	1.190.207	815.951
			Recursos para futuro aumento de capital	2	0
			Capital Social	4.706.879	4.170.394
			(-) Custos na emissão de ações	-41.757	-41.757
			Reserva de Capital	1	1
			Prejuízos Acumulados	-3.474.918	-3.243.691
Ativo Total	3.024.583	3.061.346	Passivo Total	3.024.583	3.061.346

3. Estrutura Acionária

O **capital social** subscrito e integralizado até 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 4.706.879.256,79 dividido em 373.114.600 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 310.743.613 ações ordinárias e 62.370.987 ações preferenciais.

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 4 de março de 2026, a companhia recebeu correspondência do **AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, por meio da qual informa que, em razão de transferência de parte de suas ações ordinárias de emissão da Companhia, reduziu sua participação acionária, passando a deter 10,34% das ações ordinárias e 54,60% das ações preferenciais, correspondentes a **17,74% do total das ações** emitidas pela Companhia.

De acordo com a correspondência, a alteração na participação societária não objetiva a mudança do controle acionário ou da estrutura administrativa da Companhia.

Composição acionária detalhada abaixo:

Renova Energia S.A.						
	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	
Bloco de Controle	260.606.255	83,9%	-	-	260.606.255	69,8%
FIP VC Energia II	247.441.932	79,7%	-	-	247.441.932	66,3%
AP Energias Renováveis	7.557.685	2,4%	-	-	7.557.685	2,0%
FIP Macaúbas	5.606.638	1,8%	-	-	5.606.638	1,5%
Outros acionistas	50.137.358	16,1%	62.370.987	100,0%	112.508.345	30,2%
AP Energias Renováveis	24.561.059	7,9%	34.053.634	54,6%	58.614.693	15,7%
FIP Macaúbas	2.896.081	0,9%	2.466.966	4,0%	5.363.047	1,4%
Free Float	22.680.218	7,3%	25.850.387	41,4%	48.530.605	13,1%
Total	310.743.613	100,0%	62.370.987	100,0%	373.114.600	100,0%

4. ESG

4.1 Ambiental, Social e Governamental

O quarto trimestre de 2025 marcou o encerramento de um ano estratégico para a Renova Energia, caracterizado pelo início dos preparativos e da estruturação interna para adequação às normas IFRS S1 e IFRS S2, além de avanços relevantes nas frentes Ambiental, Social e de Governança (ESG).

No pilar ambiental, durante todo o ano, a Companhia conduziu a gestão ambiental e os processos de licenciamento do Centro de Processamento de Dados – Projeto Satoshi. Esse projeto representa uma estratégia inovadora ao integrar parques eólicos a data centers, combinando geração de energia renovável e infraestrutura digital completa, com foco na eficiência energética e na mitigação do *curtailment*, reforçando o compromisso da Renova com inovação e sustentabilidade operacional.

No que se refere aos empreendimentos em operação, durante este período foram realizados os procedimentos necessários para a obtenção da Renovação das Licenças de Operação de 6 parques do Complexo Eólico Alto Sertão III. Uma das licenças foi publicada ainda em dezembro de 2025 (Parque Eólico Abil), enquanto as demais foram emitidas na primeira semana de janeiro de 2026 (Parques Eólicos Vaqueta, Folha de Serra, Angico, Umbuzeiro e Mulungu), assegurando a regularidade ambiental e a continuidade operacional dos empreendimentos.

No **âmbito social**, 2025 foi marcado pelo lançamento do Renova Conecta 2030, Programa de Investimento Social Privado da Companhia. Por meio do seu primeiro edital, o programa apoiou diversas iniciativas sociais localizadas na região de atuação da Renova, totalizando um aporte de R\$ 315 mil e fortalecendo o desenvolvimento socioeconômico dos territórios onde a Companhia está presente.

Entre as iniciativas destacadas estiveram o Brilho das Sapatilhas, que oferece aulas gratuitas de balé para crianças de 3 a 12 anos, promovendo inclusão e acesso à cultura, e o Bombeiro Mirim, voltado à capacitação de crianças e adolescentes em prevenção de incêndios e atuação em situações de emergência. O Projeto de Fortalecimento da Educação Ambiental no Município de Caetité, desenvolvido em parceria com a Cooperativa de Coleta Seletiva de Caetité (COOPERCICLI), também integrou a programação, com foco na coleta seletiva e no manejo adequado de resíduos sólidos junto à população local.

4. ESG

No campo da Educação Ambiental, a Companhia deu continuidade à Campanha de Prevenção às Queimadas, por meio de palestras em escolas localizadas na Área de Influência do Empreendimento, conscientizando a população sobre os riscos socioambientais das queimadas e incentivando práticas de preservação ambiental.

Complementarmente, foram realizadas Oficinas de Papel Reciclado, com abordagem prática e lúdica, estimulando a reflexão sobre consumo responsável, descarte adequado e reutilização de materiais. Em parceria com a COOPERCICLI, a Renova Energia promoveu ainda uma ação de Educação Ambiental com a apresentação da Tenda Sustentável em escola da região, combinando palestra sobre coleta seletiva e exposição de brinquedos educativos confeccionados com materiais recicláveis — iniciativa que aliou aprendizado, sensibilização ambiental e integração comunitária.



Foto 2: Visita do CEO, Sérgio Brasil ao Centro de Operação da Renova Energia e apresentação de projetos apoiados por meio do Edital do Programa de Investimento Social; **Foto 3:** Palestra da campanha de prevenção às queimadas em escolas de áreas influência do Complexo Alto Sertão III.

Em governança, destacou-se o lançamento da nova Política de Sustentabilidade, que estabelece diretrizes, compromissos e programas estruturantes da agenda ESG da Renova. Ao longo do ano, foram realizadas diversas ações de divulgação e internalização da Política, fortalecendo a integração da sustentabilidade à estratégia corporativa.

Nesse contexto, o último trimestre de 2025 foi dedicado à continuidade do acompanhamento dos projetos do Renova Conecta 2030 e à consolidação, organização e estruturação dos próximos passos da Companhia para o atendimento às normas IFRS, reforçando a preparação para as exigências regulatórias futuras e o compromisso com a transparência, a gestão de riscos e a geração de valor sustentável no longo prazo.

4. ESG

Em conformidade com a Lei das S.A. (Lei nº 15.177/2025), a Companhia apresenta a seguir informações sobre representatividade feminina e equidade salarial de gênero em sua estrutura organizacional, reforçando esse compromisso com a transparência e a diversidade.

(i) Quantidade e proporção de mulheres empregadas por nível hierárquico na companhia e evolução comparativa.

Mulheres empregadas por nível hierárquico	Em 31 de dezembro de 2025		Em 31 de dezembro de 2024	
	Total	%	Total	%
Conselho da Administração	1	12,5%	1	16,7%
Diretoria Estatutária	-	-	-	-
Diretoria e Superintendência	1	16,7%	-	-
Gerência e Coordenação	10	37,0%	7	25,9%
Supervisoras	-	-	-	-
Especialistas	2	20,0%	-	-
Analistas e Auxiliares	19	42,2%	15	39,5%
Assistentes/Estagiários/Aprendizes	16	80,0%	9	60,0%
Total de mulheres	49	41,2%	32	30,2%
Total de colaboradores	119	100,0%	106	100,0%

(ii) Remuneração total feminina em relação à masculina e evolução comparativa.

(Remuneração Total Masculina = 100%)

Nível Hierárquico	2025	2024
Conselho da Administração	100%	100%
Diretoria Estatutária	-	-
Diretoria e Superintendência	75%	-
Gerência e Coordenação	107%	113%
Supervisoras	-	-
Especialistas	93%	-
Analistas e Auxiliares	119%	117%
Assistentes/Estagiários/Aprendizes	126%	151%

A Companhia mantém compromisso contínuo com a evolução de suas práticas de diversidade e inclusão, buscando ampliar a representatividade feminina em todos os níveis hierárquicos e assegurar a equidade salarial independentemente de gênero. Os indicadores de 2025 refletem esse esforço, com crescimento da participação feminina para 41,2% do quadro total e remuneração alinhada em diversas categorias, resultado de uma política consistente de valorização do mérito e de igualdade de oportunidades.

5. Riscos e Conformidade

A Renova Energia estrutura sua atuação em governança, conformidade e sustentabilidade de forma integrada, orientada pelos princípios da integridade, da transparência e da gestão sistemática de riscos. A Companhia assegura a conformidade com normas, políticas e procedimentos internos, ao mesmo tempo em que planeja, coordena e implementa iniciativas socioambientais alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e à sua estratégia corporativa. Essas iniciativas são desenvolvidas com base em processos estruturados de engajamento e diálogo contínuo com as partes interessadas, considerando expectativas, riscos e oportunidades socioambientais, bem como a geração de valor compartilhado nos territórios onde a Companhia atua.

Por meio dessa atuação integrada, a Renova Energia desenvolve ações sustentáveis reconhecidas e legitimadas pelas comunidades, fortalecendo relações de longo prazo baseadas na ética, na confiança e na credibilidade institucional. A Companhia mantém canais de escuta e relacionamento com comunidades, colaboradores, parceiros, fornecedores e demais públicos de interesse, respeitando a liberdade de expressão e o direito à manifestação pacífica, em conformidade com a legislação vigente, o Código de Conduta e a Política Corporativa Anticorrupção. Essa abordagem fortalece a governança corporativa, amplia a confiança das partes interessadas e reafirma o compromisso da Renova Energia com os direitos e valores que norteiam suas diretrizes corporativas.

6. Projetos e Ativos

O Complexo Alto Sertão III – Fase A, entrou operação comercial em dezembro de 2022, comercializando energia nos mercados regulado e livre. Possui 26 parques eólicos e tem capacidade instalada de 432,6 MW – 155 Turbinas GE.

O Projeto Satoshi iniciou seu processo de *ramp-up* em dezembro de 2025 e se encontra em fase final de implantação. O projeto possui capacidade total de 90 MW, dos quais 40 MW encontram-se em operação a partir de março de 2026, com previsão de atingir a capacidade total no 2T26.

Já o Complexo Solar Caetité, entrou em operação em julho de 2025, onde opera na modalidade de geração distribuída, possui capacidade instalada de 4,8MWp, composto por 19.200 módulos/placas de 245W cada e 4 inversores.

A companhia desenvolve diversos projetos além das operações em andamento, alguns possuem licença ambiental e certificações concedidas, e outros em fase inicial. Distribuídos por diversos estados do Brasil, estes projetos totalizam uma potência estimada em cerca de 7 GW eólicos e 5 GWp solares.

renova®
> ENERGIA

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos:
Acionistas e Administradores da
Renova Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Renova Energia S.A.** (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Renova Energia S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (Atualmente denominada pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Encerramento do Plano de Recuperação Judicial (PRJ) e capitalização de créditos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.2, a Companhia e determinadas controladas protocolaram, em 16 de outubro de 2019, pedido de Recuperação Judicial, tendo ele sido deferido nessa mesma data, sendo posteriormente deferidos um novo pedido e novos aditamentos aos planos de recuperação judicial.

No dia 12 de fevereiro de 2025, o Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da comarca de São Paulo, proferiu sentença de encerramento do processo de recuperação judicial da Companhia e suas controladas. Em 24 de julho de 2025, decorreu o prazo recursal, sem que houvesse qualquer recurso contra a decisão de encerramento.

Além disso, o Conselho de Administração aprovou em 28 de abril de 2025 a homologação do aumento de capital social da Companhia, por subscrição privada de ações, para capitalização dos créditos detidos pelo VC Energia II Fundo de Investimento em Participações (“Credor”). O aumento de capital é homologado no valor atualizado dos créditos detidos pelo Credor contra a Companhia, correspondente a R\$ 534.474 mil. No entanto, em 13 de maio de 2025 a “2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais”, em sede de julgamento embargos de declaração, reconheceu nulidade da operação de conversão de crédito realizada pela Companhia mediante capitalização de créditos. Em 26 de maio de 2025, em novo julgamento de embargos de declaração opostos pela Companhia, foi revogada a declaração de nulidade da operação, considerando-se então como efetiva a homologação do referido aumento de capital social.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre o resultado de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Reconhecimento de receita e custos com compra de energia

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas reconheceram receitas operacionais provenientes, principalmente, da geração e comercialização de energia elétrica nos ambientes de contratação regulada (ACR), de contratação livre (ACL) e no Mercado de Curto Prazo (MCP) da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Também foram reconhecidos custos com compra de energia relacionados à cobertura contratual e às operações de balanceamento de lastro. Parte relevante da receita decorre da entrega de energia gerada pelos parques eólicos e demais ativos renováveis da Companhia, sendo o reconhecimento realizado conforme os critérios descritos na nota explicativa nº 2.1.6.

A mensuração da energia gerada e não faturada envolve julgamentos significativos, considerando variabilidade de vento, sazonalidade de geração, estimativas de perdas e ajustes setoriais, o que pode afetar o momento adequado de reconhecimento da receita e dos custos.

O assunto foi considerado significativo para a auditoria devido ao elevado volume das transações, à complexidade das regras aplicáveis pela CCEE e ao risco de reconhecimento em períodos inadequados, especialmente próximo ao encerramento do exercício.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- (i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, bem como o entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento das receitas e custos de fornecimento e comercialização de energia;
- (ii) Avaliação da razoabilidade das estimativas contábeis referentes à energia gerada e não faturada ao final do exercício, considerando histórico de geração dos parques, curvas anemométricas, padrões de sazonalidade e dados de medição;
- (iii) Análise por meio de amostra, de contratos no ACR e ACL, incluindo operações no mercado livre, para a verificação de preços, regras, prazos, cláusulas de reajuste e obrigações contratuais. Realização de procedimentos substantivos sobre as regras de formação de preços dos leilões, seus reajustes, além da revisão dos indexadores e atualizações com base no aniversário dos contratos. Adicionalmente, revisão substantiva das garantias físicas das usinas, considerando limites regulatórios, sazonalidade e impactos no lastro disponível;
- (iv) Avaliação dos relatórios de contabilização e liquidação emitidos pela CCEE, com o objetivo de corroborar a quantidade de energia contabilizada, a energia transacionada no MCP, ajustes de contabilização e liquidações financeiras;
- (v) Teste de recebimentos e pagamentos subsequentes de faturas, por amostragem, tanto das receitas de venda de energia quanto dos custos de reposição e compra de energia; e

- (vi) Avaliação da adequação das divulgações preparadas pela Companhia, observando se refletem adequadamente os riscos, premissas e incertezas relacionados ao reconhecimento das receitas e custos, conforme incluídas nas respectivas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Com base nos resultados dos procedimentos acima resumidos e nas evidências obtidas, consideramos que o reconhecimento da receita e custos com compra de energia são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Reconhecimento do Valor Justo dos contratos de energia futuros

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 24 (i), os contratos de compromissos futuros celebrados pela controlada Renova Comercializadora são mensurados ao valor justo, utilizando-se das melhores informações disponíveis e observáveis, sendo utilizada como melhor estimativa a curva de preços *forward* calculada por empresa independente contratada pela Companhia.

O resultado da diferença entre a curva de preço do contrato e a curva de preço *forward* é registrado como Marcação a Mercado (MtM) do Instrumento Financeiro Derivativo.

Considerando a relevância dos saldos, a existência de estimativas significativas utilizadas na mensuração do valor justo dos contratos futuros e as premissas utilizadas para a determinação da taxa de desconto, de forma a mensurar a valor presente, bem como eventuais mudanças nas premissas e estimativas utilizadas que poderiam impactar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- (i) Obtenção do entendimento sobre o fluxo de mensuração e registro das operações de contratos futuros;
- (ii) Testes amostrais de documentos para validação da base de cálculo do valor justo dos contratos de entrega e recebimento de energia futura;
- (iii) Avaliação da adequação do preço futuro de energia e demais premissas que foram utilizadas pela Companhia para determinar o valor justo dos contratos e a taxa de desconto utilizada para avaliar a valor presente, bem como a validação das fontes independentes desses preços e índices; e
- (iv) Avaliação da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Com base nos procedimentos acima executados, julgamos serem razoáveis os saldos e as divulgações sobre esse assunto nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Encerramento do Plano de Recuperação Judicial (PRJ) e mensuração dos passivos decorrentes dos acordos de recuperação homologados

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.2, em função dos impactos do encerramento da recuperação judicial descritos na nota explicativa nº 12 e no Parágrafo de “Ênfase”, incluindo o uso do pressuposto de continuidade operacional quando da preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na determinação das premissas base dessa avaliação, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- (i) Revisão dos controles internos chaves relacionadas aos valores registrados no passivo oriundo do plano de recuperação judicial;
- (ii) Análise da documentação relacionada ao processo de saída da recuperação judicial e avaliação de eventual mudança relevante aos termos anteriormente aprovados pelos credores, incluindo os relatórios que foram protocolados no processo, ou fatos que gerem dúvidas sobre a capacidade financeira da Companhia em honrar o cronograma de pagamento;
- (iii) Análises sobre as movimentações dos saldos no exercício, incluindo o recálculo das atualizações, segregação entre circulante e não circulante da dívida total, testes em base amostral dos pagamentos efetuados através da inspeção documental, e conciliação dos controles financeiros com os saldos contábeis;
- (iv) análise dos impactos com redução de dívidas extra concursais, estimados pela Companhia e projetados a partir do entendimento sobre a sentença de saída da recuperação judicial; e
- (v) Avaliação da condição financeira da Companhia e suas controladas e sua capacidade de continuar operando com base nas projeções de fluxos de caixa preparadas pela Companhia e aprovadas pelo Conselho de Administração.

Com base nos resultados dos procedimentos acima resumidos e nas evidências obtidas, consideramos que o saldo da dívida decorrente dos planos de recuperação judicial homologados e as divulgações correlatas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria correspondente ao exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2024 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo naquela data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 28 de março de 2025, sem modificação e com parágrafo de ênfase intitulado “Plano de Recuperação Judicial (PRJ)”. Os valores correspondentes relativos às demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações, individual e consolidado, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

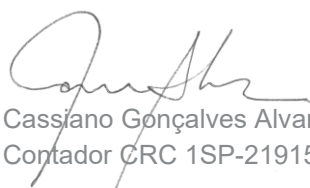
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter/manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2026.



Cassiano Gonçalves Alvarez
Contador CRC 1SP-219153/O-3

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-030.002/O-7



Demonstrações Financeiras Anuais

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	141	16.211	35.730	144.216
Aplicações financeiras (restrito)	6	11.352	-	36.644	5.145
Contas a receber de clientes	7	-	-	68.488	48.798
Tributos a recuperar	8	712	840	17.115	12.579
Partes relacionadas	23	8.905	64.936	-	-
Adiantamentos a fornecedores		570	246	337	2.293
Despesas antecipadas		203	119	5.938	9.953
Compromissos futuros	24	-	-	89.629	63.415
Outros créditos	28.1	1.027	671	21.326	1.870
Total dos ativos circulantes		22.910	83.023	275.207	288.269
Ativos não circulante classificados como mantidos para venda	1.1.6	-	-	16.000	-
NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras (restrito)	6	-	22	-	22
Depósitos judiciais		854	795	2.898	2.714
Tributos diferidos	22	-	-	18.487	12.900
Partes relacionadas	23	68.248	-	-	-
Compromissos futuros	24	-	-	169.991	213.868
Investimentos	9	1.219.703	1.029.986	-	-
Imobilizado	10	193.718	116.436	2.542.000	2.543.573
Total dos ativos não circulantes		1.482.523	1.147.239	2.733.376	2.773.077
TOTAL DOS ATIVOS		1.505.433	1.230.262	3.024.583	3.061.346

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações Financeiras Anuais

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE					
Fornecedores	12	16.472	19.688	107.733	65.404
Empréstimos e financiamentos	13	2.055	688	44.249	33.691
Tributos a recolher	14	1.904	2.681	6.713	9.288
Salários, encargos e férias a pagar		8.921	7.402	10.661	8.972
Contas a pagar - CCEE	15	-	-	71.913	159.834
Arrendamentos a pagar	11	872	195	10.177	695
Compromissos futuros	24	-	-	53.205	76.712
Adiantamentos de clientes		98	100	15.683	5.897
Partes relacionadas	23	-	30.486	-	-
Outras contas a pagar	16	4.145	2.081	8.227	2.149
Total dos passivos circulantes		34.467	63.321	328.561	362.642
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	12	56.700	16.638	114.774	260.380
Empréstimos e financiamentos	13	31.935	31.881	693.193	1.110.499
Debêntures privadas	13	-	53.756	-	-
Imposto de renda e Contribuição social diferidos		-	-	39.883	39.123
Contas a pagar - CCEE	15	-	-	239.699	71.413
Arrendamentos a pagar	11	10.611	8.324	57.698	24.277
Partes relacionadas	23	39.859	107	-	-
Provisão para perda sobre investimentos	9	-	21.092	-	-
Provisão para processos judiciais	17	41.209	129.596	87.042	161.145
Provisão para desmantelamento	10.11	-	-	27.932	26.349
Compromissos futuros	24	-	-	89.113	85.503
Outras contas a pagar	16	100.445	89.596	156.481	104.064
Total dos passivos não circulantes		280.759	350.990	1.505.815	1.882.753
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	18	4.706.879	4.170.394	4.706.879	4.170.394
Recursos para futuro aumento de capital	2	-	-	2	-
(-) Custos na emissão de ações		(41.757)	(41.757)	(41.757)	(41.757)
Reservas de capital	1	1	1	1	1
Prejuízos acumulados		(3.474.918)	(3.312.687)	(3.474.918)	(3.312.687)
Total do patrimônio líquido		1.190.207	815.951	1.190.207	815.951
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.505.433	1.230.262	3.024.583	3.061.346

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações Financeiras Anuais

Demonstrações do Resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
RECEITA LÍQUIDA	19	-	-	514.958	259.226
Custos dos serviços de energia elétrica					
Custo com compra de energia		-	-	(337.144)	(43.300)
Custo de operação		-	-	(76.187)	(72.230)
Depreciações e amortizações	10	-	-	(102.374)	(98.148)
Encargos setoriais		-	-	(25.803)	(23.933)
Total	20	-	-	(541.508)	(237.611)
Compromissos futuros marcação a mercado	24	-	-	2.234	(52.493)
RESULTADO BRUTO		-	-	(24.316)	(30.878)
RECEITA (DESPESAS)					
Gerais e administrativas		74.044	(7.908)	15.962	(65.108)
Depreciações e amortizações	10	(3.736)	(3.731)	(4.165)	(4.077)
Reversão (Redução) ao valor recuperável do ativo imobilizado	10	-	-	73	-
Outras receitas (despesas) líquidas		19.772	(2.202)	22.220	(2.300)
Total	20	90.080	(13.841)	34.090	(71.485)
Resultado de equivalência patrimonial	9.3	(215.765)	(191.558)	-	-
Ganho (perda) na alienação de ativos	1.1.3, 4 e 6	658	119.179	(11.920)	119.179
Total		(215.107)	(72.379)	(11.920)	119.179
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(125.027)	(86.220)	(2.146)	16.816
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		1.678	420	11.668	8.089
Despesas financeiras		(38.882)	(31.269)	(164.245)	(151.771)
Total	21	(37.204)	(30.849)	(152.577)	(143.682)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(162.231)	(117.069)	(154.723)	(126.866)
Imposto de renda e contribuição social - correntes		-	(26.954)	(9.290)	(38.424)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		-	26.954	1.782	48.221
Total	22	-	-	(7.508)	9.797
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(162.231)	(117.069)	(162.231)	(117.069)
Prejuízo por ação básico e diluído (expresso em reais - R\$)	25	(0,43)	(0,31)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações Financeiras Anuais

Demonstrações do Resultado Abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo líquido do exercício	(162.231)	(117.069)	(162.231)	(117.069)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	(162.231)	(117.069)	(162.231)	(117.069)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações Financeiras Anuais

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	Nota explicativa	Capital Social		Recursos para futuro aumento de capital	Reservas de Capital Ágio	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido controladora e consolidado
		Integralizado	Custos na emissão de ações				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		4.170.394	(41.757)	-	1	(3.195.618)	933.020
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(117.069)	(117.069)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		4.170.394	(41.757)	-	1	(3.312.687)	815.951
Aumento de capital social - com emissão de ações	18.b	536.258	-	229	-	-	536.487
Integralização dos recursos para futuro aumento de capital		227	-	(227)	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(162.231)	(162.231)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	18	4.706.879	(41.757)	2	1	(3.474.918)	1.190.207

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações Financeiras Anuais

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo líquido do exercício		(162.231)	(117.069)	(162.231)	(117.069)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do período com o caixa gerado pelas					
(aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	10	3.736	3.731	111.960	105.267
Compromissos futuros marcação a mercado	24	-	-	(2.234)	52.493
Reversão (Redução) ao valor recuperável do ativo imobilizado	20	-	-	(73)	
Valor residual do ativo imobilizado baixado	10	1.313	15.708	26.677	28.155
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13	4.874	4.097	115.872	115.983
Apropriação dos custos sobre empréstimos	13	64	408	2.247	408
Atualização e provisão CCEE	15	-	-	79.443	85.249
Multa sobre ressarcimento	15	-	-	-	53.206
Atualização e provisão (reversão) para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	17				
		(88.387)	8.438	(74.103)	8.680
Juros sobre aplicações financeiras e cauções		(1.755)	(449)	(11.630)	(7.916)
Juros (líquido) sobre partes relacionadas	23	234	390	-	-
Juros sobre contas a pagar	21	20.698	17.106	10.412	21.151
Juros sobre passivo de arrendamento	11	1.661	754	5.018	2.224
Atualização da provisão para desmantelamento	10.11	-	-	1.583	1.531
Atualização de depósitos judiciais		-	-	-	11.829
Tributos diferidos ativos		-	-	(5.587)	(8.101)
Ganho (perda) na alienação de ativos	1.1.3, 4 e 6	-	(119.179)	12.578	(119.179)
Resultado de equivalência patrimonial	9	215.765	191.558	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		-	-	(19.690)	(15.868)
Depósitos judiciais		(59)	1.633	(184)	(9.948)
Tributos a recuperar		174	(97)	9.501	6.896
Despesas antecipadas		189	(1)	4.015	(5.839)
Adiantamentos a fornecedores		(324)	289	1.956	(673)
Outros créditos	1.1.6	(1.010)	1.005	(20.113)	2.623
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		45.886	8.115	26.540	(32.020)
Adiantamento de clientes		(2)	100	9.786	5.875
Tributos a recolher		(777)	(375)	(9.401)	4.343
Tributos diferidos passivos		-	-	760	(17.848)
Salários e férias a pagar		(4.469)	(4.212)	(4.872)	(3.469)
Contas a pagar CCEE	15	-	-	(1.553)	(18.144)
Outras contas a pagar		12.913	29.631	12.504	28.363
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		-	(299)	(7.211)	(9.589)
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	13				
		(3.637)	(1.009)	(81.474)	(19.076)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		44.856	40.273	30.496	149.537
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aportes de capital em investidas	9	(56.026)	(10.471)	-	-
Recursos para futuro aumento de capital	9	(7.725)	(8.665)	-	-
Recebimento de Redução de Investimento		-	9.000	-	-
Caixa líquido das controladas incorporadas	1.1.5	110	-	-	-
Recebimento na alienação de ativos	1.1.3, 4 e 6	658	37.789	658	37.789
Aplicações financeiras		(9.575)	739	(19.847)	8.241
Aquisição de imobilizado	10	(17.946)	(9.540)	(106.010)	(44.466)
Dividendos recebidos	9	12.613	4.360	-	-
Partes Relacionadas - ações resgatáveis		-	8.641	-	-
Partes relacionadas	23	6.094	(19.915)	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		(71.797)	11.938	(125.199)	1.564

Demonstrações Financeiras Anuais

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Partes Relacionadas - ações resgatáveis	9	9.223	-	-	-
Recursos para futuro aumento de capital		2	-	2	-
Custos na captação de empréstimos e financiamentos		-	(16.420)	-	(16.420)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos e debêntures	13	(1.043)	(2.572)	(343)	(383)
Pagamento de passivos de arrendamento		(6.343)	(4.913)	(13.442)	(7.682)
Partes relacionadas	23	9.032	(12.341)	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		10.871	(36.246)	(13.783)	(24.485)

AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	16.211	246	144.216	17.600
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	141	16.211	35.730	144.216

AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

		(16.070)	15.965	(108.486)	126.616
		(16.070)	15.965	(108.486)	126.616

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações Financeiras Anuais

Demonstração do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
RECEITAS					
Vendas de energia	20	-	-	586.701	290.503
Compromissos futuros marcação a mercado		-	-	2.237	(52.493)
Efeito da alienação de ativo disponível para venda	1.1	658	119.179	(11.920)	119.179
Outras receitas		30.077	5.811	65.493	5.811
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custos dos serviços de energia elétrica		(10)	(44)	(497.862)	(140.736)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		81.971	(7.314)	27.241	(36.352)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado		-	-	73	-
Valor adicionado bruto		112.696	117.632	171.963	185.912
Depreciação	10	(3.736)	(3.731)	(106.539)	(102.225)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO		108.960	113.901	65.424	83.687
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial	9	(215.765)	(191.558)	-	-
Receitas financeiras		1.778	443	11.983	8.196
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		(105.027)	(77.214)	77.407	91.883
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:					
Remuneração direta		6.395	5.638	18.479	23.015
Honorários da administração		5.206	-	15.041	-
Benefícios		1.165	1.109	7.146	5.535
FGTS		543	542	1.658	1.685
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		4.932	2.125	27.935	26.794
Estaduais		1	-	1.318	-
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros		38.666	21.964	160.829	137.913
Aluguéis		111	(803)	444	291
Outros		185	9.280	6.788	13.719
Remuneração de Capitais Próprios:					
Prejuízo líquido do exercício		(162.231)	(117.069)	(162.231)	(117.069)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		(105.027)	(77.214)	77.407	91.883

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações Financeiras Anuais

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Base de Preparação

1. Contexto Operacional

A Renova Energia S.A. (“Renova”, “Companhia” ou “Controladora”), sociedade de capital aberto, CNPJ 08.534.605/0001-74, tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com endereço na Avenida das Nações Unidas, 10.989, 8º andar conjunto 82, Brooklin Paulista - São Paulo - SP, que atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis – eólica e solar, e na comercialização de energia a atividades relacionadas.

A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas, produção de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis, a prestação de serviços de apoio logístico a empresas ou companhias de consultoria ambiental, a prestação de consultoria em soluções energéticas relativas à geração, a operação de centrais de processamento de dados, comercialização, transmissão e demais negócios envolvendo energias alternativas, a prestação de serviços de engenharia, construção, logística, desenvolvimento de estudos e projetos relacionados a usinas de geração de energia em todas as suas formas e seus sistemas, bem como a sua implantação, operação, manutenção e exploração, a fabricação e comercialização de peças e equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia, a atuação no mercado de geração de energia elétrica por meio de equipamentos de geração de energia solar, incluindo, mas não se limitando, a comercialização de energia gerada por fonte solar, a comercialização de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia por fonte solar, beneficiamento de polissilício, lingotes, wafers, células, painéis, módulos e inversores, a comercialização, arrendamento, aluguel ou qualquer outra forma de disponibilização de ativos de geração de energia e participação no capital social de outras sociedades.

Relação de entidades controladas

Veja política contábil na nota explicativa 2.1.3.

Demonstrações Financeiras Anuais

Segue abaixo lista das controladas do Grupo:

Controladas	Participação 2025	Participação 2024	Classificação	Descrição
Renova PCH Ltda. (“Renova PCH”)	99,99	99,99	Controlada direta	Tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte hídrica.
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) ⁽ⁱ⁾	99,99	99,99	Controlada direta	Sociedades por ações de capital fechado, sediadas no Estado de São Paulo e na Bahia, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente na área de geração de energia elétrica por fonte eólica.
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	99,99	99,99		
Diamantina Eólica Participações S.A. (Holding) ⁽ⁱ⁾	-	-	Controlada indireta	
Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis S.A.	-	-	Controlada indireta	Têm por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte eólica.
Renova Comercializadora de Energia S.A.	100	100	Controlada direta	Subsidiária integral, tem por objeto social principal a comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
Centrais Eólicas Abil S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-	Controlada indireta	Sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2013 (“LER 2013”).
Centrais Eólicas Acácia S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-		
Centrais Eólicas Angico S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-		
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-		
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-		
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-		
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-		
Centrais Eólicas Tabua S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-		
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-		
Centrais Eólicas São Salvador S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-		
Centrais Eólicas Cedro S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-		
Centrais Eólicas Vellozia S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-		
Centrais Eólicas Angelim S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-		
Centrais Eólicas Facheiro S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-		
Centrais Eólicas Sabiu S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-		
Centrais Eólicas Barbatimão S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-		
Centrais Eólicas Juazeiro S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-		
Centrais Eólicas Jataí S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-		
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-		
Centrais Eólicas Amescla S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-		
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-		
Centrais Eólicas Pau d’Água S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-		
Centrais Eólicas Manineiro S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-		
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. ⁽ⁱ⁾	99,99	99,99	Controlada direta	Tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica oriundas de fontes eólicas e solar, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2014 (“LER 2014”).
Centrais Eólicas Unha d’Anta S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-	Controlada indireta	Tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica oriundas de fontes eólicas e solar, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2014 (“LER 2014”).
Centrais Eólicas Botuquara S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	-	99,99	Controlada direta (Incorporada)	Têm por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte eólica.
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	-	99,99		
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	-	99,99		
Centrais Eólicas Canjoão S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	-	99,99		
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	-	99,99		
Centrais Eólicas Conquista S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	-	99,99		
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	-	99,99		
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	-	99,99		
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	-	99,99		
Centrais Eólicas Macambira S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	-	99,99		

Demonstrações Financeiras Anuais

Controladas	Participação 2025	Participação 2024	Classificação	Descrição
Centrais Eólicas Tamboril S.A. ⁽ⁱ⁾	-	99,99	Controlada direta (incorporada)	Têm por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte eólica.
Centrais Eólicas Tingui S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	-	99,99		
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	-	99,99		
Centrais Eólicas Caliandra S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	-	99,99		
Centrais Eólicas Cansanção S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	-	99,99		
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	-	99,99		
Centrais Eólicas Ico S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	-	99,99		
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	-	99,99		
Centrais Eólicas Lençóis S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	-	99,99		
Centrais Eólicas Putumaju S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	-	99,99	Controlada direta	Têm por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente, na área de geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
SF 120 Participações Societárias S.A.	99,99	99,99		
Renovapar S.A.	100	100	Controlada indireta	O objeto social da Sociedade é desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica por fonte renovável, bem como o aluguel de máquinas, equipamentos, imóveis, comercializar a energia elétrica e quaisquer outros direitos relacionados a essa atividade.
Solar Caetite Energia Renovável LTDA.	99,00	-		
Centrais Elétricas Itaparica S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	99,99	99,99	Controlada direta	Tem por objeto social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar usina de geração de energia elétrica oriunda de fonte eólica e solar, comercializar energia elétrica, bem como comercializar quaisquer outros direitos advindos de benefícios ambientais resultantes dessa atividade, e ainda, desenvolver atividades direta ou reflexamente relacionadas à consecução de tais atividades de geração e comercialização da energia elétrica.
Taperoá Centrais Eólicas Ltda	99,99	99,99	Controlada direta	Têm por objeto social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar especificamente a usina de geração de energia elétrica oriunda de fonte eólica, bem como comercializar a energia elétrica, e quaisquer outros direitos relacionados a essa atividade.
Ventos de São Bartolomeu Energia Renováveis Ltda.	99,99	99,99		
UFV Maracujá Ltda.	99,99	99,99	Controlada direta	Tem por objeto social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica por fonte renovável, bem como o aluguel de máquinas, equipamentos e quaisquer outros direitos relacionados a essa atividade.
UFV Gregal Ltda.	99,99	99,99		
UFV Lagoa Ltda.	99,99	99,99		
UFV Tambora Ltda.	99,99	99,99		
UFV Vatra Ltda.	99,99	99,99		
UFV Cachoeira Ltda.	99,99	99,99		
UFV Fotiá Ltda.	99,99	99,99		
UFV Morrinhos Ltda.	99,99	99,99		
UFV Iracema Ltda.	99,99	99,99		
UFV Azufre Ltda.	99,99	99,99		
UFV Junco Ltda.	99,99	99,99		
UFV Caraubas Ltda.	99,99	99,99		
UFV Quixabas Ltda.	99,99	99,99		

(i) empresas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A.

(ii) empresas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase B (Incorporadas nota 1.1.5)

(iii) Nota 1.1.6

1.1. Principais eventos ocorridos nos exercícios findos em 31.12.2024 e 31.12.2025

1.1.1. Pagamento de credores

Conforme cronograma de pagamento das amortizações estabelecido no Plano de Recuperação Judicial da Renova e em continuidade as tratativas no âmbito da Recuperação Judicial os novos aditamentos foram submetidos à homologação em 14 de outubro de 2024, e em 15 de outubro de 2024 foi realizado o pagamento de R\$18,9 milhões referente aos juros acumulados do período, com homologação final dos aditivos ocorridos em 30 de outubro de 2024.

Demonstrações Financeiras Anuais

Quanto aos pagamentos dos credores quirografários, Classe III, estão sendo realizados conforme estabelecido no cronograma de pagamento do Plano de Recuperação Judicial da Companhia. Adicionalmente, em fevereiro e agosto de 2024, foram realizados os pagamentos dos credores classe III, no valor montante de R\$24,4 milhões do Plano de Recuperação Judicial.

Em 14 de fevereiro de 2025, foi realizado o pagamento de R\$11,7 milhões, referente à parcela semestral correspondente a principal mais juros acumulados no período de 14 de agosto de 2024 a 14 de fevereiro de 2025, conforme previsto na cláusula 8.4.1.2.2.2. do Plano de Recuperação Judicial das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova para Classe III quirografários.

Em 17 de fevereiro de 2025, foi realizado o pagamento de R\$32,8 milhões, referente à parcela semestral correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) dos juros acumulados no período de 15 de outubro de 2024 a 15 de fevereiro de 2025, conforme previsto na cláusula 8.3.1.1.3.2 do 7º aditivo ao plano de recuperação das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova para Classe II (Garantia Real) e extraconcursal.

Em 14 de agosto de 2025, foi realizado o pagamento de R\$8,9 milhões, referente à parcela semestral correspondente a principal mais juros acumulados no período de 15 de fevereiro de 2024 a 14 de agosto de 2025, conforme 5º aditivo do Plano de Recuperação Judicial das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova para Classe III quirografários.

Em 14 de agosto de 2025, foi realizado o pagamento de R\$ 48,6 milhões, referente à parcela semestral correspondente a juros acumulados no período de 15 de fevereiro a 14 de agosto de 2025, conforme 7º aditamento do Plano de Recuperação Judicial das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova para Classe II (Garantia Real) e extraconcursal.

1.1.2. Suspensão da liminar contrato Light

Em 16 de março de 2023, o Superior Tribunal de Justiça revogou a medida liminar que visava suspender a eficácia da sentença do procedimento arbitral promovido pela Light.

Os recursos pendentes de julgamento não possuem efeito suspensivo. Assim, considerando o julgamento, em 25 de abril de 2024, do incidente de Recuperação ajuizado pela LightCom, a Companhia incluiu no quadro geral de credores o crédito de R\$51 milhões em favor da LightCom, Classe III (Nota 16).

A partir de janeiro de 2025, o contrato anteriormente rescindido unilateralmente pela LightCom com a controlada Renova Comercializadora S.A foi restabelecido e voltou a produzir seus efeitos.

Demonstrações Financeiras Anuais

1.1.3. Earn-Out – Alto Sertão II

Em abril de 2024, foi concluído o ajuste de preço sob a forma de *earn-out*, conforme previsto no contrato de compra e venda do Complexo Eólico Alto Sertão II entre a Companhia e a AES. O impacto deste ajuste de preço foi positivo no resultado da Companhia em R\$65,5 milhões com impacto no caixa de R\$22,1 milhões e reversão de provisão em Outras Contas a Pagar de R\$43,4 milhões.

1.1.4. Acordo transação de projetos em desenvolvimento

Em abril de 2024, foi assinado um instrumento particular de transação entre a Companhia e o Grupo Sallus, representado por suas sociedades investidas, dedicados à pesquisa e implementação de projetos de energia eólica e solar.

O acordo abrange a sobreposição de projetos em desenvolvimento entre as partes. Para transação existem condições precedentes, destacam-se a homologação pelo juízo da Recuperação Judicial e a autorização do CADE.

	Consolidado	
	2025	2024
Negociação casa dos ventos	658	25.374
Recebimento acordo transação de projetos em desenvolvimento Grupo Sallus	-	41.809
Acordo transação de projetos em desenvolvimento Grupo Sallus	-	(13.581)
Total das receitas financeiras	658	53.602

1.1.5. Incorporação de empresas do grupo

Em 28 de abril de 2025, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária, a incorporação de 20 Sociedades de Propósito Específico (SPEs) do Complexo Alto Sertão III – Fase B (relação das empresas nota 1) pela Companhia com data base de 30 de abril de 2025. A operação, fundamentada em laudos de avaliação independentes, visa à simplificação da estrutura societária e à consolidação dos ativos operacionais.

Como efeito direto, foi promovida a baixa da rubrica de Debêntures Privadas na controladora, anteriormente vinculadas às SPEs incorporadas, sem impacto no consolidado do Grupo.

Demonstrações Financeiras Anuais

A seguir são apresentados os valores justos dos ativos e passivos incorporados obtidos a partir do supracitado laudo com data base de 30 de abril de 2025:

Valores expressos em milhares de reais

ATIVOS	30/04/2025	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30/04/2025
CIRCULANTES		CIRCULANTES	
Caixa e equivalentes de caixa	110	Fornecedores	3.567
Tributos a recuperar	46	Total dos passivos circulantes	3.567
Despesas antecipadas	273		
Total dos ativos circulantes	429	NÃO CIRCULANTES	
		Fornecedores	22.946
NÃO CIRCULANTES		Total dos passivos não circulantes	22.946
Debêntures privadas	52.593		
Imobilizado	50.755	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Total dos ativos não circulantes	103.348	Capital social	341.469
		Recursos para futuro aumento de capital	1.373
		Prejuízos acumulados	(265.578)
		Total do patrimônio líquido	77.264
TOTAL DOS ATIVOS	103.777	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	103.777

1.1.6. Ativos mantidos para venda

Em 05 de novembro de 2025, a administração aprovou Termo de Compromisso para a venda do ativo Projeto UFV – GD Caetité Va, anteriormente classificado no imobilizado da Companhia. A medida está alinhada à estratégia da Companhia de continuidade operacional.

O ativo foi disponibilizado para venda em suas condições atuais e está sendo conduzido processo ativo para localização de comprador. A Administração espera concluir a venda no prazo máximo de 12 meses, conforme exigido pelo CPC 31 / IFRS 5.

Na data da classificação, o ativo possuía valor contábil líquido de R\$ 28.567 e, com base em avaliação de mercado, seu valor de venda estimado foi determinado em R\$ 16.000. Em conformidade com o item 15 do CPC 31 / IFRS 5, o ativo foi mensurado pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda e, como esse valor estimado é inferior ao valor contábil, foi reconhecida perda de R\$ 12.567, registrada em “Ganho (perda) na alienação de ativos” no resultado do exercício.

Demonstrações Financeiras Anuais

1.2. Encerramento da Recuperação judicial

Em 16 de outubro de 2019 a Companhia e determinadas controladas protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Em 18 de dezembro de 2020 a Companhia e determinadas controladas protocolaram novos planos de recuperação judicial, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES e um segundo plano contemplando a Companhia e as demais Sociedades em Recuperação judicial do Grupo Renova, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizadas nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação Judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a Companhia reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação pelo Juízo.

Os passivos do Grupo Renova negociados no âmbito da recuperação judicial foram segregados em quatro classes. O quadro abaixo demonstra a posição atualizada dos credores em 31 de dezembro de 2025:

Classes	Saldo em 31/12/2024	Pagamentos realizados	Crédito convertido em ação	Juros/ Encargos	Saldo em 31/12/2025
Classe II - credores com garantia real	1.129.487	(79.104)	(438.953)	111.941	723.371
Classe III - credores quirografários	324.890	(17.139)	(97.563)	7.884	218.072
Extraconcursal	33.342	(3.169)	-	4.518	34.691
Total	1.487.719	(99.412)	(536.516)	124.343	976.134

Classes	Saldo em 31/12/2023	Créditos habilitados	Pagamentos realizados	Juros/ Encargos	Saldo em 31/12/2024
Classe I - credores trabalhistas	118	-	(1)	(117)	-
Classe II - credores com garantia real	1.035.274	-	(18.420)	112.633	1.129.487
Classe III - credores quirografários	284.768	57.938	(24.412)	6.596	324.890
Classe IV - credores microempresas e empresas de pequeno porte	842	(374)	-	(468)	-
Extraconcursal	30.558	-	(543)	3.327	33.342
Total	1.351.560	57.564	(43.376)	121.971	1.487.719

Demonstrações Financeiras Anuais

Em 31 de dezembro de 2025 as classes estão apresentadas nas notas explicativas conforme quadro abaixo:

	Notas	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Fornecedores	12	124.692	270.041
Empréstimos e financiamentos	13	761.950	1.171.149
Contas a pagar – CCEE	15	29.068	31.727
Outras contas a pagar	16	60.424	14.802
Total		976.134	1.487.719

Classe I – credores trabalhistas:

- a) Créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial até o limite de 5 salários-mínimos com prazo de pagamento de 30 dias após a homologação do plano.
- b) Valor adicional de até R\$10 mil para cada credor trabalhista limitado ao valor do respectivo crédito em até 60 dias da data de homologação do plano.
- c) O pagamento do saldo remanescente será realizado por meio de uma das duas opções abaixo:
 - i. Opção A: pagamento de 100% do valor do saldo remanescente em até 12 meses reajustado por taxa equivalente a 0,5% ao ano acrescida da variação da taxa referencial.
 - ii. Opção B: pagamento de 100% do valor do saldo remanescente em até 18 meses após um período de carência de 6 meses da data de homologação, reajustado pelo equivalente a 120% da variação do CDI.

Os credores trabalhistas tiveram 120 dias da data da publicação do plano para escolha da forma de pagamento, caso contrário, foram automaticamente enquadrados na opção A.

Informamos que todos os pagamentos referentes à Classe I – Credores Trabalhistas foram integralmente efetivados ao longo do exercício de 2024. Dessa forma, não há valores pendentes relacionados a essa categoria, estando a companhia em plena conformidade com as obrigações trabalhistas previstas no plano.

Classe II – credores com garantia real:

No início de agosto de 2024, a Companhia foi informada de que o Banco Bradesco vendeu seus créditos para a gestora JM. Essa operação não altera as condições previamente estabelecidas para a Renova, exceto pela mudança de titularidade do crédito, sem qualquer ajuste no fluxo de pagamento ou nas taxas contratadas.

A Companhia, celebrou novos aditamentos aos planos de recuperação judicial da própria empresa e das sociedades que compõem o Alto Sertão III (conjuntamente, os "Planos"), com aprovação unânime dos credores com garantia real (vide nota 10.10). Esses aditamentos visam o reperfilamento da dívida e foram submetidos à homologação na 2ª Vara de Falências de São Paulo em 14 de outubro de 2024. Em 30 de outubro de 2024, foi homologado o 7º aditivo ao Plano de Recuperação das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova e o 5º aditamento ao plano da Alto Sertão Participações S.A e Outros, nos termos do artigo 45-A da Lei 11.101/2005.

Demonstrações Financeiras Anuais

Com a homologação do 7º aditivo ao Plano de Recuperação, o fluxo de pagamento foi reestruturado para os créditos dos credores com garantia real – classe II, onde:

- Os créditos de Garantia Real serão remunerados a 100% do CDI a partir da data do pedido.
- Durante os 24 meses após a homologação do 7º Aditamento, a Renova poderá optar por uma nova fórmula de remuneração, composta por:
 - IPCA acumulado (*pro rata temporis*);
 - NTN-B 2035 (acima do IPCA);
 - Spread prefixado de 0,5% ao ano;
 - Taxa Piso IPCA + 5% ao ano;
 - A partir de 15 agosto de 2026, término da carência da amortização do principal.

O novo fluxo de amortização seguirá conforme o quadro abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
2026	-	1,00%
2027	1,00%	1,50%
2028	1,50%	2,00%
2029	2,50%	2,50%
2030	2,50%	2,50%
2031	2,50%	2,50%
2032	2,50%	4,00%
2033	4,00%	4,00%
2034	4,00%	4,00%
2035	4,00%	51,50%

- a) Parcelas em atraso: As parcelas semestrais previstas no plano anterior, com vencimentos em agosto 2023 e fevereiro 2024, serão capitalizadas ao saldo devedor em 15 de outubro de 2024.
- b) Pagamento em 15 de outubro de 2024: Foi pago 25% dos juros do período de 14 de fevereiro 2024 a 15 de outubro de 2024, enquanto os 75% restantes serão capitalizados ao saldo devedor.
- c) Pagamento em 15 de fevereiro 2025: Foi pago 75% dos juros do período de 15 de outubro de 2024 a 15 de fevereiro 2025, com os 25% restantes capitalizados ao saldo devedor.
- d) A partir de 15 de agosto de 2025: Os juros semestrais passarão a ser integralmente pagos, sem capitalização.

Classe III – credores quirografários:

- a) Pagamentos iniciais, no montante de até R\$2 mil será pago a cada credor quirografário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$1 mil em até 90 dias e mais R\$1 mil em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros (pagamentos efetivados).
- b) O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da taxa referencial, a partir da data do pedido de recuperação judicial.

Demonstrações Financeiras Anuais

- c) Durante os primeiros 24 meses, serão realizados pagamentos semestrais de R\$100 mil a ser distribuído de forma *pro rata* entre os credores quirografários na proporção dos seus respectivos créditos, iniciando-se a partir de 6 meses da data da publicação. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal.
- d) O principal será pago em 24 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
2023	2,50%	2,50%
2024	2,50%	2,50%
2025	2,50%	2,50%
2026	2,50%	2,50%
2027	2,50%	2,50%
2028	2,50%	2,50%
2029	2,50%	5,00%
2030	5,00%	5,00%
2031	5,00%	5,00%
2032	5,00%	5,00%
2033	5,00%	5,00%
2034	10,00%	12,50%

Os credores essenciais fundiários serão pagos da seguinte forma:

- a) Pagamentos iniciais, no montante de até R\$2 mil será pago a cada credor essencial fundiário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$1 mil em até 90 dias e mais R\$1 mil em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros (pagamentos efetivados).
- b) O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da taxa referencial, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- c) Os juros sobre o saldo devedor, capitalizados anualmente, serão pagos em parcelas trimestrais após o fim do período de carência de juros de três meses a contar da data de publicação.
- d) O principal será pago em 12 (doze) parcelas trimestrais, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada três meses.

Os credores classificados como seguradoras parceiras receberão o pagamento integral dos seus créditos concursais, conforme indicado na lista de credores, em moeda corrente nacional creditada na conta bancária de sua titularidade informada nos autos da recuperação judicial, em até 3 anos da data de renovação da respectiva apólice de seguro ou assinatura de nova apólice de seguro.

Classe IV – credores microempresas e empresas de pequeno porte:

A Classe IV é composta por credores microempresas e empresas de pequeno porte que receberam o pagamento inicial no montante de até R\$20 mil por credor, em parcela única e limitado ao seu crédito, em até 90 dias a contar da data da publicação. O saldo remanescente será pago em até 12 meses com a correção de 100% do CDI.

Demonstrações Financeiras Anuais

Informamos que todos os pagamentos referentes à Classe I – Credores Trabalhistas foram integralmente efetivados ao longo do exercício de 2024. Dessa forma, não há valores pendentes relacionados a essa categoria, estando a companhia em plena conformidade com as obrigações trabalhistas previstas no plano.

Principais fatos da recuperação judicial:

Em 21 de outubro de 2024 a Companhia, em atendimento ao artigo 157, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e à Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 44, de 23 de agosto de 2021, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que recebeu correspondência enviada por VC Energia II Fundo de Investimento em Participações (“Credor”), fundo de investimento integrado do conglomerado econômico da AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, acionista pertencente ao grupo de controle da Companhia, contemplando o seu compromisso de subscrição de ações ordinárias de emissão da Companhia, ao preço unitário de R\$1,08 (um real e oito centavos), mediante capitalização de créditos detidos pelo Credor contra a Companhia, no montante aproximado de R\$524 milhões (“Compromisso de Assinatura”).

A Companhia esclarece que o Compromisso de Subscrição e a proposta de aumento do capital social da Companhia, mediante emissão de ações ordinárias de emissão da Companhia, para subscrição privada, nos termos do Compromisso de Subscrição, serão submetidos à análise do Conselho de Administração, que oportunamente deliberaria sobre a realização, ou não, do referido aumento de capital.

Conforme fato relevante divulgado pela Companhia em 21 de outubro de 2024, a Companhia recebeu correspondência enviada pelo Credor (“Compromisso de Subscrição”), por meio do qual o Credor declarou que é titular de créditos, detalhado nas notas explicativas 12 (classe III) e 13.5 (classe II).

O aumento de capital com base nos créditos ocorreu por meio da capitalização dos créditos detidos pelo Investidor contra a Companhia no momento da sua capitalização. A Capitalização de Créditos, nos termos propostos, reduziu o endividamento em aproximadamente 35% (trinta e cinco por cento) (base set/24), sem qualquer comprometimento do caixa resultando em uma redução substancial da alavancagem da Companhia. Vale ressaltar, que a Capitalização de Créditos beneficia não apenas a Companhia, ao reduzir de forma material o seu passivo, mas a todos os credores concursais, ao proporcionar-lhes conforto adicional de que a Companhia conseguirá adimplir suas obrigações nos termos do Plano de Recuperação Judicial.

Em 25 de outubro de 2024, a Companhia comunicou seus acionistas e ao mercado em geral que, em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de outubro de 2024, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, mediante emissão, para subscrição privada, de no mínimo 485.185.185 e no máximo 500.000.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal (“Ações Ordinárias”), dentro do limite do capital autorizado, conforme disposto no estatuto social da Companhia. O preço de emissão foi fixado em R\$1,08 (um real e oito centavos) por Ação Ordinária (“Preço de Emissão”), totalizando, no mínimo, R\$523.999.999,80 (“Subscrição Mínima”) e, no máximo, R\$540.000.000,00 (“Subscrição Máxima” e “Aumento de Capital”, respectivamente), condicionado ao recebimento, pela Companhia, da confirmação da titularidade dos Créditos (conforme definido abaixo) pelo VC Energia II Fundo de Investimento em Participações (“Credor”).

Demonstrações Financeiras Anuais

O Preço de Emissão foi fixado com base na proposta constante do Compromisso de Subscrição (conforme definido abaixo) e corresponde ao preço médio ponderado por volume (VWAP) das Ações Ordinárias na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, nos 30 pregões entre 12 de setembro e 23 de outubro de 2024, com deságio de 0,9%. Assim, o preço de emissão foi fixado com base no artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, sem resultar em diluição injustificada para os atuais acionistas da Companhia (incluindo os titulares de Units).

O Aumento de Capital tem como finalidade viabilizar a capitalização dos Créditos, com consequente redução do endividamento e fortalecimento da estrutura de capital da Companhia, visando à superação da situação de crise da Companhia, em benefício dos interesses da Companhia e de seus acionistas, credores e demais stakeholders.

Foi assegurado o direito de preferência para subscrição das Ações Ordinárias objeto do Aumento de Capital aos acionistas da Companhia (inclusive titulares de Units), nos termos do artigo 171, §2º, da Lei das Sociedades por Ações (“Direito de Preferência”). Como o Aumento de Capital está condicionado à confirmação da titularidade dos Créditos pelo Credor, o prazo para exercício do Direito de Preferência foi divulgado oportunamente por meio de novo aviso aos acionistas.

O Conselho de Administração aprovou que o Aumento de Capital poderia ser parcialmente homologado, desde que respeitada a Subscrição Mínima, inclusive por meio da capitalização dos Créditos.

Em 12 de fevereiro de 2025, o Juízo Recuperacional proferiu sentença de encerramento da Recuperação Judicial da Companhia e suas controladas (“Grupo Renova Energia”), processo nº 1103257-54.2019.8.26.0100 e a referida decisão foi objeto de recurso. No entanto, as partes se conciliaram e o juiz em 23 de maio de 2025 proferiu decisão que integrou a sentença anterior, ratificando o encerramento da Recuperação Judicial, tendo sido certificado o trânsito em julgado da decisão de encerramento em 15 de agosto de 2025, restando pendente o arquivamento dos autos.

Em 5 de março de 2025, a Companhia recebeu a confirmação do VC Energia II Fundo de Investimento em Participações quanto à titularidade da totalidade dos créditos a serem capitalizados no âmbito do aumento de capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado.

Em 6 de março de 2025, foram celebrados o “Termo de Compromisso de *Lock-Up*” e o “Termo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital” entre a Companhia e o Credor, formalizando as obrigações assumidas pelo Credor.

Em 28 de abril de 2025, o Conselho de Administração aprovou a homologação do aumento de capital social da Companhia, por subscrição privada, para capitalização dos créditos detidos pelo VC Energia II Fundo de Investimento em Participações (“Credor”).

O Aumento de Capital foi homologado no valor atualizado dos créditos, correspondente a R\$ 534 milhões, representado por 494.883.865 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, emitidas ao preço unitário de R\$ 1,08 (um real e oito centavos).

Do total homologado, R\$ 226 mil foram subscritos e integralizados em moeda corrente nacional, em razão do exercício do Direito de Preferência, correspondendo a 209.206 ações ordinárias. As demais 494.674.659 ações foram subscritas pelo Credor.

O Credor passou a integrar o bloco de controle da Companhia, conforme termo de adesão celebrado em 19 de fevereiro de 2025, com efeitos a partir da homologação do Aumento de Capital.

Demonstrações Financeiras Anuais

As subscrições condicionadas, total ou proporcionalmente, à homologação total do Aumento de Capital seriam canceladas e os valores pagos pelos subscritores seriam devolvidos aos subscritores em 30 de abril de 2025, conforme os procedimentos estabelecidos pela instituição escrituradora e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Em 15 de maio de 2025, a Companhia tomou conhecimento de decisão da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais, em sede de embargos de declaração, que reconheceu a nulidade da operação de conversão de crédito realizada pela Companhia mediante capitalização de créditos homologada em 28 de abril de 2025.

Em 26 de maio de 2025, em novo julgamento de embargos de declaração opostos pela Companhia, foi revogada a declaração de nulidade da operação.

Nos termos da nova decisão judicial, a Companhia deveria estender aos demais credores a possibilidade de capitalizar seus créditos, em condições isonômicas às do Aumento de Capital homologado em 28 de abril de 2025. Os credores tiveram o prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da divulgação de novo fato relevante, para manifestar interesse. Os credores interessados deveriam contatar a Companhia até 19 de junho de 2025 (“Período de Manifestação”).

Durante esse período, o credor poderia celebrar compromisso irrevogável e irretratável de subscrição de ações ordinárias ao preço unitário de R\$ 2,16 (dois reais e dezesseis centavos) (após grupamento de ações, conforme nota 18(d)), a serem integralizadas mediante capitalização da totalidade de seus créditos, conforme atualizados na data de homologação do novo aumento de capital (“Compromisso de Subscrição”), assumindo ainda:

- obrigação de não alienar, emprestar, negociar ou de qualquer outra forma transferir ou dispor, total ou parcialmente, a título oneroso ou gratuito, das ações ordinárias de emissão da Companhia que venham a ser entregues ao credor em decorrência da capitalização de seus créditos, pelo período de 12 (doze) meses, contados do efetivo recebimento de tais ações ordinárias pelo credor (“Compromisso de *Lock-up*”); e
- obrigação de investir na Companhia, por meio da realização de adiantamento para futuro aumento de capital em favor da Companhia, eventual parcela em dinheiro a que o credor faça jus em decorrência de eventual exercício do direito de preferência na subscrição das ações ordinárias objeto do Novo Aumento de Capital pelos acionistas da Companhia (ou seus respectivos cessionários) (“Compromisso de Investimento”).

A Companhia informa que os termos e condições do Compromisso de Subscrição, do Compromisso de *Lock-up* e do Compromisso de Investimento são estabelecidos conforme as disposições dos instrumentos celebrados pelo VC Energia II Fundo de Investimento em Participações, no contexto do Aumento de Capital de 28 de abril de 2024.

A sentença de encerramento da Recuperação Judicial foi proferida nos termos do art. 63 da Lei nº 11.101/2005, conforme alterada (“LRF”), reconhecendo o cumprimento integral das obrigações previstas no plano de recuperação judicial (“Plano”). Isso significa que o Grupo Renova Energia atendeu a todas as obrigações assumidas perante os credores, implementando com êxito as medidas estabelecidas no Plano, dentro dos prazos, termos e condições estipulados. Este é um marco fundamental na reestruturação e transformação da Companhia, consolidando sua sustentabilidade de longo prazo, rentabilidade e capacidade de inovação.

O encerramento da Recuperação Judicial permite à Companhia operar com maior estabilidade, superar os desafios financeiros e seguir com o pagamento do saldo do passivo concursal de R\$976.134.

Demonstrações Financeiras Anuais

A íntegra dos Planos de Recuperação Judicial aprovados, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com os Planos de Recuperação Judicial propriamente dito.

1.3. Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou prejuízo consolidado de R\$ 162.231 (R\$ 117.069 em 31 de dezembro de 2024) e prejuízos acumulados de R\$ 3.474.918 (R\$ 3.312.687 em 31 de dezembro de 2024). Nessa data, os passivos circulantes excediam os ativos circulantes em R\$ 11.557 na controladora (em 31 de dezembro de 2024 os ativos circulantes excediam aos passivos circulantes em R\$ 19.702) e em R\$ 53.354 (R\$ 74.373 em 31 de dezembro de 2024) no consolidado. O resultado do exercício decorreu, principalmente, do resultado financeiro líquido negativo consolidado de R\$ 152.577 (R\$ 143.682 em 31 de dezembro de 2024), substancialmente relacionado ao reconhecimento de juros incidentes sobre empréstimos e fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2025, a posição de capital circulante líquido negativo decorre, em grande parte, do registro temporário de R\$ 71.913 no passivo circulante, relativos a ajustes regulatórios junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Tais valores não representam desembolso imediato, uma vez que sua exigibilidade encontra-se suspensa nos termos do Despacho ANEEL nº 2.303, de 08 de agosto de 2024, até a conclusão da apuração definitiva. Adicionalmente, parcela desses montantes poderá ser revista ou compensada, considerando mecanismos regulatórios de compensação por cortes de geração (*curtailment*), que asseguram à Companhia direito a reembolso parcial.

Em 25 de novembro de 2025, foi publicada a Lei nº 15.269/2025, resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.304/2025, que introduziu alterações relevantes no marco regulatório do setor elétrico, estabelecendo mecanismos de compensação financeira para cortes de geração de usinas eólicas e solares. A elegibilidade a tais compensações está condicionada à adesão a termo de compromisso a ser firmado com o poder concedente, cuja minuta foi submetida à Consulta Pública nº 210/2025 pelo Ministério de Minas e Energia. A Administração acompanha a evolução da regulamentação e avalia os potenciais impactos operacionais, regulatórios e econômico-financeiros associados à implementação da nova legislação.

No âmbito operacional, a Companhia concluiu, no terceiro trimestre de 2025, a energização do Complexo Solar Caetitê, localizado no sudoeste da Bahia, com capacidade instalada de 4,8 MWp, cuja energia será comercializada na modalidade de geração distribuída. A Companhia segue monitorando e desenvolvendo seu portfólio de projetos, que totaliza aproximadamente 7 GW eólicos e 2 GW solares, além de 11 projetos de geração distribuída (33 MW) em fase de solicitação de parecer de acesso.

Diante desse contexto, a Administração entende que a posição contábil apresentada não indica risco à continuidade operacional, tendo as demonstrações financeiras individuais e consolidadas sido preparadas com base no pressuposto da continuidade.

Demonstrações Financeiras Anuais

2. Políticas Contábeis

2.1. Políticas contábeis materiais

2.1.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e Práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BRGAAP.

2.1.2 Aprovação das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado, foram aprovadas para arquivamento na CVM pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

2.1.3 Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo Renova é como segue:

2.1.4 Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras das controladas mencionadas na nota 1. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo Renova são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.1.5 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Os investimentos da Companhia incluem a mais valia identificada na aquisição da participação líquida de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se houver.

Demonstrações Financeiras Anuais

2.1.6 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento, medição ou condição contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e mútuos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

2.1.7 Resultado por ação

O lucro (prejuízo) por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias (“ON”) e preferenciais (“PN”) da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria.

O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado, excluídas as ações em tesouraria.

2.1.8 Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

a) Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo Renova com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Demonstrações Financeiras Anuais

A Companhia possui controladas enquadradas em dois regimes distintos de tributação. As controladas diretas Itaparica e Taperoá, bem como as controladas indiretas Ventos de São Cristóvão, LER 13 e LER 14 adotam o regime de tributação com base no lucro presumido. As demais empresas do grupo são optantes pelo regime de lucro real, listadas na nota 1.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$20 por mês incorrido no ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido são recolhidos trimestralmente sobre a receita bruta, considerando o percentual de presunção, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente (base de estimativa de 8% e 12% sobre as vendas para imposto de renda e contribuição social, respectivamente) e as receitas financeiras.

b) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

2.1.9 Ativo imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados nas imobilizações em curso. Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. Para os demais empréstimos e financiamentos que não são vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa para a capitalização dos custos desses empréstimos.

Demonstrações Financeiras Anuais

As licenças ambientais prévias e de instalação, obtidas na fase de planejamento do empreendimento e na instalação dele, consecutivamente, são reconhecidas como custo dos ativos das pequenas centrais hidrelétricas, parques eólicos e usinas de geração solar.

b) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As taxas de depreciação estão de acordo com a Resolução Normativa nº 674/2015 emitida pela ANEEL pelo fato de a Administração entender que essas taxas de depreciação refletem a melhor estimativa de vida útil dos ativos e, portanto, são utilizadas pela Companhia e suas controladas para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

c) Provisão para desmantelamento

As provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. São constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos. A Companhia e suas controladas adotam como prática contábil a contabilização dessa provisão quando da entrada em operação comercial dos parques eólicos.

2.1.10 Arrendamentos

A Companhia possui contratos de arrendamento de uso de terra e equipamentos, referente aos parques eólicos, usina fotovoltaica e contratos para os escritórios.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por eventuais novas mensurações dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso é idêntico ao valor dos passivos de arrendamentos reconhecidos. Contemplam no cálculo custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Demonstrações Financeiras Anuais

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é mensurado se houver uma modificação: mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamento de baixo valor

A Companhia pode contratar arrendamentos cujo valor individual do ativo subjacente seja considerado baixo, para esses arrendamentos, a Companhia adota a isenção de reconhecimento permitida pela norma, optando por não reconhecer o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento. Os pagamentos são reconhecidos diretamente como despesa na demonstração do resultado, ao longo do período em que o ativo é utilizado.

2.1.11 Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos tributos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Demonstrações Financeiras Anuais

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Caso as condições precedentes que originaram a perda por redução recuperável sejam superadas a reversão é reconhecida no resultado do exercício.

2.1.12 Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.1.13 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas controladas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros:

Demonstrações Financeiras Anuais

a.1) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas gerenciam esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota 6); e
- Aplicações financeiras (nota 6).

a.2) Mensurados pelo custo amortizado

A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. O principal ativo financeiro que a Companhia e suas controladas possui e mantém classificado nesta categoria é o contas a receber de clientes (nota 7).

b) Passivos financeiros

b.1) Mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia e de suas controladas compreendem:

- Fornecedores (nota 12);
- Empréstimos e financiamentos (nota 13);
- Debêntures privadas (nota 13);
- Contas a pagar – CCEE (nota 15);
- Adiantamentos de clientes;
- Transações com partes relacionadas (nota 23); e
- Outras contas a pagar (nota 16).

2.2 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras Anuais

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a exercícios de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027*. O novo padrão introduz os seguintes novos requerimentos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, investimento, financiamento, operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

* Para fins de esclarecimentos, exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, consideram encerramentos anuais após 2026.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como “outros”.

Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

Demonstrações Financeiras Anuais

IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em 09 de maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações emitidas (*Subsidiaries Without Public Accountability: Disclosures*). As divulgações permitem que as subsidiárias elegíveis utilizem as Normas contábeis IFRS com divulgações reduzidas (sem alterar aspectos de reconhecimento, mensuração e apresentação existentes nas IFRS completas).

O IFRS 19 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. No entanto, as empresas poderão adotá-lo antecipadamente, desde que haja autorização dos reguladores competentes.

Informações financeiras relacionadas a sustentabilidade

Conforme publicação da Resolução 193, em 20 de outubro de 2023, a CVM prevê a divulgação de relatório de informações financeiras relacionadas a sustentabilidade com base no padrão Internacional ISSB - IFRS S1 e S2.

Pronunciamentos IFRS S1

Principais aspectos

Quaisquer informações que possam razoavelmente afetar, no curto, médio ou longo prazos: i. Fluxos de caixa prospectivos; ii. Acesso a financiamento; iii. Custo de capital; iv. Investimentos ou desinvestimentos

IFRS S2

Devem ser divulgadas informações materiais (qualitativas + quantitativas) relacionadas a riscos e oportunidades climáticos, que atendam à necessidade de informação dos investidores
i. Riscos Físicos e ii. Riscos de Transição

A resolução CVM 193/23 com alterações introduzidas pela resolução CVM 210/24 estabelece a adoção voluntária destes relatórios, para os exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. A Administração da Companhia realizou análise preliminar sobre essas normas e está coordenando uma avaliação interna sobre os seus impactos, bem como as adequações necessárias em seus processos visando a adoção e divulgação dos novos pronunciamentos. A obrigatoriedade da divulgação nos relatórios de sustentabilidade, está prevista para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2026, sendo obrigatória a divulgação em até 3 meses após o encerramento do exercício social.

Demonstrações Financeiras Anuais

Reforma Tributária Brasileira

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a reforma tributária brasileira sobre o consumo. A reforma trouxe mudanças significativas no sistema tributário nacional, com o objetivo de simplificar a arrecadação, reduzir a burocracia e promover maior justiça fiscal. Entre as principais mudanças, destaca-se a criação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), modelo de IVA dual que substituirá os atuais tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS.

A transição para o novo sistema começará em 2026, de forma escalonada, com implementação integral em 2033.

3. Das autorizações vigentes

3.1 Mercado regulado (ACR)

	Ref. Contrato	Resolução ANEEL	Data da resolução	Prazo da autorização	Capacidade de produção instalada*
EÓLICO					
Centrais Eólicas Abil S.A.	LER 05/2013	109	19/03/2014	35 anos	23,70 MW
Centrais Eólicas Acácia S.A.	LER 05/2013	123	24/03/2014	35 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Angico S.A.	LER 05/2013	111	19/03/2014	35 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	LER 05/2013	115	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	LER 05/2013	113	19/03/2014	35 anos	9,00 MW
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A.	LER 05/2013	116	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.	LER 05/2013	114	19/03/2014	35 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tabua S.A.	LER 05/2013	110	19/03/2014	35 anos	15,00 MW
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	LER 05/2013	132	28/03/2014	35 anos	23,40 MW
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Mulungu)	LER 08/2014	241	01/06/2015	35 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Quina)	LER 08/2014	242	01/06/2015	35 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Unha D'anta S.A. (EOL Pau Santo) ⁽ⁱ⁾	LER 08/2014	285	25/06/2015	35 anos	18,90 MW

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

(i) Em 15 de junho de 2022, a ANEEL publicou a Resolução Autorizativa nº 12.030/2022, que transfere de Centrais Eólicas Itapuã VII para Centrais Eólicas Unha D'anta S.A. a autorização referente à Central Geradora Eólica Pau Santo. A referida autorização vigorará pelo prazo remanescente a que alude o art. 5º da Portaria nº 285, de 2015, sub-rogando-se à Centrais Eólicas Unha D'anta S.A. todos os direitos e obrigações que dela decorrem.

Demonstrações Financeiras Anuais

3.2 Mercado Livre (ACL)

EÓLICO	Ref. Contrato	Resolução ANEEL	Data da resolução	Prazo da autorização	Capacidade de produção instalada*
Centrais Eólicas Amescla S.A.	ACL (Mercado Livre)	5099	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Angelim S.A.	ACL (Mercado Livre)	5092	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Barbatimão S.A.	ACL (Mercado Livre)	5093	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Facheio S.A.	ACL (Mercado Livre)	5098	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A.	ACL (Mercado Livre)	5085	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Jataí S.A.	ACL (Mercado Livre)	5081	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Juazeiro S.A.	ACL (Mercado Livre)	5088	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Sabiu S.A.	ACL (Mercado Livre)	5084	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A.	ACL (Mercado Livre)	5091	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Vellozia S.A.	ACL (Mercado Livre)	5087	26/03/2015	30 anos	16,50 MW
Centrais Eólicas Cedro S.A.	ACL (Mercado Livre)	5496	01/10/2015	30 anos	12,00 MW
Centrais Eólicas Manineiro S.A.	ACL (Mercado Livre)	5125	01/04/2015	30 anos	13,80 MW
Centrais Eólicas Pau D'Água S.A.	ACL (Mercado Livre)	5126	01/04/2015	30 anos	18,00 MW
Centrais Eólicas São Salvador S.A.	ACL (Mercado Livre)	162	22/05/2013	35 anos	18,90 MW

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

4. Comercialização de energia

4.1 Mercado regulado (ACR)

Companhias do Grupo	Ref. Contrato	Compradora	VALORES				PRAZO			
			Valor original do Contrato	Energia anual contratada (MWh)	Preço histórico MWh (R\$)	Preço atualizado MWh (R\$)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
GERAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA										
Centrais Eólicas Abil S.A.	LER 05/2013	CCEE	202.880	96.360	105,20	206,79	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Acácia S.A.	LER 05/2013	CCEE	137.544	60.444	113,70	223,49	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Angico S.A.	LER 05/2013	CCEE	76.101	34.164	111,30	218,78	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	LER 05/2013	CCEE	176.183	84.972	103,60	203,64	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	LER 05/2013	CCEE	82.350	39.420	104,38	205,17	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A.	LER 05/2013	CCEE	173.200	83.220	103,99	204,41	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.	LER 05/2013	CCEE	187.680	88.476	105,99	208,34	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Tabua S.A.	LER 05/2013	CCEE	135.964	64.824	104,80	206,00	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	LER 05/2013	CCEE	198.004	93.732	105,55	207,47	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. (EOL Mulungu)	LER 10/2014	CCEE	158.288	56.940	138,90	255,03	out-17	set-37	IPCA	outubro
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. (EOL Quina)	LER 10/2014	CCEE	224.038	80.592	138,90	255,03	out-17	set-37	IPCA	outubro
Centrais Eólicas Unha D'Anta S.A. (EOL Pau Santo)	LER 10/2014	CCEE	126.630	45.552	138,90	255,03	out-17	set-37	IPCA	outubro

4.2 Mercado livre (ACL)

A Companhia possui contratos no mercado livre de longo prazo, com fornecimento de energia que totaliza 99,8 MW médios (*) de energia contratada.

Com a entrada em operação comercial dos empreendimentos destinados ao Ambiente de Contratação Livre, as obrigações previstas no contrato de venda de energia foram reestabelecidas.

(*) informação não examinada pelos auditores independentes.

Demonstrações Financeiras Anuais

5. Segmentos operacionais

A Companhia apresenta quatro segmentos reportáveis que representam suas unidades de negócios estratégicos além da execução das suas atividades administrativas. Tais unidades de negócios estratégicos oferecem diferentes fontes de energia renovável e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias, desenvolvimentos e características operacionais.

A seguir apresentamos um resumo das operações em cada um dos segmentos reportáveis da Companhia:

- a) Eólico – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes eólicas. Inclui a medição de ventos, arrendamento de terras, implantação e geração de energia. Composto basicamente pelo Complexo Eólico Alto Sertão III.
- b) Solar - Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes solares.
- c) Comercialização – Este segmento é responsável pela comercialização de energia em todas as suas formas e gestão dos contratos de compra e venda de energia da Companhia.
- d) Administrativo – Este segmento é responsável pelas operações gerenciais, desenvolvimento de projetos e administrativas da Companhia.

As informações por segmento em 31 de dezembro de 2025 e 2024 para o resultado e para ativos e passivos totais consolidados estão apresentadas a seguir:

31/12/2025						
	Eólico	Solar	Comercialização	Administrativo	Eliminação	Consolidado
Receita líquida	271.711	-	483.938	-	(240.691)	514.958
Compromissos futuros marcação a mercado	(2)	-	2.236	-	-	2.234
Custos não gerenciáveis	(25.586)	-	(217)	-	-	(25.803)
Margem Bruta	246.123	-	485.957	-	(240.691)	491.389
Custos gerenciáveis	(162.600)	(19.259)	(527.724)	93.816	240.691	(375.076)
Depreciações e amortizações	(102.803)	-	-	(3.736)	-	(106.539)
Ganho (perda) na alienação de ativos	(12.578)	-	-	658	-	(11.920)
Receita financeira	6.994	8	2.988	1.678	-	11.668
Despesa financeira	(119.988)	(1.266)	(4.109)	(37.968)	(914)	(164.245)
Imposto de renda e contribuição social	(6.748)	-	(760)	-	-	(7.508)
Lucro líquido (prejuízo) do período	(151.600)	(20.517)	(43.648)	54.448	(914)	(162.231)

31/12/2024						
	Eólico	Solar	Comercialização	Administrativo	Eliminação	Consolidado
Receita líquida	81.782	-	350.290	-	(172.846)	259.226
Compromissos futuros marcação a mercado	-	-	(52.493)	-	-	(52.493)
Custos não gerenciáveis	(23.802)	-	(131)	-	-	(23.933)
Margem Bruta	57.980	-	297.666	-	(172.846)	182.800
Custos gerenciáveis	(360.069)	(384)	112.647	(107.978)	172.846	(182.938)
Depreciação	(27.232)	-	-	(74.993)	-	(102.225)
Ganho na alienação de ativos	28.378	-	-	90.801	-	119.179
Receita financeira	2.546	5	815	4.723	-	8.089
Despesa financeira	(39.145)	(122)	(2.826)	(108.691)	(987)	(151.771)
Imposto de renda e contribuição social	3.716	-	15.764	(9.683)	-	9.797
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(333.826)	(501)	424.066	(205.821)	(987)	(117.069)

Demonstrações Financeiras Anuais

6. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras restritas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	60	19	93	72
Bancos conta movimento	58	203	11.591	663
Aplicações financeiras de liquidez imediata	23	15.989	24.046	143.480
Aplicações financeiras (restrita)	11.352	22	36.644	5.168
Total	11.493	16.233	72.374	149.383
Apresentados como:				
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	141	16.211	35.730	144.216
Aplicações financeiras	11.352	-	36.644	5.145
NÃO CIRCULANTE				
Aplicações financeiras	-	22	-	22
Total	11.493	16.233	72.374	149.383

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a menor risco de mudança de valor classificadas como equivalentes de caixa. Esses investimentos financeiros referem-se a instrumentos de renda fixa, remunerados a taxa média de 100,39% do CDI (98,11% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

Os principais valores em aplicações financeiras restritas somam R\$ 11.241 na controladora como garantia CUST de São Salvador, e R\$ 24.730 no consolidado para assegurar contratos de aluguel de equipamentos dos projetos em desenvolvimento. Essas garantias reforçam a solidez financeira da Companhia e asseguram a continuidade dos investimentos estratégicos, garantindo condições favoráveis para a execução dos projetos e geração futura de valor.

As aplicações financeiras vinculadas a garantias da Companhia referem-se principalmente a compromissos associados ao projeto São Salvador e aos contratos de aluguel de equipamentos em desenvolvimento. Esses montantes permanecem temporariamente alocados de forma restrita e tendem a ser liberados à medida que as etapas operacionais atualmente em fase de conclusão sejam formalmente encerradas.

7. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Comercialização Mercado livre	40.221	21.153
CCEE	28.267	27.645
Total	68.488	48.798

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 são compostos substancialmente por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 30 dias, para as quais não são esperadas perdas na sua realização.

Demonstrações Financeiras Anuais

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRRF a compensar	439	543	1.229	857
IRPJ Estimativa a Compensar	3	-	69	69
Saldo negativo de IRPJ a compensar	133	198	736	1.901
CSLL Estimativa a Compensar	2	-	27	27
COFINS a recuperar	-	-	8.128	3.924
PIS a recuperar	-	-	1.712	866
ICMS a recuperar	-	-	5.070	4.786
Outros tributos a compensar	135	99	144	149
Total	712	840	17.115	12.579

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de IRRF a compensar, decorre principalmente dos valores retidos sobre rendimentos de aplicações financeiras auferidos pelas companhias do Grupo Renova. Os saldos de PIS, COFINS e ICMS a Recuperar decorrem das operações de compra de energia e equipamentos para revenda realizadas pelas controladas Renova Comercializadora e Diamantina Eólica, respectivamente. Adicionalmente, parte dos saldos está relacionada à mudança de regime tributário de determinadas SPE's, que passaram do Lucro Presumido para o Lucro Real, no 1º trimestre de 2025, impactando a apuração dos tributos federais. Os montantes correspondentes a saldo negativo de IRPJ, IRRF a compensar, e outros tributos a compensar serão compensados com débitos de tributos federais ao longo de 2026, o aumento dos créditos em relação ao exercício anterior se deve ao acréscimo nas compras realizadas neste exercício.

9. Investimentos

9.1 Composição dos investimentos

O quadro abaixo apresenta os investimentos em controladas, investidas e em controladas em conjunto:

Empresas	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
PCH		
Renova PCH LTDA.	-	(4)
Eólico		
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	1.071.589	844.480
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. ⁽ⁱ⁾	-	2.356
Centrais Eólicas Botuquara S.A. ⁽ⁱ⁾	-	922
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. ⁽ⁱ⁾	-	(3.304)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. ⁽ⁱ⁾	-	(3.174)
Centrais Eólicas Conquista S.A. ⁽ⁱ⁾	-	7.402
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. ⁽ⁱ⁾	-	796
Centrais Eólicas Tingui S.A. ⁽ⁱ⁾	-	237
Centrais Eólicas Cansanção S.A. ⁽ⁱ⁾	-	159
Centrais Eólicas Macambira S.A. ⁽ⁱ⁾	-	(3.701)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. ⁽ⁱ⁾	-	(3.401)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. ⁽ⁱ⁾	-	4.402
Centrais Eólicas Putumuju S.A. ⁽ⁱ⁾	-	(4.384)

Demonstrações Financeiras Anuais

Empresas	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Centrais Eólicas Lençóis S.A. ⁽ⁱ⁾	-	5.705
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. ⁽ⁱ⁾	-	5.308
Centrais Eólicas Ico S.A. ⁽ⁱ⁾	-	(2.143)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. ⁽ⁱ⁾	-	596
Centrais Eólicas Caliandra S.A. ⁽ⁱ⁾	-	10
Centrais Eólicas Canjoão S.A. ⁽ⁱ⁾	-	(1.164)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. ⁽ⁱ⁾	-	128
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. ⁽ⁱ⁾	-	644
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	18.853	31.847
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA.	61.921	93.898
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	215	179
SF 120 Participações Societárias S.A.	13.933	13.933
Outras participações ⁽ⁱⁱ⁾	2.979	2.757
Comercialização		
Renova Comercializadora de Energia S.A.	50.213	14.410
Total	1.219.703	1.008.894
Apresentados como:		
Ativo		
Investimento	1.219.703	1.029.986
Passivo		
Provisão para perda sobre investimento	-	(21.092)
Total	1.219.703	1.008.894

(i) Empresas Incorporadas nota 1.1.5

(ii) Demais empresas listadas na nota 1

O saldo do investimento está sendo apresentado líquido da provisão para passivo a descoberto de certas investidas no montante de R\$21.092, em 31 de dezembro de 2024.

Demonstrações Financeiras Anuais

9.2 Informações sobre investidas

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Companhia	31/12/2025					31/12/2024				
	Quantidade total de ações/quotas	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) no exercício	Quantidade total de ações/quotas	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) no exercício
PCH										
Renova PCH LTDA.	39.980.170	99,99	400	-	(4)	37.540.023	99,99	374	(4)	(4)
Eólico										
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	897.092.000	99,99	897.092	1.071.589	(166.485)	2.529.525.528	99,99	2.178.575	844.480	(166.364)
Centrais Eólicas Carrancudo S.A.	-	99,99	-	-	1.533	20.231.307	99,99	20.231	2.356	(34)
Centrais Eólicas Botuquara S.A.	-	99,99	-	-	198	9.982.985	99,99	9.983	922	221
Centrais Eólicas Alcacuz S.A.	-	99,99	-	-	1.741	17.702.074	99,99	17.702	(3.304)	(76)
Centrais Eólicas Tamboril S.A.	-	99,99	-	-	248	24.131.998	99,99	24.132	(3.174)	(241)
Centrais Eólicas Conquista S.A.	-	99,99	-	-	1.608	25.966.848	99,99	25.967	7.402	(52)
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.	-	99,99	-	-	312	8.835.276	99,99	8.835	796	(74)
Centrais Eólicas Tingui S.A.	-	99,99	-	-	1.455	22.091.777	99,99	22.092	237	(60)
Centrais Eólicas Cansanção S.A.	-	99,99	-	-	237	6.136.102	99,99	6.136	159	(113)
Centrais Eólicas Macambira S.A.	-	99,99	-	-	1.647	18.058.590	99,99	18.059	(3.701)	(149)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.	-	99,99	-	-	1.803	16.927.495	99,99	16.927	(3.401)	(103)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.	-	99,99	-	-	1.174	19.150.067	99,99	19.150	4.402	20
Centrais Eólicas Putumaju S.A.	-	99,99	-	-	(2.303)	12.704.141	99,99	12.704	(4.384)	(141)
Centrais Eólicas Lençóis S.A.	-	99,99	-	-	3.419	20.674.275	99,99	20.674	5.705	(60)
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.	-	99,99	-	-	3.317	21.292.462	99,99	21.292	5.308	20
Centrais Eólicas Ico S.A.	-	99,99	-	-	481	13.672.434	99,99	13.672	(2.143)	(74)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A.	-	99,99	-	-	(2.481)	10.141.796	99,99	10.142	596	(110)
Centrais Eólicas Caliandra S.A.	-	99,99	-	-	443	7.702.113	99,99	7.702	10	(38)
Centrais Eólicas Canjoão S.A.	-	99,99	-	-	(747)	4.954.631	99,99	4.955	(1.164)	(37)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.	-	99,99	-	-	48	2.975.552	99,99	2.976	128	(121)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A.	-	99,99	-	-	129	3.996.006	99,99	3.996	644	32
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	41.179.368	99,99	41.179	18.853	(20.584)	55.967.945	99,99	28.745	31.847	(474)
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA.	7.128.509.207	99,99	60.947	61.921	974	12.731.271.885	99,99	81.285	93.898	6.405
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	251.092.591	99,99	251.093	215	(368)	245.313.150	99,99	245.313	179	(70)
Renovapar S.A.	235.682	100,00	236	-	(1)	235.681	100,00	236	-	-
SF 120 Participações Societárias S.A.	15.429.091	99,99	15.429	13.933	(8)	12.937.880	99,99	12.938	13.933	(1)
Outras participações ⁽¹⁾	-	99,99	2.844	2.974	164	-	-	-	2.757	(31)

Demonstrações Financeiras Anuais

Companhia	31/12/2025					31/12/2024				
	Quantidade total de ações/quotas	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) no exercício	Quantidade total de ações/quotas	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) no exercício
PCH										
Renova PCH LTDA.	39.980.170	99,99	400	-	(4)	37.540.023	99,99	374	(4)	(4)
Eólico										
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	897.092.000	99,99	897.092	1.071.589	(166.485)	2.529.525.528	99,99	2.178.575	844.480	(166.364)
Centrais Eólicas Carrancudo S.A.	-	99,99	-	-	1.533	20.231.307	99,99	20.231	2.356	(34)
Centrais Eólicas Botuquara S.A.	-	99,99	-	-	198	9.982.985	99,99	9.983	922	221
Centrais Eólicas Alcacuz S.A.	-	99,99	-	-	1.741	17.702.074	99,99	17.702	(3.304)	(76)
Centrais Eólicas Tamboril S.A.	-	99,99	-	-	248	24.131.998	99,99	24.132	(3.174)	(241)
Centrais Eólicas Conquista S.A.	-	99,99	-	-	1.608	25.966.848	99,99	25.967	7.402	(52)
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.	-	99,99	-	-	312	8.835.276	99,99	8.835	796	(74)
Centrais Eólicas Tingui S.A.	-	99,99	-	-	1.455	22.091.777	99,99	22.092	237	(60)
Centrais Eólicas Cansanção S.A.	-	99,99	-	-	237	6.136.102	99,99	6.136	159	(113)
Centrais Eólicas Macambira S.A.	-	99,99	-	-	1.647	18.058.590	99,99	18.059	(3.701)	(149)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.	-	99,99	-	-	1.803	16.927.495	99,99	16.927	(3.401)	(103)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.	-	99,99	-	-	1.174	19.150.067	99,99	19.150	4.402	20
Centrais Eólicas Putumaju S.A.	-	99,99	-	-	(2.303)	12.704.141	99,99	12.704	(4.384)	(141)
Centrais Eólicas Lençóis S.A.	-	99,99	-	-	3.419	20.674.275	99,99	20.674	5.705	(60)
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.	-	99,99	-	-	3.317	21.292.462	99,99	21.292	5.308	20
Centrais Eólicas Ico S.A.	-	99,99	-	-	481	13.672.434	99,99	13.672	(2.143)	(74)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A.	-	99,99	-	-	(2.481)	10.141.796	99,99	10.142	596	(110)
Centrais Eólicas Caliandra S.A.	-	99,99	-	-	443	7.702.113	99,99	7.702	10	(38)
Centrais Eólicas Canjoão S.A.	-	99,99	-	-	(747)	4.954.631	99,99	4.955	(1.164)	(37)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.	-	99,99	-	-	48	2.975.552	99,99	2.976	128	(121)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A.	-	99,99	-	-	129	3.996.006	99,99	3.996	644	32
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	41.179.368	99,99	41.179	18.853	(20.584)	55.967.945	99,99	28.745	31.847	(474)
Centrais Eólicas Itapua VII LTDA.	7.128.509.207	99,99	60.947	61.921	974	12.731.271.885	99,99	81.285	93.898	6.405
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	251.092.591	99,99	251.093	215	(368)	245.313.150	99,99	245.313	179	(70)
Renovapar S.A.	235.682	100,00	236	-	(1)	235.681	100,00	236	-	-
SF 120 Participações Societárias S.A.	15.429.091	99,99	15.429	13.933	(8)	12.937.880	99,99	12.938	13.933	(1)
Outras participações ⁽¹⁾	-	99,99	2.844	2.974	164	-	-	-	2.757	(31)



Demonstrações Financeiras Anuais

Companhia	31/12/2025					31/12/2024				
	Quantidade total de ações/quotas	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) no exercício	Quantidade total de ações/quotas	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) no exercício
Comercialização										
Renova Comercializadora de Energia S.A.	746.585.448	100,00	746.585	50.213	(43.644)	528.874.109	100,00	528.874	14.410	(29.828)
Fotovoltaica										
UFV Maracujá Ltda.	26.375	99,00	26	1	(14)	100	99,00	-	-	-
UFV Gregal Ltda.	38.899	99,00	39	-	(14)	100	99,00	-	-	-
UFV Lagoa Ltda.	100	99,00	-	-	(1)	100	99,00	-	-	-
UFV Tambora Ltda.	7.801	99,00	8	-	(4)	100	99,00	-	-	-
UFV Vatra Ltda.	25.150	99,00	25	-	(14)	100	99,00	-	-	-
UFV Cachoeira Ltda.	449	99,00	-	-	(1)	100	99,00	-	-	-
UFV Fotiá Ltda.	25.150	99,00	25	-	(14)	100	99,00	-	-	-
UFV Morrinhos Ltda.	13.056	99,00	13	1	(4)	100	99,00	-	-	-
UFV Iracema Ltda.	2.658	99,00	3	2	(1)	100	99,00	-	-	-
UFV Azufre Ltda.	1.924	99,00	2	1	(1)	100	99,00	-	-	-
UFV Junco Ltda.	360	99,00	-	-	(1)	100	99,00	-	-	-
UFV Caraubas Ltda.	100	99,00	-	-	(1)	100	99,00	-	-	-
UFV Quixaba Ltda.	360	99,00	-	-	(1)	100	99,00	-	-	-
				<u>1.219.703</u>	<u>(215.765)</u>				<u>1.008.894</u>	<u>(191.558)</u>



Demonstrações Financeiras Anuais

9.3 Movimentação dos investimentos (controladora)

Companhia	31/12/2024	Adições	AFAC	Equivalência patrimonial	Resgate de ações	Distribuição / Recebimento de dividendos	Incorporação	Redução de capital	31/12/2025
PCH									
Renova PCH LTDA.	(4)	-	8	(4)	-	-	-	-	-
Eólico									
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) ⁽ⁱⁱⁱ⁾	844.480	480.234	-	(166.485)	(17.534)	-	-	(69.106)	1.071.589
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. ⁽ⁱ⁾	2.356	2.384	-	1.533	-	-	(6.273)	-	-
Centrais Eólicas Botuquara S.A. ⁽ⁱ⁾	922	-	-	197	-	-	(1.119)	-	-
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. ⁽ⁱ⁾	(3.304)	6.991	-	1.741	-	-	(5.428)	-	-
Centrais Eólicas Tamboril S.A. ⁽ⁱ⁾	(3.174)	7.921	-	248	-	-	(4.995)	-	-
Centrais Eólicas Conquista S.A. ⁽ⁱ⁾	7.402	-	-	1.608	-	-	(9.010)	-	-
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. ⁽ⁱ⁾	796	-	-	312	-	-	(1.108)	-	-
Centrais Eólicas Tingui S.A. ⁽ⁱ⁾	237	4.639	-	1.455	-	-	(6.331)	-	-
Centrais Eólicas Cansanção S.A. ⁽ⁱ⁾	159	-	-	237	-	-	(396)	-	-
Centrais Eólicas Macambira S.A. ⁽ⁱ⁾	(3.701)	6.949	-	1.647	-	-	(4.895)	-	-
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. ⁽ⁱ⁾	(3.401)	6.612	1	1.803	-	-	(5.015)	-	-
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. ⁽ⁱ⁾	4.402	29	-	1.174	-	-	(5.605)	-	-
Centrais Eólicas Putumuju S.A. ⁽ⁱ⁾	(4.384)	6.222	-	(2.303)	-	-	465	-	-
Centrais Eólicas Lençóis S.A. ⁽ⁱ⁾	5.705	-	-	3.418	-	-	(9.123)	-	-
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. ⁽ⁱ⁾	5.308	-	-	3.317	-	-	(8.625)	-	-
Centrais Eólicas Ico S.A. ⁽ⁱ⁾	(2.143)	5.428	-	481	-	-	(3.766)	-	-
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. ⁽ⁱ⁾	596	3.125	509	(2.481)	-	-	(1.749)	-	-
Centrais Eólicas Caliandra S.A. ⁽ⁱ⁾	10	2.074	-	443	-	-	(2.527)	-	-
Centrais Eólicas Canjoão S.A. ⁽ⁱ⁾	(1.164)	1.862	863	(747)	-	-	(814)	-	-
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. ⁽ⁱ⁾	128	-	-	48	-	-	(176)	-	-
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. ⁽ⁱ⁾	644	-	1	129	-	-	(774)	-	-
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	31.847	1.784	5.806	(20.584)	-	-	-	-	18.853
Centrais Eólicas Itapua VII LTDA. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	93.898	-	-	974	(10.000)	(12.613)	-	(10.338)	61.921
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	179	-	404	(368)	-	-	-	-	215
SF 120 Participações Societárias S.A.	13.933	-	2	(2)	-	-	-	-	13.933
Renovapar S.A.	-	-	1	(1)	-	-	-	-	-
Outras participações ^(iv)	2.757	-	130	92	-	-	-	-	2.979
Comercialização									
Renova Comercializadora de Energia S.A. ^(iv)	14.410	79.450	-	(43.647)	-	-	-	-	50.213
Total	1.008.894	615.704	7.725	(215.765)	(27.534)	(12.613)	(77.264)	(79.444)	1.219.703

(i) Empresas Incorporadas nota 1.1.5

(ii) Demais empresas listadas na nota 1

(iii) Redução do capital excedente para absorção dos prejuízos acumulados.

(iv) Aumento de capital com extinção de mútuos entre partes relacionadas

Demonstrações Financeiras Anuais

Companhia	31/12/2023	Adições	AFAC	Equivalência patrimonial	Redução de Capital	Resgate de ações	Recebimento de dividendos	31/12/2024
PCH								
Renova PCH LTDA.	-	-	-	(4)	-	-	-	(4)
Eólico								
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	1.018.984	-	501	(166.364)	-	(8.641)	-	844.480
Centrais Eólicas Carrancudo S.A.	2.390	-	-	(34)	-	-	-	2.356
Centrais Eólicas Botuquara S.A.	701	-	-	221	-	-	-	922
Centrais Eólicas Alcacuz S.A.	(3.228)	-	-	(76)	-	-	-	(3.304)
Centrais Eólicas Tamboril S.A.	(2.936)	-	3	(241)	-	-	-	(3.174)
Centrais Eólicas Conquista S.A.	7.454	-	-	(52)	-	-	-	7.402
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.	870	-	-	(74)	-	-	-	796
Centrais Eólicas Tingui S.A.	297	-	-	(60)	-	-	-	237
Centrais Eólicas Cansanção S.A.	272	-	-	(113)	-	-	-	159
Centrais Eólicas Macambira S.A.	(3.552)	-	-	(149)	-	-	-	(3.701)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.	(3.364)	-	66	(103)	-	-	-	(3.401)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.	4.382	-	-	20	-	-	-	4.402
Centrais Eólicas Putumuju S.A.	(4.243)	-	-	(141)	-	-	-	(4.384)
Centrais Eólicas Lençóis S.A.	5.765	-	-	(60)	-	-	-	5.705
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.	5.288	-	-	20	-	-	-	5.308
Centrais Eólicas Ico S.A.	(2.069)	-	-	(74)	-	-	-	(2.143)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A.	(1.446)	-	2.152	(110)	-	-	-	596
Centrais Eólicas Caliandra S.A.	48	-	-	(38)	-	-	-	10
Centrais Eólicas Canjoão S.A.	(1.127)	-	-	(37)	-	-	-	(1.164)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.	249	-	-	(121)	-	-	-	128
Centrais Eólicas Embiruçu S.A.	612	-	-	32	-	-	-	644
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	25.137	-	7.184	(474)	-	-	-	31.847
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA.	100.853	-	-	6.405	(9.000)	-	(4.360)	93.898
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	(3.701)	5.230	(1.280)	(70)	-	-	-	179
SF 120 Participações Societárias S.A.	11.469	2.490	(25)	(1)	-	-	-	13.933
Outras participações	(26)	2.751	64	(32)	-	-	-	2.757
Comercialização								
Renova Comercializadora de Energia S.A.	44.238	-	-	(29.828)	-	-	-	14.410
Total	1.203.317	10.471	8.665	(191.558)	(9.000)	(8.641)	(4.360)	1.008.894

Demonstrações Financeiras Anuais

10. Imobilizado

10.1. Controladora

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2025			31/12/2024		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Torres de medição	20%	22.692	(22.692)	-	22.692	(22.692)	-
Equipamentos de medição	20%	3.740	(3.729)	11	3.740	(3.729)	11
Equipamentos de torres	20%	2.524	(2.436)	88	2.524	(2.436)	88
		28.956	(28.857)	99	28.956	(28.857)	99
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(5.356)	-	5.356	(5.297)	59
Benfeitorias	4%	854	(317)	537	854	(282)	572
Móveis e utensílios	10%	305	(299)	6	305	(299)	6
Softwares	20%	3.737	(3.603)	134	3.737	(3.531)	206
Equipamento de informática	20%	4.465	(4.158)	307	4.446	(4.033)	413
		14.717	(13.733)	984	14.698	(13.442)	1.256
Total do imobilizado em serviço		43.673	(42.590)	1.083	43.654	(42.299)	1.355
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear		113.805	-	113.805	111.481	-	111.481
Estudos e projetos		1.062	-	1.062	1.062	-	1.062
Torres de medição		1.128	-	1.128	1.180	-	1.180
Aerogeradores		7.584	-	7.584	-	-	-
Equipamentos de subestação		18.083	-	18.083	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias		32.244	-	32.244	-	-	-
Terrenos		62.826	-	62.826	50	-	50
Adiantamentos a fornecedores		7.223	-	7.223	559	-	559
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(60.826)	-	(60.826)	(4.669)	-	(4.669)
Total do imobilizado em curso		183.129	-	183.129	109.663	-	109.663
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento		38.309	(28.803)	9.506	30.751	(25.333)	5.418
Total do imobilizado em curso		38.309	(28.803)	9.506	30.751	(25.333)	5.418
Total imobilizado		265.111	(71.393)	193.718	184.068	(67.632)	116.436

Demonstrações Financeiras Anuais

10.2.Movimentações do imobilizado (controladora)

	31/12/2024	Adições	Reclassificações entre rubricas	Baixa	Adição por incorporação ⁽ⁱ⁾	31/12/2025
Imobilizado em serviço						
Geração						
Torres de medição	22.692	-	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.740	-	-	-	-	3.740
Equipamentos de torres	2.524	-	-	-	-	2.524
	28.956	-	-	-	-	28.956
Administração						
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	-	854
Móveis e utensílios	305	-	-	-	-	305
Softwares	3.737	-	-	-	-	3.737
Equipamento de informática	4.446	19	-	-	-	4.465
	14.698	19	-	-	-	14.717
Total do imobilizado em serviço - custo	43.654	19	-	-	-	43.673
(-) Depreciação						
Geração						
Torres de medição	(22.692)	(1)	-	-	-	(22.693)
Equipamentos de medição	(3.729)	(24)	-	-	-	(3.753)
Equipamentos de torres	(2.436)	(25)	-	-	-	(2.461)
	(28.857)	(50)	-	-	-	(28.907)
Administração						
Máquinas e equipamentos	(5.297)	(56)	(3)	-	-	(5.356)
Benfeitorias	(282)	(34)	(1)	-	-	(317)
Móveis e utensílios	(299)	-	-	-	-	(299)
Softwares	(3.531)	(72)	-	-	-	(3.603)
Equipamento de informática	(4.033)	(100)	-	-	-	(4.133)
	(13.442)	(237)	(4)	-	-	(13.683)
Total do imobilizado em serviço - depreciação	(42.299)	(287)	(4)	-	-	(42.590)
Total do imobilizado em serviço	1.355	(268)	(4)	-	-	1.083
Imobilizado em curso						
Geração						
A ratear	111.481	10.380	(53.776)	(1.107)	46.827	113.805
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	-	1.062
Torres de medições	1.180	1	(1.179)	-	1.126	1.128
Aerogeradores	-	-	-	-	7.584	7.584
Equipamentos de subestação	-	850	1.179	-	16.054	18.083
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	28	-	-	32.216	32.244
Terrenos	50	5.957	53.797	-	3.022	62.826
Adiantamentos a fornecedores	559	6.699	(17)	(18)	-	7.223
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(4.669)	-	-	-	(56.157)	(60.826)
Total do custo do imobilizado em curso	109.663	23.915	4	(1.125)	50.672	183.129
Direito de uso						
Geração						
Contratos de arrendamento	30.751	7.725	-	(167)	-	38.309
(-) Amortização contratos de arrendamento	(25.333)	(3.449)	-	(21)	-	(28.803)
	5.418	4.276	-	(188)	-	9.506
Total do imobilizado	116.436	27.923	-	(1.313)	50.672	193.718

(i) Empresas Incorporadas nota 1.1.5

Demonstrações Financeiras Anuais

	31/12/2023	Adições	Transferência de ativos mantidos para venda	Baixa	31/12/2024
Imobilizado em serviço					
Geração					
Torres de medição	22.692	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.740	-	-	-	3.740
Equipamentos de torres	2.524	-	-	-	2.524
	<u>28.956</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.956</u>
Administração					
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.147	12	-	(1.854)	305
Softwares	3.678	59	-	-	3.737
Equipamento de informática	4.297	149	-	-	4.446
	<u>16.332</u>	<u>220</u>	<u>-</u>	<u>(1.854)</u>	<u>14.698</u>
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>45.288</u>	<u>220</u>	<u>-</u>	<u>(1.854)</u>	<u>43.654</u>
(-) Depreciação					
Geração					
Torres de medição	(22.691)	(1)	-	-	(22.692)
Equipamentos de medição	(3.697)	(24)	-	(8)	(3.729)
Equipamentos de torres	(2.406)	(25)	-	(5)	(2.436)
	<u>(28.794)</u>	<u>(50)</u>	<u>-</u>	<u>(13)</u>	<u>(28.857)</u>
Administração					
Máquinas e equipamentos	(5.133)	(164)	-	-	(5.297)
Benfeitorias	(248)	(34)	-	-	(282)
Móveis e utensílios	(2.057)	(19)	-	1.777	(299)
Softwares	(3.459)	(72)	-	-	(3.531)
Equipamento de informática	(3.877)	(129)	-	(27)	(4.033)
	<u>(14.774)</u>	<u>(418)</u>	<u>-</u>	<u>1.750</u>	<u>(13.442)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(43.568)</u>	<u>(468)</u>	<u>-</u>	<u>1.737</u>	<u>(42.299)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>1.720</u>	<u>(248)</u>	<u>-</u>	<u>(117)</u>	<u>1.355</u>
Imobilizado em curso					
Geração					
A ratear	113.309	13.763	-	(15.591)	111.481
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	1.062
Torres de medições	386	794	-	-	1.180
Terrenos	50	-	-	-	50
Adiantamentos a fornecedores	575	(16)	-	-	559
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(4.669)	-	-	-	(4.669)
Total do custo do imobilizado em curso	<u>110.713</u>	<u>14.541</u>	<u>-</u>	<u>(15.591)</u>	<u>109.663</u>
Direito de uso					
Geração					
Contratos de arrendamento	27.250	3.504	262	(265)	30.751
(-) Amortização contratos de arrendamento	(22.335)	(3.263)	-	265	(25.333)
	<u>4.915</u>	<u>241</u>	<u>262</u>	<u>-</u>	<u>5.418</u>
Total do imobilizado	<u>117.348</u>	<u>14.534</u>	<u>262</u>	<u>(15.708)</u>	<u>116.436</u>

Demonstrações Financeiras Anuais

10.3. Consolidado

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2025			31/12/2024		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	175	(13)	162	-	-	-
Máquinas e equipamentos	5%	2.186.684	(284.408)	1.902.276	2.173.782	(197.968)	1.975.814
Móveis e utensílios	10%	908	(70)	838	-	-	-
Equipamento de informática	17%	19	(4)	15	-	-	-
Torres de medição	20%	25.215	(22.770)	2.445	25.137	(24.138)	999
Equipamentos de medição	20%	3.740	(3.729)	11	3.740	(3.729)	11
Equipamentos de torres	20%	2.524	(2.436)	88	2.524	(2.436)	88
Provisão para Desmantelamento		22.242	(3.117)	19.125	22.242	(2.203)	20.039
		2.241.507	(316.547)	1.924.960	2.227.425	(230.474)	1.996.951
Sistema de transmissão e conexão							
Terrenos		4.362	-	4.362	4.362	-	4.362
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	21.418	(12.877)	8.541	21.418	(12.211)	9.207
Máquinas e equipamentos	4%	551.403	(42.711)	508.692	551.403	(26.266)	525.137
Móveis e utensílios	6%	144	(19)	125	1.054	(19)	1.035
		577.327	(55.607)	521.720	578.237	(38.496)	539.741
Sistema de transmissão							
Máquinas e equipamentos	3%	23.568	(1.799)	21.769	20.323	(1.311)	19.012
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(297.617)	-	(297.617)	(297.690)	-	(297.690)
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(5.350)	6	5.356	(5.295)	61
Benfeitorias	4%	854	(317)	537	854	(282)	572
Móveis e utensílios	10%	305	(299)	6	305	(299)	6
Softwares	20%	3.737	(3.603)	134	3.737	(3.531)	206
Equipamento de informática	20%	4.465	(4.158)	307	4.465	(4.033)	432
		14.717	(13.727)	990	14.717	(13.440)	1.277
Estoques							
Almoxarifado geral		32.703	-	32.703	28.576	-	28.576
Total do imobilizado em serviço		2.592.205	(387.680)	2.204.525	2.571.588	(283.721)	2.287.867
Imobilizado em curso							
Geração							
Projetos em andamento		342.309	-	342.309	361.037	-	361.037
Estudos e projetos		1.110	-	1.110	1.062	-	1.062
Terrenos		66.842	-	66.842	3.208	-	3.208
Edificações, obras civis e benfeitorias		47.742	-	47.742	32.435	-	32.435
Torres de medição		1.301	-	1.301	2.583	-	2.583
Máquinas e equipamentos		5.866	-	5.866	44.861	-	44.861
Módulos e inversores		-	-	-	1.613	-	1.613
Equipamentos de subestação		23.061	-	23.061	25.839	-	25.839
Adiantamentos a fornecedores		23.751	-	23.751	1.024	-	1.024
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(240.297)	-	(240.297)	(240.297)	-	(240.297)
Total do imobilizado em curso		271.685	-	271.685	233.365	-	233.365
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento		102.780	(36.990)	65.790	52.123	(29.782)	22.341
Total direito de uso		102.780	(36.990)	65.790	52.123	(29.782)	22.341
Total imobilizado		2.966.670	(424.670)	2.542.000	2.857.076	(313.503)	2.543.573

Demonstrações Financeiras Anuais

10.4. Movimentações do imobilizado (consolidado)

	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferência para ativos mantidos para venda	Reclassificações entre rubricas ⁽⁹⁾	31/12/2025
Imobilizado em serviço						
Custo						
Geração						
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	175	175
Máquinas e equipamentos	2.173.782	171	(10.379)	-	23.110	2.186.684
Móveis e utensílios	-	-	-	-	908	908
Equipamento de informática	-	-	-	-	19	19
Torres de medição	25.137	-	-	-	78	25.215
Equipamentos de medição	3.740	-	-	-	-	3.740
Equipamentos de torres	2.524	-	-	-	-	2.524
Provisão para Desmantelamento	22.242	-	-	-	-	22.242
	2.227.425	171	(10.379)	-	24.290	2.241.507
Sistema de transmissão e conexão						
Terrenos	4.362	-	-	-	-	4.362
Edificações, obras civis e benfeitorias	21.418	-	-	-	-	21.418
Máquinas e equipamentos	551.403	-	-	-	-	551.403
Móveis e utensílios	1.054	-	-	-	-910	144
	578.237	-	-	-	(910)	577.327
Sistema de transmissão						
Máquinas e equipamentos	20.323	-	-	-	3.245	23.568
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(297.690)	73	-	-	-	(297.617)
	2.528.295	244	(10.379)	-	26.625	2.544.785
Administração						
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	-	854
Móveis e utensílios	305	-	-	-	-	305
Softwares	3.737	-	-	-	-	3.737
Equipamento de informática	4.465	18	-	-	(18)	4.465
	14.717	18	-	-	(18)	14.717
Estoques						
Almoxarifado geral	28.576	6.183	(2.163)	-	107	32.703
Total do imobilizado em serviço - custo	2.571.588	6.445	(12.542)	-	26.714	2.618.032
(-) Depreciação						
Geração						
Edificações, obras civis e benfeitorias	(7)	(6)	-	-	-	(13)
Máquinas e equipamentos	(197.955)	(85.870)	-	-	(583)	(284.408)
Móveis e utensílios	(5)	(66)	-	-	1	(70)
Equipamento de informática	(1)	(3)	-	-	-	(4)
Torres de medição	(24.138)	(5)	-	-	1.373	(22.770)
Equipamentos de medição	(3.729)	-	-	-	-	(3.729)
Equipamentos de torres	(2.436)	-	-	-	-	(2.436)
Provisão para Desmantelamento	(2.203)	(914)	-	-	-	(3.117)
	(230.474)	(86.864)	-	-	791	(316.547)
Sistema de transmissão e conexão						
Edificações, obras civis e benfeitorias	(12.211)	(666)	-	-	-	(12.877)
Máquinas e equipamentos	(26.266)	(16.445)	-	-	-	(42.711)
Móveis e utensílios	(19)	-	-	-	-	(19)
	(38.496)	(17.111)	-	-	-	(55.607)
Sistema de transmissão						
Máquinas e equipamentos	(1.311)	(488)	-	-	-	(1.799)
Administração					Z	
Máquinas e equipamentos	(5.295)	(55)	-	-	-	(5.350)
Benfeitorias	(282)	(35)	-	-	-	(317)
Móveis e utensílios	(299)	-	-	-	-	(299)
Softwares	(3.531)	(72)	-	-	-	(3.603)
Equipamento de informática	(4.033)	(125)	-	-	-	(4.158)
	(13.440)	(287)	-	-	-	(13.727)
Total do imobilizado em serviço - depreciação	(283.721)	(104.750)	-	-	791	(387.680)
Total do imobilizado em serviço	2.287.867	(98.305)	(12.542)	-	27.505	2.204.525

Demonstrações Financeiras Anuais

	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferência para ativos mantidos para venda	Reclassificações entre rubricas ⁽ⁱ⁾	31/12/2025
Imobilizado em curso						
Geração						
Projetos em andamento	361.037	50.666	(11.573)	(871)	(56.950)	342.309
Estudos e projetos	1.062	48	-	-	-	1.110
Terrenos	3.208	6.601	-	-	57.033	66.842
Edificações, obras civis e benfeitorias	32.435	15.515	(31)	-	(177)	47.742
Torres de medição	2.583	174	-	(18)	(1.438)	1.301
Máquinas e equipamentos	44.861	4.260	(928)	(21.367)	(20.960)	5.866
Módulos e inversores	1.613	1	-	(1.614)	-	-
Equipamentos de subestação	25.839	6.027	(105)	(4.709)	(3.991)	23.061
Adiantamentos a fornecedores	1.024	22.834	(757)	-	650	23.751
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(240.297)	-	-	-	-	(240.297)
Total do imobilizado em curso	233.365	106.126	(13.394)	(28.579)	(25.833)	271.685
Direito de uso						
Geração						
Contratos de arrendamento	52.123	51.315	(668)	-	10	102.780
(-) Amortização contratos de arrendamento - custo	(1.289)	(735)	-	-	-	(2.024)
(-) Amortização contratos de arrendamento - despesa	(28.493)	(6.475)	-	-	2	(34.966)
Total direito de uso	22.341	44.105	(668)	-	12	65.790
Total do imobilizado	2.543.573	51.926	(26.604)	(28.579)	1.684	2.542.000

(i) refere-se principalmente ao efeito da conciliação de fornecedores no exercício.

	31/12/2023	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas ⁽ⁱ⁾	31/12/2024
Imobilizado em serviço					
Custo					
Geração					
Máquinas e equipamentos	1.612.787	388	-	560.607	2.173.782
Torres de medição	22.692	2.445	-	-	25.137
Equipamentos de medição	3.740	-	-	-	3.740
Equipamentos de torres	2.524	-	-	-	2.524
Provisão para Desmantelamento	22.242	-	-	-	22.242
	1.663.985	2.833	-	560.607	2.227.425
Sistema de transmissão e conexão					
Terrenos	10.086	-	-	(5.724)	4.362
Edificações, obras civis e benfeitorias	42.410	-	-	(20.992)	21.418
Máquinas e equipamentos	1.090.501	-	-	(539.098)	551.403
Móveis e utensílios	293	910	-	(149)	1.054
	1.143.290	910	-	(565.963)	578.237
Sistema de transmissão					
Máquinas e equipamentos	14.967	-	-	5.356	20.323
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(297.690)	-	-	-	(297.690)
	2.524.552	3.743	-	-	2.528.295
Administração					
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.147	12	(1.854)	-	305
Softwares	3.678	59	-	-	3.737
Equipamento de informática	4.297	168	-	-	4.465
	16.332	239	(1.854)	-	14.717
Estoques					
Almoxarifado geral	25.628	11.382	(8.434)	-	28.576
Total do imobilizado em serviço - custo	2.566.512	15.364	(10.288)	-	2.571.588

Demonstrações Financeiras Anuais

	31/12/2023	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas ⁽¹⁾	31/12/2024
(-) Depreciação					
Geração					
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	(7)	-	-	(7)
Máquinas e equipamentos	(91.019)	(106.819)	(117)	-	(197.955)
Móveis e utensílios	-	(5)	-	-	(5)
Equipamento de informática	-	(1)	-	-	(1)
Torres de medição	(22.691)	(1.447)	-	-	(24.138)
Equipamentos de medição	(3.697)	(24)	(8)	-	(3.729)
Equipamentos de torres	(2.406)	(25)	(5)	-	(2.436)
Provisão para Desmantelamento	(1.316)	(887)	-	-	(2.203)
	<u>(121.129)</u>	<u>(109.215)</u>	<u>(130)</u>	<u>-</u>	<u>(230.474)</u>
Sistema de transmissão e conexão					
Edificações, obras civis e benfeitorias	(2.269)	(9.942)	-	-	(12.211)
Máquinas e equipamentos	(45.525)	19.259	-	-	(26.266)
Móveis e utensílios	(30)	11	-	-	(19)
	<u>(47.824)</u>	<u>9.328</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(38.496)</u>
Sistema de transmissão					
Máquinas e equipamentos	(580)	(731)	-	-	(1.311)
Administração					
Máquinas e equipamentos	(5.133)	(162)	-	-	(5.295)
Benfeitorias	(248)	(46)	12	-	(282)
Móveis e utensílios	(2.057)	(19)	1.777	-	(299)
Softwares	(3.459)	(72)	-	-	(3.531)
Equipamento de informática	(3.877)	(156)	-	-	(4.033)
	<u>(14.774)</u>	<u>(455)</u>	<u>1.789</u>	<u>-</u>	<u>(13.440)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(184.307)</u>	<u>(101.073)</u>	<u>1.659</u>	<u>-</u>	<u>(283.721)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>2.382.205</u>	<u>(85.709)</u>	<u>(8.629)</u>	<u>-</u>	<u>2.287.867</u>
Imobilizado em curso					
Geração					
A ratear	356.320	20.869	(16.169)	17	361.037
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	1.062
Terrenos	3.208	-	-	-	3.208
Edificações, obras civis e benfeitorias	32.160	605	(419)	89	32.435
Torres de medição	1.608	996	(21)	-	2.583
Aerogeradores	38.535	9.305	(2.873)	(106)	44.861
Módulos e inversores	1.805	42	(234)	-	1.613
Equipamentos de subestação	23.844	2.067	(72)	-	25.839
Adiantamentos a fornecedores	323	701	-	-	1.024
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(240.297)	-	-	-	(240.297)
Total do imobilizado em curso	<u>218.568</u>	<u>34.585</u>	<u>(19.788)</u>	<u>-</u>	<u>233.365</u>
Direito de uso					
Geração					
Contratos de arrendamento	46.816	5.045	262	-	52.123
(-) Amortização contratos de arrendamento - custo	(705)	(584)	-	-	(1.289)
(-) Amortização contratos de arrendamento - despesa	(24.883)	(3.610)	-	-	(28.493)
Total direito de uso	<u>21.228</u>	<u>851</u>	<u>262</u>	<u>-</u>	<u>22.341</u>
Total do imobilizado	<u>2.622.001</u>	<u>(50.273)</u>	<u>(28.155)</u>	<u>-</u>	<u>2.543.573</u>

Nota 1: refere-se principalmente ao efeito da conciliação de fornecedores no exercício.

Demonstrações Financeiras Anuais

10.5. Imobilizado em Serviço

A ANEEL, em conformidade com o marco regulatório brasileiro, é responsável por definir a vida útil econômica dos ativos de geração do setor elétrico, realizando revisões periódicas dessas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são reconhecidas como uma referência razoável da vida útil dos ativos. Dessa forma, tais taxas foram utilizadas como base para o cálculo da depreciação do ativo imobilizado.

10.6. Imobilização em curso

As imobilizações em curso registram os investimentos em portfólio de projetos eólicos em desenvolvimento e solares, divididos em inventários e projetos básicos que já possuem autorização da ANEEL.

10.7. Composição do imobilizado por projeto

Em 31 de dezembro de 2025 o imobilizado é composto pelos seguintes projetos:

Projetos	31/12/2025		
	Imobilizado bruto	Impairment	Imobilizado líquido
Alto Sertão III - Fase A			
ACL (Mercado Livre I)	13.665	-	13.665
LER 2013	5.558	-	5.558
LER 2013	1.145	-	1.145
	20.369	-	20.369
Outros			
Solar	27.877	-	27.877
Outras imobilizações em curso ^(i e ii)	284.263	(60.825)	223.438
Total do imobilizado em curso	332.509	(60.825)	271.685

Projetos	31/12/2024		
	Imobilizado bruto	Impairment	Imobilizado líquido
Alto Sertão III - Fase A			
ACL (Mercado Livre I)	12.626	-	12.626
LER 2013	3.498	-	3.498
	16.124	-	16.124
Alto Sertão III - Fase B ⁽ⁱ⁾			
ACL (Mercado livre II)	106.954	(56.156)	50.798
Outros			
Solar	22.753	-	22.753
Outras imobilizações em curso ⁽ⁱⁱ⁾	148.359	(4.669)	143.690
Total do imobilizado em curso	294.190	(60.825)	233.365

(i) Em 4 de junho de 2019 a ANEEL revogou as outorgas de autorização desses projetos eólicos, tendo a Administração da Companhia apresentado a Diretoria da ANEEL pedido de reconsideração da decisão de revogação das autorizações. O pedido foi negado e as outorgas canceladas. A Companhia entrou com nova solicitação visando à não execução das garantias de fiel cumprimento relativas ao projeto, essa solicitação foi finalizada em 11 de dezembro de 2023, conforme ofício nº 1159/2023-SCE/ANEEL. Face a isto, a Administração da Companhia entende ser desnecessária qualquer provisão complementar de impairment para esses ativos. (fase B incorporada nota 1.1.5)

Demonstrações Financeiras Anuais

(ii) Inclui principalmente gastos com licenças e estudos ambientais, contratos de arrendamento, medições de vento e outros relacionados ao desenvolvimento e manutenção do portfólio de projetos eólicos e solares, sem prazo de conclusão. A Administração entende que estes projetos são aptos a participar de leilões de energia.

10.8. Baixa de projetos

A Companhia revisa periodicamente seu portfólio de desenvolvimento de projetos eólicos, projetos básicos e projetos fotovoltaicos. Nesse processo de reavaliação, foram identificados valores anteriormente baixados que, após nova análise técnica e econômica, deixaram de representar perdas esperadas. Assim, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia efetuou o estorno dos montantes cuja baixa deixou de ser aplicável, refletindo a atualização das premissas utilizadas em seu portfólio de projetos. Após essa reavaliação, a Companhia concluiu que não havia outros projetos a serem baixados além dos ajustes já revertidos no exercício.

Em 2025 foi concluída a obra da UFV Caetité, incluindo a construção da RMT, posteriormente transferida à Coelba. O investimento total foi de R\$10.487, dos quais R\$4.775 foram ressarcidos.

10.9. Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado

A Companhia atualmente revisa as premissas utilizadas para calcular o valor recuperável de seu ativo utilizando o método do valor em uso dos ativos, calculou o valor presente dos fluxos de caixas futuros projetados dos projetos, considerando uma taxa de desconto nominal que reflete o custo de capital dos projetos (WACC), e a direção da Companhia entende que não há necessidade de reversão ou novas provisões.

Adicionalmente, a Companhia realiza a revisão completa dos testes de recuperabilidade anualmente, por ocasião da elaboração do relatório final do exercício, conforme previsto nas práticas contábeis adotadas no Brasil e nos pronunciamentos técnicos aplicáveis.

10.10. Bens dados como garantia

A controlada indireta Diamantina possui bens do ativo imobilizado dados em garantia a empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 1.683.756, que foram incorporados na recuperação judicial conforme Nota 1.2.

10.11. Desmantelamento

As provisões para desmantelamento de ativos consideram que as controladas, ou seja, parques eólicos com contratos de arrendamentos dos terrenos, assumiram obrigações de retirada de ativos ao final do prazo do contrato. As provisões foram inicialmente mensuradas ao seu valor justo e, posteriormente, são ajustadas ao valor presente e mudanças nos valores ou tempestividades dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

Demonstrações Financeiras Anuais

10.12. Bens em contratos de comodato

A companhia utiliza equipamentos de data center recebidos em comodato sob regime de admissão temporária, com pagamento proporcional de tributos. Embora não haja custo de aquisição, os equipamentos são utilizados exclusivamente pela companhia, que detém controle sobre sua operação e obtém benefícios econômicos futuros. Durante a vigência do contrato, os bens são registrados em contas de compensação no ativo e no passivo, refletindo a responsabilidade assumida pela empresa quanto à guarda e utilização.

Os custos diretamente atribuíveis à importação, instalação e transporte em 31 de dezembro de 2025, no valor de R\$ 14.694, serão capitalizados. Os tributos federais pagos proporcionalmente ao longo do contrato, por serem não recuperáveis e diretamente relacionados ao uso do ativo, também foram incorporados ao valor contábil do imobilizado. A depreciação é reconhecida pelo método linear ao longo do prazo do contrato de comodato.

11. Direito de uso – Arrendamentos

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas identificaram 1.368 contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06 (R2), sendo 142 relacionados a projetos eólicos em desenvolvimento e 1.221 aos parques eólicos em operação e ainda 5 contratos de aluguel de sedes administrativas.

Para esses contratos, a Companhia e suas controladas reconheceram o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, conforme segue:

	31/12/2025			31/12/2025	
	Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado
Ativo			Passivo		
Não circulante			Circulante		
Imobilizado			Arrendamentos a pagar	2.251	5.024
Direito de uso do ativo arrendado	38.309	61.223	(-) Ajuste a valor presente	(1.379)	(3.545)
(-) Direito de uso - contrato de arrendamento	(28.803)	(34.393)	Total circulantes de Imóveis	872	1.479
Total de Imóveis	9.506	26.830	Arrendamentos a pagar	-	13.385
Não circulante			(-) Ajuste a valor presente	-	(4.687)
Imobilizado			Total circulantes de Equipamentos	-	8.698
Direito de uso do ativo arrendado	-	41.557	Não circulante		
(-) Direito de uso - contrato de arrendamento	-	(2.597)	Arrendamentos a pagar	19.594	67.139
Total de Equipamentos	-	38.960	(-) Ajuste a valor presente	(8.983)	(40.173)
			Total do passivo não circulante de Imóveis	10.611	26.966
			Arrendamentos a pagar	-	36.808
			(-) Ajuste a valor presente	-	(6.076)
			Total do passivo não circulante de Equipamentos	-	30.732
Ativo total	9.506	65.790	Passivo total	11.483	67.875

Demonstrações Financeiras Anuais

		31/12/2024				31/12/2024	
		Controladora	Consolidado			Controladora	Consolidado
Ativo				Passivo			
Não circulante				Circulante			
Imobilizado				Arrendamentos a pagar	1.143		3.891
Direito de uso do ativo arrendado	30.751		52.123	(-) Ajuste a valor presente	(948)		(3.196)
(-) Direito de uso - contrato de arrendamento	(25.333)		(29.782)	Total do passivo circulante	195		695
	5.418		22.341				
				Não circulante			
				Arrendamentos a pagar	15.590		64.516
				(-) Ajuste a valor presente	(7.266)		(40.239)
				Total do passivo não circulante	8.324		24.277
Ativo total		5.418	22.341	Passivo total	8.519		24.972

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso.

A Companhia e suas controladas, em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. A Companhia avaliou esses efeitos, concluindo que são imateriais para suas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas reconheceram no resultado do exercício a amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento:

	Controladora	Consolidado
Custo		
Amortização direito de uso	-	3.332
Despesa		
Amortização direito de uso	3.449	3.878
Resultado financeiro		
Juros sobre obrigação de arrendamento	1.661	5.018
Total	5.110	12.228

Demonstrações Financeiras Anuais

Em 31 de dezembro de 2025, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

Ano de vencimento	Consolidado	
	Juros	Principal
Circulante		
jan/2026 a dez/2026	9.611	19.789
Não circulante		
jan/2027 a dez/2027	10.252	22.567
jan/2028 a dez/2030	8.215	22.517
jan/2030 a dez/2034	6.818	18.789
jan/2034 a dez/2039	5.903	8.068
jan/2039 a dez/2044	4.839	7.596
jan/2044 a dez/2049	3.619	7.068
jan/2049 a dez/2054	2.857	6.909
jan/2054 a dez/2062	1.714	7.162
jan/2062 a dez/2063	653	1.891
	44.870	102.567
Total	54.481	122.356

12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	11.111	18.764	97.815	55.743
Fornecedores recuperação judicial ⁽ⁱ⁾	62.061	17.562	124.692	270.041
	73.172	36.326	222.507	325.784
Apresentados como:				
Circulante	16.472	19.688	107.733	65.404
Não circulante	56.700	16.638	114.774	260.380
Total	73.172	36.326	222.507	325.784

(i) Reclassificação de R\$ 45.991 entre fornecedores e outras contas a pagar nota 16.

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo a pagar de fornecedores que compõem os credores do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.2, totaliza R\$62.061 (controladora) Classe III. No consolidado o total é R\$124.692, sendo Classe III.

Conforme fato relevante divulgado pela Companhia em 21 de outubro de 2024, a Companhia recebeu correspondência enviada pelo Credor (“Compromisso de Subscrição”), por meio do qual o Credor, (i) declarou que é titular de créditos contra a Companhia no montante de R\$58.182 (em 31 de dezembro de 2024, a ser atualizado nos termos dos Planos de Recuperação Judicial da Companhia) conforme explicado na nota explicativa 1.2.

Em continuidade ao fato relevante divulgados em 21 de outubro de 2024 a companhia, informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, o VC Energia II Fundo de Investimento em Participações (Investidor) é titular de créditos contra a Renova, bem como é parte de instrumentos contratuais que, uma vez implementadas as condições suspensivas neles previstas, garantir-lhe-ão a titularidade de créditos adicionais contra a Companhia. Após devida consulta ao Investidor, o Investidor esclareceu que os créditos de sua titularidade, no montante de R\$58.182, decorrem da aquisição de crédito quirografário.

Demonstrações Financeiras Anuais

Em 28 de abril de 2025, os créditos detidos pelo VC Energia II Fundo de Investimento em Participações ("Credor"), classe III fornecedores PRJ, foram capitalizados, conforme nota 18 c).

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures privadas

13.1. Controladora

13.1.1. Empréstimos

		31/12/2025					
		Circulante			Não circulante		
	Custo da Dívida	Encargos	Principal	Total	Principal	Total	Total geral
Citibank	100% CDI ^a	1.787	-	2.119	32.572	32.572	34.691
Custo da Dívida ⁽ⁱ⁾		-	(64)	(64)	(637)	(637)	(701)
Total de empréstimos		1.787	(64)	2.055	31.935	31.935	33.990

		31/12/2024					
		Circulante			Não circulante		
	Custo da Dívida	Encargos	Principal	Total	Principal	Total	Total geral
Citibank	100% CDI ^a	752	-	752	32.590	32.590	33.342
Custo da Dívida ⁽ⁱ⁾		-	(64)	(64)	(709)	(709)	(773)
Total de empréstimos		752	(64)	688	31.881	31.881	32.569

(i) Em 30 de outubro de 2024, foi homologado o 7º aditivo ao plano de recuperação das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova e o 5º aditamento ao plano da Alto Sertão Participações S.A e Outros, nos termos do artigo 45-A da Lei 11.101/2005, os custos de transação serão amortizados ao longo do prazo da dívida, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

a) as taxas foram repactuadas no plano de recuperação judicial.

13.1.2. Debêntures privadas

Em 28 de abril de 2025, foi aprovada a incorporação de 20 SPEs do Complexo Alto Sertão III – Fase B pela Companhia, com data-base de 30 de abril de 2025. A operação, baseada em laudos independentes, visa simplificar a estrutura societária e consolidar ativos. Como efeito, ocorreu a baixa das Debêntures Privadas na controladora, sem impacto no consolidado do Grupo conforme demonstrado na nota 1.1.5.

		Não circulante					
		31/12/2025			31/12/2024		
	Custo da Dívida	Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total
Debêntures privadas	TR + 0,5% a.a.	-	-	-	1.527	52.229	53.756

Para reforçar o capital de giro da Companhia e finalizar as obras do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A., foram realizadas emissões privadas de debentures não conversíveis em ações, em uma única série, remuneradas a juros equivalentes a variação acumulada da TR acrescidos a 0,5% a.a., subscritas integralmente pelas controladas do Alto Sertão III – Fase B, conforme resumo a seguir:

Data	Subscritor	Emissão privada	Valor	Vencimento	Saldo em 31/12/2025
05/04/2021	Fase B	8ª	50.379	06/04/2026	-
03/09/2021	Fase B	10ª	9.428	03/09/2026	-
			59.807		-

Demonstrações Financeiras Anuais

13.2. Consolidado

Em outubro de 2024, foi homologado o 7º aditivo ao plano de recuperação das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova e o 5º aditamento ao plano da Alto Sertão Participações S.A e Outros, nos termos do artigo 45-A da Lei 11.101/2005, os custos de transação serão amortizados ao longo do prazo da dívida, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva, conforme nota 1.2.

			Consolidado											
			31/12/2025				31/12/2024							
Classe PRJ		Custo da Dívida	Circulante		Total	Não circulante		Total geral	Circulante		Total	Não circulante		Total geral
			Encargos	Principal		Principal	Encargos		Principal	Principal				
Classe II	BNDES	100% CDI ^a	23.076	-	23.076	357.311	-	380.387	8.221	-	8.221	357.164	-	365.385
Classe II	JIVE MAUA RB	100% CDI ^a	-	-	-	-	-	-	6.186	-	6.186	134.933	-	141.119
Classe II	JIVE MAUA RG	100% CDI ^a	-	-	-	-	-	-	12.859	-	12.859	280.500	-	293.359
Classe II	Banco Itaú	100% CDI ^a	10.092	-	10.092	155.306	-	165.398	3.576	-	3.576	155.379	-	158.955
Classe II	Citibank	100% CDI ^a	6.799	-	6.799	104.627	-	111.426	2.409	-	2.409	104.677	-	107.086
Classe II	Banco ABC	100% CDI ^a	4.034	-	4.034	62.126	-	66.160	1.431	-	1.431	62.152	-	63.583
Extra concursal	Citibank	100% CDI ^a	2.119	-	2.119	32.572	-	34.691	752	-	752	32.590	-	33.342
Classe III	Banco Itaú	0,5% a.a. + TR ^a	376	-	376	3.512	-	3.888	22	227	249	3.851	-	4.100
Classe III	JIVE MAUA RB	0,5% a.a. + TR ^a	-	-	-	-	-	-	7	76	83	1.288	-	1.371
Classe III	JIVE MAUA RG	0,5% a.a. + TR ^a	-	-	-	-	-	-	15	157	172	2.677	-	2.849
Classe II	Custo da Dívida		-	(2.247)	(2.247)	(22.261)	-	(24.508)	-	(2.247)	(2.247)	(24.712)	-	(26.959)
			46.496	(2.247)	44.249	693.193	-	737.442	35.478	(1.787)	33.691	1.110.499	-	1.144.190

Em 31 de dezembro de 2025 a dívida que compõe os credores do plano de recuperação judicial totaliza no consolidado R\$737.442, sendo, R\$3.888 da Classe II, R\$723.371 da Classe III e R\$34.691 extraconcursal. Os pagamentos ocorrerão conforme plano de recuperação judicial resumido na nota explicativa nº 1.2.



Demonstrações Financeiras Anuais

13.3. Movimentação

a) A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Controladora			Consolidado		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	27.755	2.803	30.558	976.799	97.827	1.074.626
Provisão dos encargos financeiros	-	3.327	3.327	-	115.983	115.983
Encargos financeiros pagos	-	(543)	(543)	-	(19.076)	(19.076)
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(383)	(383)
Incorporação de juros ao principal	408	(408)	-	154.446	(154.446)	-
Apropriação de custos de captações	-	408	408	-	408	408
Adição dos custos de captação	3.654	(4.835)	(1.181)	(22.533)	(4.835)	(27.368)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	31.817	752	32.569	1.108.712	35.478	1.144.190
Provisão dos encargos financeiros	-	4.528	4.528	-	115.872	115.872
Encargos financeiros pagos	-	(3.171)	(3.171)	-	(81.474)	(81.474)
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(343)	(343)
Incorporação de juros ao principal	319	(319)	-	10.202	(10.202)	-
Apropriação de custos de captações	64	-	64	2.247	-	2.247
Baixa por Capitalização de créditos PRJ	-	-	-	(423.433)	(19.617)	(443.050)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	32.200	1.790	33.990	697.728	39.714	737.442

b) A movimentação das debêntures privadas está apresentada a seguir:

	Controladora		
	Principal	Passivo	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	54.801	1.223	56.024
Encargos financeiros provisionados	-	770	770
Amortização	(2.572)	-	(2.572)
Encargos financeiros pagos	-	(466)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	52.229	1.527	53.756
Encargos financeiros provisionados	-	346	346
Amortização	(1.043)	-	(1.043)
Encargos financeiros pagos	-	(466)	(466)
Baixa por incorporação ⁽ⁱ⁾	(51.186)	(1.407)	(52.593)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	-	-

(i) Incorporação nota 1.1.5

Demonstrações Financeiras Anuais

13.4. Vencimento das parcelas – não circulante (principal e encargos)

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento, conforme previsto no plano de recuperação judicial (Nota 1.2):

Vencimento	31/12/2025	
	Controladora	Consolidado
jan/2027 a dez/2027	1.151	25.376
jan/2028 a dez/2028	1.152	25.383
jan/2029 a dez/2029	1.645	36.157
jan/2030 a dez/2030	1.644	36.244
jan/2031 a dez/2036	26.980	592.294
Total	32.572	715.454

14. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ a pagar	-	-	1.015	1.977
CSLL a pagar	-	-	578	1.185
COFINS a recolher	8	299	1.162	1.652
PIS a recolher	1	65	247	358
Tributos sobre folha de pagamento	1.410	1.416	1.728	1.739
Tributos retidos de terceiros	91	599	691	1.289
Tributos sobre operações de mútuo	344	277	815	644
Outros tributos a recolher	50	25	477	444
	1.904	2.681	6.713	9.288

Os saldos de PIS e COFINS a pagar decorrem do resultado tributável apurado e faturamento de venda de energia auferido pelas controladas integrantes do Complexo Eólico Alto Sertão III e a Renova Comercializadora.

15. Contas a pagar – CCEE

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
CCEE		
Circulante	71.913	159.834
Não circulante	239.699	71.413
Total	311.612	231.247

Do saldo apresentado no quadro acima, R\$29.068 compõe a Classe III do plano de recuperação judicial e será pago conforme divulgado na nota 1.2.

Demonstrações Financeiras Anuais

15.1. Movimentação

A movimentação está apresentada a seguir:

	31/12/2024	Resultado	Amortização	Atualização	Reclassificação	31/12/2025
Ressarcimento CCEE ⁽ⁱ⁾	103.841	79.443	-	2.002	(69.364)	115.924
Despacho 2.303 ⁽ⁱⁱ⁾	95.679	-	-	1.577	69.364	166.620
Fornecedores a pagar CCEE PRJ	31.727	-	(1.553)	(1.106)	-	29.068
Total do passivo	231.247	79.443	(1.553)	2.475	-	311.612

	31/12/2023	Resultado	Devolução ressarcimento	Amortização	Atualização	Reclassificação	31/12/2024
Ressarcimento CCEE ⁽ⁱ⁾	73.321	85.249	-	(16.972)	3.651	(41.408)	103.841
Despacho 2.303 ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	53.206	-	1.065	41.408	95.679
Fornecedores a pagar CCEE PRJ	32.426	-	-	(1.172)	473	-	31.727
Total do passivo	105.747	85.249	53.206	(18.144)	5.189	-	231.247

(i) Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas indiretas do LER 2013, do LER 2014 e a CCEE estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% (ressarcimento anual – ressarcimento de 100% do volume + 15% de multa pela não entrega). Ao final de cada quadriênio, o ressarcimento por desvios negativos de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 106%.

(ii) Provisão oriunda da suspensão dos ressarcimentos estabelecidos na Contratação de Energia Elétrica na Contratação de Energia de Reserva, essa suspensão foi determinada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da emissão do despacho nº 2.303/2019 que ordenou à CCEE que procedesse com a referida suspensão da compensação relativa aos anos contratuais apurados a partir de agosto de 2019 até a decisão final sobre o resultado da Audiência Pública nº 034/2019, a qual visa regular os procedimentos e critérios para apuração da restrição de operação por constrained-off (situações de corte de geração quando há descasamento entre a oferta de energia disponível e a demanda de usinas eólicas). Cabe ressaltar que o Grupo reconheceu as provisões normalmente nos exercícios supracitados.

16. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Apresentados como:				
Circulante	4.145	2.081	8.227	2.149
Não circulante	100.445	89.596	156.481	104.064
Total	104.590	91.677	164.708	106.213

Demonstrações Financeiras Anuais

Abertura de outros contas a pagar:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo com a CEMIG GT*	101.081	90.272	101.081	90.272
Valor pago pela Light, na qualidade de fiadora não solidária das obrigações das CCBs junto aos bancos Bradesco e Itaú, conforme mencionado na Nota 13.5 (Classe III)	-	-	13.578	14.468
Indenizações de seguro-garantia, em favor da ANEEL, decorrentes do cancelamento das outorgas dos parques do Complexo Eólico AS III Fase A." (classe III)	-	11	531	11
Processos cíveis, que compõem os credores Classe III nota 1.2.	324	324	324	324
Processos cíveis, em razão da rescisão unilateral do contrato pela Light conforme demonstrado na nota 1.1.2. (Classe III)	-	-	45.991	-
Outros	3.185	1.070	3.203	1.138
	<u>104.590</u>	<u>91.677</u>	<u>164.708</u>	<u>106.213</u>

(i) Reclassificação entre fornecedores outras contas a pagar.

Nota (*) Entre novembro de 2019 e janeiro de 2020 a Companhia firmou contratação de empréstimos do tipo DIP junto à CEMIG, necessários para suportar as despesas de manutenção das atividades da Companhia e suas controladas, após a devida autorização do juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, no processo de recuperação judicial nº 110325754.2019.8.26.0100. O resumo dessas contratações está apresentado a seguir:

	DIP	DIP 2	DIP 3	DIP 4	Total
Data	25/11/2019	27/12/2019	27/01/2020	25/10/2019	
Valor	10.000	6.500	20.000	5.000	41.500
	100%DI + 1,083%	100%DI + 1,5%	100%DI + 1,5%	100%DI + 0,00%	
Atualização	a.a.	a.a.	a.a.	a.a.	
Vencimento	31/05/2029	31/05/2029	31/05/2029	31/05/2029	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	25.143	16.608	50.908	8.422	101.081

O vencimento dos DIPs ocorreu em 31 de julho de 2020, e como o pagamento não foi efetuado, o montante devido está sendo remunerado pelas taxas apresentadas no quadro acima acrescidos de juros de mora de 1% ao mês sobre o referido valor em atraso e multa moratória de 0,3% ao dia limitada 10% sobre o valor total devido, conforme previsto em contrato. São garantias dessa operação fiança e alienação fiduciária de 73% das ações da controlada SF120 Participações S.A.

17. Provisão para processos judiciais

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da provisão da controladora para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é de R\$41.209 (em dezembro de 2024, R\$129.596), sendo R\$559 (em dezembro de 2024, R\$5.659) cíveis, R\$2.436 (em dezembro 2024, R\$2.456) trabalhistas, R\$37.535 (em dezembro de 2024, R\$120.791) fiscais e R\$679 (em dezembro de 2024, R\$690) administrativas. A seguir apresentamos a movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

	Controladora				
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Administrativas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.659	2.456	120.791	690	129.596
Adição	341	6.181	4.306	257	11.085
Baixa	(5.440)	(6.201)	(87.562)	(269)	(99.472)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>559</u>	<u>2.436</u>	<u>37.535</u>	<u>679</u>	<u>41.209</u>
	Controladora				
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Administrativas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.139	2.402	112.973	601	121.115
Adição	672	291	7.818	206	8.987
Baixa	(152)	(237)	-	(117)	(506)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>5.659</u>	<u>2.456</u>	<u>120.791</u>	<u>690</u>	<u>129.596</u>

Demonstrações Financeiras Anuais

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da provisão consolidada para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é de R\$87.042 (em dezembro de 2024, R\$161.145), sendo R\$815 (em dezembro de 2024, R\$5.915) cíveis, R\$ 2.436(em dezembro 2024, R\$2.456) trabalhistas, R\$37.535 (em dezembro de 2024, R\$120.791) fiscais, R\$679 (em dezembro de 2024, R\$690), administrativas e R\$45.577 (em dezembro de 2024 R\$31.293), regulatório. A seguir apresentamos a movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

	Consolidado					
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Administrativas	Regulatório	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.915	2.456	120.791	690	31.293	161.145
Adição	341	6.181	4.306	257	14.627	25.712
Baixa	(5.441)	(6.201)	(87.562)	(268)	(343)	(99.815)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	815	2.436	37.535	679	45.577	87.042

	Consolidado					
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Administrativas	Regulatório	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	57.079	2.402	113.013	601	31.293	204.388
Adição	671	290	7.818	204	-	8.983
Baixa ^(a)	(51.835)	(236)	(40)	(115)	-	(52.226)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.915	2.456	120.791	690	31.293	161.145

(a) refere-se substancialmente a transferência do montante a pagar relacionados ao processo cível movido pela Light (nota 1.1.2)

Prováveis

- i. Cíveis – as ações cíveis classificadas com expectativa de perda provável, no montante de R\$815, referem-se substancialmente a processos relacionados a execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações de rescisão contratual, sendo bastante pulverizadas.
- ii. Regulatório - Em 27 de julho de 2022, a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica (“SFG”), publicou no Diário Oficial da União os despachos nº 2.001/2022 a 2.012/2022 i) aplicando aos parques eólicos do LER 2013 e LER 2014 penalidade de multa editalícia no montante de R\$31.293, correspondente a 3,85% do valor do investimento declarado à EPE no momento da licitação, considerando que: i.a) caso a multa não seja recolhida pela concessionária, indicar a SCG que deverá ser promovida a execução da garantia de fiel cumprimento aportada, no justo valor para o ressarcimento da multa não paga e; ii. b) caso a multa seja recolhida pela concessionária, indicar a SCG que deverá ser promovida a devolução integral da garantia de fiel cumprimento aportada; iii.c) caso a multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.; e (ii) estabelecendo o prazo de 20 (vinte) dias a contar da publicação desse Despacho para o pagamento da multa constante do item (i).

Em 08 de agosto de 2022, a Companhia protocolou recurso administrativo na ANEEL contra os referidos despachos pleiteando: (i) atribuição de efeito suspensivo automático ao recurso, na forma do artigo 36, parágrafo único, da Resolução Normativa n. 846/2019; e ii) anulação dos Despachos SFG n. 2.001 a 2.012/2022.

Em 07 de outubro de 2022 a Companhia reuniu-se com a diretoria da ANEEL para apresentar os pleitos presencialmente e aguarda julgamento do recurso acerca da dosimetria da penalidade.

Demonstrações Financeiras Anuais

Em agosto de 2025, a Companhia, atualizou a provisão relacionada à penalidade mantida pela ANEEL nos Processos Administrativos nº 2.001/2022 a nº 2.012/2022, referente ao descumprimento do cronograma de implantação de centrais geradoras eólicas, aplicando o IPCA acumulado de 13% desde julho de 2022 referente ao montante de R\$10.434, a obrigação permanece classificada no passivo não circulante. Ainda, em agosto de 2025, a Companhia ajuizou ação sob o rito ordinário, visando liminarmente suspender a exigibilidade e, ao final, anular a multa editalícia, tendo sido concedida liminar determinando a suspensão imediata da multa. A ANEEL interpôs recurso, ora pendente de julgamento. A Companhia segue monitorando os processos e avaliando a adoção de todas as medidas cabíveis.

- iii. Fiscal – provisionado o valor de R\$37.535 em 31 de dezembro de 2025 (R\$120.791 em 31 de dezembro de 2024) decorrente do auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil abrangendo os exercícios sociais de 2014 e 2015 contra a Companhia questionando a apuração dos cálculos do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), supostamente devidos pela Companhia em virtude da não comprovação de despesas, falta de recolhimento de IRPJ sobre a base de cálculo estimada e a não comprovação de custos e despesas operacionais.

Após a improcedência de sua defesa em primeira instância administrativa, a Companhia interpôs Recurso Voluntário, cujo julgamento no CARF ocorreu em 21 de fevereiro de 2024, tendo sido disponibilizado o acórdão em 25 de setembro de 2025. Relativamente ao IRPJ e CSLL a Companhia opôs embargos declaratórios, pendentes de julgamento. Quanto ao IRRF e multa de ofício, a Companhia tem adotado todas as medidas administrativas e judiciais cabíveis, estando a exigibilidade suspensa. A redução de R\$ 87.505 decorre do estorno parcial da provisão, realizado com base na avaliação jurídica.

A Administração da Companhia e de suas controladas, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Possíveis

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos contingentes no montante aproximado de R\$73.075 (31 de dezembro de 2024, R\$353.657), sendo R\$53.817 (31 de dezembro de 2024, R\$319.782) cíveis, R\$870 (31 de dezembro de 2024, R\$20.359) administrativas, R\$1.135 trabalhistas (31 de dezembro de 2024, R\$13.479) e R\$ 17.159 Regulatório (31 de dezembro de 2024, R\$18.350), os quais a Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, classificou como possíveis de perda e não constituiu nenhuma provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Demonstrações Financeiras Anuais

Dentre as ações cíveis classificadas como perda possível destacam-se:

- a) Processos relacionados a execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações declaratórias, ações de rescisão contratual e indenizatórias, sendo bastante pulverizadas, cujo montante total corresponde a R\$ 53.817 (R\$118.320, 31 de dezembro de 2024) para os quais nossos assessores jurídicos externos classificam a expectativa de perda como possível, sendo que futuramente serão extintas/suspensas e quitadas nos termos do Plano de Recuperação Judicial.
- b) Nesse exercício, em razão da evolução dos andamentos processuais na esfera cível e dos novos entendimentos fornecidos pelos assessores externos, as demandas abrangendo ações de Execução de Título Extrajudicial, Reintegração de Posse, Ação Declaratória e Ação Indenizatória que tiveram seus prognósticos de perda possível foram reclassificados para remoto, totalizando R\$ 201.462.

17.1. Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

A Companhia informa que não há movimentação relevante nos Inquéritos Policiais relacionados à denominada Operação “E o Vento Levou”, tampouco na Ação Penal em curso perante a Justiça Federal de São Paulo. Vale ressaltar que a Companhia não figura como Ré na Ação Penal em tela, a qual deve seguir seu curso regular, e os Inquéritos Policiais dizem respeito a situações pretéritas e pessoas físicas desvinculadas da atual administração da Renova Energia.

A Companhia está acompanhando os desdobramentos das investigações e segue à disposição das autoridades para colaborar com as investigações ainda em curso.

A Companhia mantém seu programa de integridade, bem como prima pela proteção de seu patrimônio e de sua imagem, contando com a Gerência de Governança Corporativa, sob a gestão da Diretoria Jurídica, que tem como missão garantir a observância de normas e procedimentos da Companhia, bem como prezar pelo fortalecimento de uma cultura de integridade baseada em gestão e monitoramento de riscos.

Reforçando seu compromisso com a integridade nos negócios, a Companhia tem investido em diversos planos de ação e realizado todos os atos necessários para conservar seus direitos, boa reputação e imagem, a saber:

- i. Aprimoramento de iniciativas voltadas à divulgação e disseminação do canal de denúncias independente para empregados, prestadores de serviços, fornecedores, parceiros e autoridades;
- ii. Projeto de implementação de metas de gestão relacionadas a Compliance em todas as diretorias;

Demonstrações Financeiras Anuais

- iii. Revisão/implementação de políticas e procedimentos relacionados a contratação de fornecedores e arrendantes, revisão dos valores de alçadas de aprovação, análise reputacional e bloqueio de fornecedores em desacordo com os valores de integridade da Companhia;
- iv. Monitoramento anual de terceiros de alto risco;
- v. Aprimoramento da estratégia de comunicação e treinamento de colaboradores em temas relacionados ao Código de Ética e Conduta, Política Corporativa Anticorrupção e LGPD;
- vi. Conscientização de fornecedores e parceiros de negócios sobre os principais pontos relacionados ao Código de Ética e Conduta e Política Corporativa Anticorrupção da Companhia, bem como do Aviso de Privacidade, reforçando os valores da Companhia com a cadeia de valor e intensificando também o destaque para o Canal Transparência para o reporte de eventuais irregularidades;
- vii. Aplicação de medidas disciplinares para eventuais desvios de conduta praticados por colaboradores e terceiros;
- viii. Inclusão de cláusulas de integridade e privacidade de dados nos contratos firmados pela Companhia, incluindo a possibilidade de rescisão imediata em casos de desvios de conduta;
- ix. Adesão formal à Política Corporativa Anticorrupção e ao Código de Ética e Conduta por 100% dos colaboradores, membros do Conselho de Administração, além dos membros do Conselho Fiscal, conforme o caso;
- x. Monitoramento contínuo de riscos de invasão e ataques cibernéticos nos sistemas da Companhia com conscientização de colaboradores e testes recorrentes para medir a maturidade dos controles internos para mitigar *malware* e *ransomware*, bem como estudos e esforços constantes para aprimorar a segurança da informação, preservando informações confidenciais e estratégicas, bem como conformidade com a LGPD; e
- xi. Aprimoramento contínuo dos controles internos, políticas e procedimentos da Companhia. Tais medidas complementam as atitudes e comprometimento da Alta Administração com o fortalecimento do Programa de Integridade da Companhia e práticas ESG.
Para contribuir com a disseminação da Integridade e Sustentabilidade da Companhia destacamos abaixo algumas ações corporativas relacionadas às práticas ESG atualmente em nosso pipeline de iniciativas:
 - a) Direitos humanos: a Companhia respeita e promove os direitos humanos em suas operações, ao longo de sua cadeia de fornecedores e nas regiões onde está inserida, em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU e em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estabelecendo relação com empresas terceiras que compartilhem os mesmos princípios e valores e que respeitem os direitos humanos.
 - b) Diversidade: a Companhia respeita e valoriza de forma positiva as diferenças entre gênero, origem, etnia, orientação sexual, crença, práticas religiosas, convicção política, ideológica, classe social, condição de portador de deficiência, estado civil ou idade e não tolera qualquer forma de assédio (seja ele moral ou sexual), violência (verbal, física ou em redes sociais).
 - c) Meio ambiente: a Companhia tem como valor cuidar do meio ambiente, especialmente nas localidades próximas aos seus empreendimentos. Entende ser fundamental para a sustentabilidade dos negócios atuar em consonância com a legislação ambiental vigente, bem como homologar parceiros de negócios que estejam alinhados com esses valores.

Demonstrações Financeiras Anuais

- d) Relações comunitárias: a Companhia mantém um diálogo transparente e permanente com as comunidades localizadas nos arredores dos seus empreendimentos, baseados em agenda comum positiva, de longo prazo, voltada para o desenvolvimento local sustentável, respeitando a liberdade de expressão e a manifestação pacífica, de acordo com a lei e nos limites do Código de Conduta e Política Corporativa Anticorrupção.
- e) Canal Transparência: é o meio pelo qual eventuais situações de irregularidade devem ser reportadas, visando a efetiva apuração dos fatos e eventual plano de ação para mitigar os riscos existentes em nossas operações. O Canal Transparência está disponível aos públicos internos e externos da Companhia, sendo uma ferramenta de comunicação proativa, transparente, independente, imparcial e anônima para o reporte de violações ou suspeita de descumprimento de qualquer um dos pontos descritos no Código de Ética e Conduta da Companhia, nas políticas e procedimentos.

18. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas

a) Capital autorizado

De acordo com o seu Estatuto Social a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente da reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, até o limite de R\$5.002.000.

b) Alteração da composição acionária

Em 1 de abril de 2024 a companhia declara que recebeu de seus acionistas controladores Sr. Renato do Amaral Figueiredo e do Caetité Participações, o termo de dação, informando que o Sr. Renato do Amaral Figueiredo e o Caetité Participações transferiram em sua totalidade, as ações ordinárias e as ações preferenciais de emissão da companhia para o novo veículo de investimento, Fundo de Investimento em Participações Macaúbas (“FIP Macaúbas”). Desta forma, o novo veículo de investimento FIP Macaúbas, passa a deter 17.005.440 ações ordinárias e 4.933.936 ações preferenciais de emissão da companhia.

c) Aumento de Capital

O Conselho de Administração aprovou em 28 de abril de 2025 a homologação do aumento de capital social da Companhia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, aprovado pelo Conselho de Administração, para capitalização dos créditos detidos pelo VC Energia II Fundo de Investimento em Participações (“Credor”).

O Aumento de Capital foi homologado no valor atualizado dos créditos detidos pelo Credor contra a Companhia, correspondente a R\$534.475, e representado por 494.883.865 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, emitidas ao preço unitário de R\$1,08.

Demonstrações Financeiras Anuais

Em 31 de julho de 2025, o Conselho de Administração aprovou e homologou o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 2.010, correspondente à atualização dos créditos detidos por credores contra a Companhia. Esse aumento foi efetivado mediante a emissão de 930.690 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço unitário de R\$ 2,16 por ação.

d) Grupamento de ações

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2025, foi aprovado o grupamento da totalidade das ações da Companhia, na proporção de 2 (duas) ações pré-grupamento para 1 (uma) ação pós-grupamento, sem modificação no capital social da Companhia, nos termos da proposta da administração da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, divulgada pela Companhia no dia 28 de março de 2025.

Em razão disso, o capital social da Companhia, no valor de R\$4.704.869, passou a ser dividido em 372.183.910 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 309.812.923 ações ordinárias e 62.370.987 ações preferenciais, a partir da efetivação do grupamento.

e) Capital social

Em 31 de dezembro 2025, o capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R\$4.706.879 dividido em 373.114.600 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 310.743.613 ações ordinárias e 62.370.987 ações preferenciais, distribuído conforme o quadro de acionistas a seguir:

	Ações ON		Ações PN		Total de ações	% do Capital social total
	Quantidade	%	Quantidade	%		
RENOVA ENERGIA						
Bloco de Controle	260.606.255	83,87%	-	0,00%	260.606.255	69,86%
FIP VC ENERGIA II	247.441.932	79,63%	-	0,00%	247.441.932	66,32%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	7.557.685	2,43%	-	0,00%	7.557.685	2,03%
FIP Macaúbas	5.606.638	1,80%	-	0,00%	5.606.638	1,50%
Outros Acionistas	50.137.358	16,13%	62.370.987	100,00%	112.508.345	30,14%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	33.272.563	10,71%	34.053.635	54,60%	67.326.198	18,04%
FIP Macaúbas	2.896.081	0,93%	2.466.966	3,96%	5.363.047	1,44%
Free Float	13.968.714	4,51%	25.850.386	41,44%	39.819.100	10,66%
Total	310.743.613	100,00%	62.370.987	100,00%	373.114.600	100,00%

Demonstrações Financeiras Anuais

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R\$4.170.394 dividido em 249.483.956 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 124.741.981 ações ordinárias e 124.741.975 ações preferenciais, distribuído conforme o quadro de acionistas a seguir:

RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total	% do Capital
	Quantidade	%	Quantidade	%	de ações	social total
Bloco de Controle	26.328.648	21,11%	-	0,00%	26.328.648	10,55%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	15.115.371	12,12%	-	0,00%	15.115.371	6,06%
Caetité Participações S.A.	10.329.025	8,28%	-	0,00%	10.329.025	4,14%
Renato do Amaral Figueiredo	884.252	0,71%	-	0,00%	884.252	0,35%
Outros Acionistas	98.413.333	78,89%	124.741.975	100,00%	223.155.308	89,45%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	66.545.129	53,35%	68.107.270	54,60%	134.652.399	53,97%
Renato do Amaral Figueiredo	5.764.804	4,62%	4.527.141	3,63%	10.291.945	4,13%
BNDESPAR	696.683	0,56%	1.393.366	1,12%	2.090.049	0,84%
Caetité Participações S.A.	27.359	0,02%	406.795	0,33%	434.154	0,17%
Outros	25.379.358	20,35%	50.307.403	40,33%	75.686.761	30,34%
Total	124.741.981	100,00%	124.741.975	100,00%	249.483.956	100,00%

f) Custos na emissão de ações

A Companhia registra todos os custos das operações com emissão de ações em rubrica específica. Esses valores referem-se a gastos com consultoria e assessores financeiros, das operações de aumento de capital.

19. Receita líquida

	Consolidado			
	31/12/2025 MWh*	31/12/2024 MWh*	31/12/2025	31/12/2024
Geração				
Receita gerada de energia elétrica			187.894	177.007
Ressarcimento sobre geração de energia elétrica			(79.443)	(85.249)
Suprimento de energia elétrica – Eólicas	1.018.404	972.646	108.451	91.758
Comercialização				
Operações - comercialização de energia elétrica			478.250	198.745
			586.701	290.503
Deduções s/ receitas:				
(-) Tributos s/ receita (PIS/COFINS)			(71.743)	(31.277)
Total			514.958	259.226

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

No acumulado de 2025, a receita operacional líquida atingiu R\$ 515 milhões, crescimento de 98,7% frente a 2024, influenciados pela melhor performance operacional dos ativos, pela atualização dos preços dos contratos no mercado regulado e pelo maior volume comercializado no mercado livre a preços mais elevados.

Demonstrações Financeiras Anuais

20. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custo dos serviços				
Compra de energia ⁽ⁱ⁾	-	-	(337.144)	(43.300)
Custo da operação				
Serviços de terceiros	-	-	(61.625)	(57.226)
Seguros	-	-	(8.370)	(8.071)
Material de uso e consumo	-	-	(6.154)	(6.467)
Outros custos	-	-	(38)	(466)
	-	-	(76.187)	(72.230)
Depreciações e amortizações ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	(102.374)	(98.148)
Encargos do uso do sistema de distribuição				
Tusd/Tust ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	-	(23.356)	(20.801)
Taxa de fiscalização	-	-	(2.447)	(3.132)
	-	-	(25.803)	(23.933)
Total	-	-	(541.508)	(237.611)
Despesas				
Gerais e administrativas				
Pessoal e administradores	(9.778)	(4.169)	(41.805)	(30.236)
Serviços de terceiros	2.225	(1.598)	(16.594)	(24.088)
Seguros	-	-	(888)	(673)
Telefonia e TI	(78)	437	(2.977)	(2.031)
Viagens	(681)	(84)	(2.346)	(1.970)
Impostos e taxas	(635)	(641)	(1.391)	(1.284)
Material de uso e consumo	131	(76)	(512)	(976)
Aluguéis e arrendamentos	(111)	802	(224)	(291)
Contingências cíveis e trabalhistas ^(iv)	82.979	(2.512)	82.979	(3.275)
Outras despesas	(8)	(67)	(280)	(284)
	74.044	(7.908)	15.962	(65.108)
Depreciações e amortizações	(3.736)	(3.731)	(4.165)	(4.077)
Reversão (Redução) ao valor recuperável do ativo imobilizado	-	-	73	-
Outras (receitas) despesas				
Penalidades contratuais e regulatórias	-	(1.854)	-	(1.819)
Outras despesas (receitas)	19.772	(348)	22.220	(481)
	19.772	(2.202)	22.220	(2.300)
Total	90.080	(13.841)	34.090	(71.485)

(i) Refere-se à aquisição de energia no mercado livre para revenda realizada pela controlada Renova Comercializadora para honrar os compromissos assumidos nos contratos de venda de energia dos parques em atraso na sua operação comercial.

(ii) Depreciação líquida de PIS/COFINS.

(iii) Tusd - tarifa de uso do sistema de distribuição e Tust - tarifa de uso do sistema de transmissão. Os valores de Tust registrados na despesa estão relacionados, principalmente, ao exercício anterior a entrada em operação comercial dos parques eólicos.

(iv) vide nota 17 item iii.

No 2º trimestre de 2025 a Companhia recebeu R\$ 23.500 registrado na rubrica de “outras despesas (receitas)” por meio da venda de direito creditório originado de ativo contingente vinculado a processo arbitral relacionado a obras executadas em projetos anteriores. Com essa operação, os direitos de recebimento futuros foram integralmente transferidos à securitizadora, antecipando recursos e fortalecendo a posição de caixa. Essa estratégia reforça a disciplina financeira e a capacidade da Companhia de transformar ativos contingentes em liquidez imediata, garantindo maior flexibilidade para investimentos e geração de valor aos acionistas.

Demonstrações Financeiras Anuais

21. Receitas financeiras e despesas financeiras

		Acumulado de 12 meses			
		Controladora		Consolidado	
	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras					
		1.755	449	11.630	7.916
	23	-	2	-	1
		23	(8)	353	279
	(-) PIS/COFINS sobre receita financeira ⁽ⁱ⁾	(100)	(23)	(315)	(107)
Total das receitas financeiras		1.678	420	11.668	8.089
Despesas financeiras					
	13	(4.528)	(3.327)	(115.872)	(115.983)
	13	(346)	(770)	-	-
		(14.140)	(17.232)	(13.916)	(16.326)
		(20.698)	(14)	(10.412)	(4.825)
		(70)	(408)	(2.452)	(408)
		3.433	(8.406)	(10.813)	(8.406)
	11	(1.661)	(754)	(5.018)	(2.224)
		-	-	(1.583)	(1.531)
		(259)	(287)	(1.792)	(773)
		(613)	(71)	(2.387)	(1.295)
Total das despesas financeiras		(38.882)	(31.269)	(164.245)	(151.771)
Total do resultado financeiro líquido		(37.204)	(30.849)	(152.577)	(143.682)

(i) Inclui PIS e COFINS sobre receita financeira apurada nas operações de mútuo com controladas.

(ii) Os encargos registrados na controladora referem-se à realocação de saldos financeiros efetuada com o objetivo de evidenciar, de forma adequada, as obrigações de cada entidade do Grupo, sem impacto no resultado consolidado do Grupo.

22. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo líquido antes do imposto de renda e contribuição social	(162.231)	(117.069)	(154.723)	(126.866)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	55.159	39.803	52.606	43.134
<u>Exclusões (adições) permanentes</u>				
Receitas e (despesas) não dedutíveis	2.424	(4.330)	1.890	(4.358)
Resultado da equivalência patrimonial	(73.359)	(65.130)	-	-
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	-	-	(23.457)	(1.236)
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:				
Provisões temporárias	23.479	(7.592)	23.104	(27.184)
Prejuízo fiscal e base negativa	(7.703)	37.249	(61.651)	(559)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	-	-	(7.508)	9.797
IR e CS Correntes	-	(26.954)	(9.290)	(38.424)
IR e CS Diferidos	-	26.954	1.782	48.221
Imposto de renda e contribuição social apurados	-	-	(7.508)	9.797
Taxa efetiva			(4,85%)	7,72%

(i) Decorrente das empresas do ACL e ACR vide nota 1.

(ii) Decorrente das empresas do ACR e Renova com. Vide nota 1.

Demonstrações Financeiras Anuais

A controladora não apurou lucro tributável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e possui saldo de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, nos montantes a seguir para os quais não foram constituídos tributos diferidos:

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo fiscal do exercício	(22.685)	(2.145)
Utilização de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	-	113.262
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	(554.444)	(671.925)
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	(577.129)	(560.808)

Demonstrações Financeiras Anuais

23. Transações com partes relacionadas

23.1. Controladora

	Controladora							
	Ativo		Passivo		Receitas e despesas financeiras		Receitas / Despesa	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<u>Mútuo⁽ⁱ⁾</u>								
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	-	-	1.013	-	(8)	(2)	-	-
Centrais Eólicas Jataí S.A.	-	-	705	-	(1)	(1)	-	-
Centrais Eólicas Abil S.A.	-	-	1.013	-	(10)	-	-	-
Centrais Eólicas Tabua S.A.	-	-	-	-	-	(1)	-	-
Centrais Eólicas Manineiro S.A.	-	-	404	-	(1)	-	-	-
Centrais Eólicas Unha D'Anta S.A.	-	-	1.688	1	(10)	(3)	-	-
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	-	-	-	1	1	(2)	-	-
Centrais Eólicas Angelin S.A.	-	-	-	1	1	(1)	-	-
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda.	-	-	4.550	104	(27)	(128)	-	-
Subtotal	-	-	9.373	107	(55)	(138)	-	-
<u>Resgate de ações⁽ⁱⁱ⁾</u>								
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	12.937	-	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda.	5.374	-	-	-	-	-	-	-
<u>Rateio de despesa⁽ⁱⁱⁱ⁾</u>								
Renova Comercializadora de Energia S.A.	2.669	4.717	-	-	-	-	(8.178)	(9.700)
Controladas - LER 2013	1.128	2.150	-	-	-	-	(13.866)	(12.934)
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	-	164	-	-	-	-	-	-
Controladas - LER 2014	319	610	-	-	-	-	(3.932)	(3.668)
Controladas - ACL (Mercado Livre I)	5.278	7.386	-	-	-	-	(15.239)	(14.214)
Subtotal	9.394	15.028	-	-	-	-	(41.215)	(40.516)

Demonstrações Financeiras Anuais

	Ativo		Passivo		Receitas e (despesas) financeiras		Receitas / Despesa	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<u>Outros créditos ⁽⁴⁾</u>								
Diamantina Eólicas Participações S.A.	26.215	26.186	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Amescla S.A.	12.965	13.165	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Manineiro S.A.	10.268	10.557	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	-	-	1.022	1.022	-	-	-	-
Centrais Eólicas Acácia S.A.	-	-	533	533	-	-	-	-
Centrais Eólicas Barbatimão S.A.	-	-	536	536	-	-	-	-
Centrais Eólicas Facheio S.A.	-	-	535	535	-	-	-	-
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	-	-	250	250	-	-	-	-
Centrais Eólicas Cedro S.A.	-	-	357	357	-	-	-	-
Centrais Eólicas Itaparica Ltda	-	-	27.253	27.253	-	-	-	-
	49.448	49.908	30.486	30.486	-	-	-	-
Total	77.153	64.936	39.859	30.593	(55)	(138)	(41.215)	(40.516)
Apresentados como								
Circulante	8.905	64.936	-	30.486				
Não circulante	68.248	-	39.859	107				
	77.153	64.936	39.859	30.593				

Demonstrações Financeiras Anuais

23.2. Movimentação

	Controladora	
	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2023	45.018	42.541
Adição	67.127	15.200
Encargos financeiros provisionados	3	393
Amortização	(40.110)	(27.541)
Capitalização dos créditos com rateio	(6.852)	-
Capitalização do mútuo	(250)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	64.936	30.593
Adição	68.779	18.273
Encargos financeiros provisionados	-	234
Amortização	(56.562)	(9.241)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	77.153	39.859

23.3. Resumo das operações com partes relacionadas

As principais condições relacionadas as operações entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

- Mútuos realizados com as controladas com o objetivo de suprir a necessidade de caixa da Companhia. Esses contratos estão sujeitos a atualização pela Taxa Referencial.
- Reembolso de despesas a receber das controladas, no âmbito do contrato de rateio firmado entre as partes. Essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia centralizados na Companhia.
- Refere-se substancialmente aos créditos recebidos e cedidos pela Companhia do fornecedor GE Energia Renováveis LTDA para determinadas controladas indiretas com o objetivo de regularizar o contrato para fornecimento, operação e manutenção de aerogeradores para os parques eólicos do Projeto Alto Sertão III – Fase A, cuja quitação se deu em 18 de agosto de 2017.

Debêntures privadas

Como mencionado na nota explicativa 13, tanto a Companhia quanto a sua controlada, Renova Comercializadora, emitiram instrumentos particulares de escritura privada de debêntures não conversíveis em ações subscritas respectivamente pelas controladas que integram a Projeto Alto Sertão III – Fase B e pela Companhia que em 30 de abril foram incorporadas conforme nota 1.1.5.

Demonstrações Financeiras Anuais

23.4. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R\$15.041 e R\$9.661, respectivamente, valores compostos somente por benefícios de curto prazo.

Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal

	31/12/2025				
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total	Conselho de Administração	Total
Número de membros remunerados	3,50	4,17	7,67	7,33	15,00
Remuneração fixa acumulada	3.758	3.677	7.435	1.319	8.754
Salário ou pró-labore	3.140	3.206	6.346	1.319	7.665
Benefícios diretos e indiretos	618	471	1.089	-	1.089
Remuneração variável acumulada	3.808	1.674	5.482	-	5.482
Bônus	1.442	320	1.762	-	1.762
Provisão Programa de participação no resultado	2.366	1.354	3.720	-	3.720
Benefícios pós emprego	29	17	46	-	46
Benefícios motivados pela cessação do cargo	759	-	759	-	759
Valor total da remuneração por órgão*	8.354	5.368	13.722	1.319	15.041

	31/12/2024					
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Número de membros remunerados	4,11	3,56	7,67	6,11	1,78	16,67
Remuneração fixa acumulada	3.904	2.799	6.703	1.073	97	7.873
Salário ou pró-labore	3.298	2.476	5.774	1.073	97	6.944
Benefícios diretos e indiretos	606	323	929	-	-	929
Remuneração variável acumulada	452	700	1.152	-	-	1.152
Bônus	250	214	464	-	-	464
Provisão Programa de participação no resultado	194	464	658	-	-	658
Benefícios pós emprego	95	-	95	-	-	95
Benefícios motivados pela cessação do cargo	541	-	541	-	-	541
Valor total da remuneração por órgão*	4.992	3.499	8.491	1.073	97	9.661

Nota (): Essas informações não incluem os encargos sociais de ônus do empregador, nos termos do item 10.2.13, alínea b, do Ofício Circular/ANUAL-2022- CVM/SEP*

Demonstrações Financeiras Anuais

Remuneração média acumulada da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal

	31/12/2025			31/12/2024			
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros	3,50	4,17	7,33	4,11	3,56	6,11	1,78
Valor da maior remuneração individual	2.193	1.541	180	1.807	1.074	180	24
Valor da menor remuneração individual*	1.733	1.074	180	931	837	180	24
Valor médio de remuneração individual	2.387	1.288	180	1.223	954	176	73

Nota (*): o valor da menor remuneração individual de cada órgão foi calculado considerando a exclusão de todos os membros que não exerceram o cargo por todos os meses do exercício apurado, conforme orienta o Ofício Circular/ANUAL-2022- CVM/SEP. A remuneração da administração ficou dentro dos montantes aprovados em assembleia geral ordinária e o conselho fiscal atendeu os requisitos de LSA.

Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2025, o montante de até R\$12.133 para a remuneração global dos administradores no exercício de janeiro a dezembro de 2025.

24. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Demonstrações Financeiras Anuais

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados e fornecedores. Para empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, os saldos contábeis diferem do valor justo.

	Controladora			
	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	141	16.211	141	16.211
Partes relacionadas	8.905	64.936	8.905	64.936
Não circulante				
Aplicações financeiras	11.352	22	11.352	22
Partes relacionadas	68.248	-	68.248	-
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	16.472	19.688	16.472	19.688
Empréstimos e financiamentos	2.055	688	2.055	688
Adiantamentos de clientes	98	100	98	100
Partes relacionadas	-	30.486	-	30.486
DIP Cemig (outras contas a pagar)	1.000	1.000	1.000	1.000
Não circulante				
Fornecedores	56.700	16.638	56.700	16.638
Empréstimos e financiamentos	31.935	31.881	31.935	31.881
Debêntures privadas	-	53.756	-	53.756
Partes relacionadas	39.859	107	39.859	107
DIP Cemig (outras contas a pagar)	100.081	89.272	100.081	89.272

	Consolidado			
	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	35.730	144.216	35.730	144.216
Aplicações financeiras	36.644	5.145	36.644	5.145
Contas a receber de clientes	68.488	48.798	68.488	48.798
Compromissos futuros	89.629	63.415	89.629	63.415
Não circulante				
Aplicações financeiras	-	22	-	22
Compromissos futuros	169.991	213.868	169.991	213.868
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	107.733	65.404	107.733	65.404
Empréstimos e financiamentos	44.249	33.691	44.249	33.691
Contas a pagar - CCEE	71.913	159.834	71.913	159.834
Compromissos futuros	53.205	76.712	53.205	76.712
Adiantamentos de clientes	15.683	5.897	15.683	5.897
DIP Cemig (outras contas a pagar)	1.000	1.000	-	-
Não circulante				
Fornecedores	114.774	260.380	114.774	260.380
Empréstimos e financiamentos	693.193	1.107.652	693.193	1.107.652
Contas a pagar - CCEE	239.699	71.413	239.699	71.413
Compromissos futuros	89.113	85.503	89.113	85.503
DIP Cemig (outras contas a pagar)	100.081	89.272	100.081	89.272

Demonstrações Financeiras Anuais

b) Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	Controladora			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	141	-	16.211	-
Partes relacionadas	-	8.905	-	64.936
Não circulante				
Aplicações financeiras	11.352	-	22	-
Partes relacionadas	-	68.248	-	-
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	16.472	-	19.688
Empréstimos e financiamentos	-	2.055	-	688
Adiantamentos de clientes	-	98	-	100
Partes relacionadas	-	-	-	30.486
DIP Cemig (outras contas a pagar)	-	1.000	-	1.000
Não circulante				
Fornecedores	-	56.700	-	16.638
Empréstimos e financiamentos	-	31.935	-	31.881
Debêntures privadas	-	-	-	53.756
Partes relacionadas	-	39.859	-	107
DIP Cemig (outras contas a pagar)	-	100.081	-	89.272

	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	35.730	-	144.216	-
Aplicações financeiras	36.644	-	5.145	-
Contas a receber de clientes	-	68.488	-	48.798
Compromissos futuros	89.629	-	63.415	-
Não circulante				
Aplicações financeiras	-	-	22	-
Compromissos futuros	169.991	-	213.868	-
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	107.733	-	65.404
Empréstimos e financiamentos	-	44.249	-	33.691
Contas a pagar – CCEE	-	238.842	-	159.834
Compromissos futuros	53.205	-	76.712	-
Adiantamentos de clientes	-	15.683	-	5.897
DIP Cemig (outras contas a pagar)	-	1.000	-	1.000
Não circulante				
Fornecedores	-	114.774	-	260.380
Empréstimos e financiamentos	-	693.193	-	1.110.499
Contas a pagar – CCEE	-	72.769	-	71.413
Compromissos futuros	89.113	-	85.503	-
DIP Cemig (outras contas a pagar)	-	100.081	-	89.272

Demonstrações Financeiras Anuais

c) Mensuração pelo valor justo

Os quadros a seguir demonstram a hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos do Grupo Renova:

Valor justo em 31 de dezembro de 2025				
Descrição	Saldo em 31/12/2025	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	60.690	60.690	-	-
MTM (líquido)	117.302	117.302	-	-
Valor justo em 31 de dezembro de 2024				
Descrição	Saldo em 31/12/2024	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	148.648	148.648	-	-
MTM (líquido)	115.068	115.068	-	-

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Para 31 de dezembro de 2025 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

Demonstrações Financeiras Anuais

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem entre o nível 3 e nível 2.

d) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas controladas apresentados na Nota 13, possuem como contrapartes o BNDES, Citibank, Itaú, ABC e dívidas com partes relacionadas. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas possuíam risco de mercado associado ao CDI.

e) Análise de sensibilidade (Consolidado)

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na data base de 31 de dezembro de 2025, foram adotadas as seguintes premissas:

- definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia, e que é referenciado por fonte externa independente (Cenário I);
- definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente); e
- apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e suas controladas.

Os saldos apresentados nos quadros a seguir contemplam os valores consolidados.

Risco	Operação	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - variação de 25%	Cenário III - variação de 50%
	Taxa CDI efetiva em 31 de dezembro de 2025	14,34%	14,34%	14,34%
	Taxa IPCA efetiva em 31 de dezembro de 2025	4,26%	4,26%	4,26%
Baixa do CDI	Aplicações financeiras:	60.690	60.690	60.690
	Taxa anual estimada do CDI para 2025	14,34%	10,76%	7,17%
	Perda anual nas aplicações financeiras	-	(2.172)	(4.351)
Alta do CDI	Empréstimos:	859.167	859.167	859.167
	Taxa anual estimada do CDI para 2025	14,34%	17,93%	21,51%
	Perda anual nos empréstimos e partes relacionadas	-	(30.844)	(61.602)
Queda do IPCA	MtM:	117.302	117.302	117.302
	Taxa anual estimada do IPCA para 2025	4,26%	3,20%	2,13%
	Perda anual nos compromissos futuros	-	(1.249)	(2.499)

Demonstrações Financeiras Anuais

Para as aplicações financeiras o cenário provável considera as taxas futuras da SELIC, que é base para determinação da taxa CDI, conforme expectativas obtidas junto ao Banco Central do Brasil, com horizonte de um ano, 14,34%. Os cenários II e III consideram uma redução dessa taxa em 25% (10,76% a.a.) e 50% (7,17% a.a.), respectivamente. Estas projeções também são realizadas para empréstimos e outras operações que são vinculados a taxa CDI as quais foram projetadas nos cenários II e III considerando um aumento dessa taxa em 25% (17,93% a.a.) e 50% (21,51% a.a.). Estas projeções também são realizadas para compromissos futuros de marcação ao mercado e outras operações que são vinculados a taxa IPCA, conforme expectativas obtidas junto ao Banco Central do Brasil, com horizonte de um ano 4,26%, considerando um aumento dessa taxa em 25% (3,20% a.a.) e 50% (2,13% a.a.).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

f) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e suas controladas em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia e suas controladas em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentadas na Nota 13.

A Administração da Companhia e suas controladas somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

g) Tabela do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício.

Instrumentos a taxa de juros	Consolidado				Total
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	
Classe II	37.551	6.858	109.690	569.273	723.371
Classe III	8.290	6.264	68.907	134.611	218.072
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	1.788	329	5.263	27.311	34.691
Total	47.628	13.451	183.860	731.195	976.134

Demonstrações Financeiras Anuais

h) Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de clientes.

Ativos financeiros Circulante	Nota	Valor contábil Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber de clientes	7	68.488	48.798

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela Administração. A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos seus ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural das suas atividades. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

i) Valor justo dos contratos de energia (consolidado)

Os contratos celebrados pela Renova Comercializadora visam a comercialização de energia elétrica de acordo com os requisitos das Regras de Comercialização, regulamentadas pela ANEEL, aplicáveis a todos os agentes registrados na CCEE. Essas transações são mantidas para recebimento ou entrega até a data de liquidação da operação prevista no contrato, de acordo com os requisitos contratuais de compra e venda.

Estes contratos de compromissos futuros são mensurados ao valor justo utilizando-se das melhores informações disponíveis e observáveis, sendo utilizada como melhor estimativa curva de preços *forward* calculada por empresa independente contratada pela Companhia, com atuação de referência no Setor Elétrico Brasileiro. Deste modo, o resultado da diferença entre a curva de preço do contrato e a curva de preço *forward* é contabilizado como Marcação a Mercado (MtM) do Instrumento Financeiro Derivativo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a mensuração líquida do valor justo dos contratos de compra e venda de energia, impactou positivamente o lucro bruto no montante de R\$2.234 substancialmente pela atualização da curva de preços, (no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 impactou negativamente em R\$52.493).

Demonstrações Financeiras Anuais

	Hierarquia	31/12/2025	31/12/2024
Ativos			
Circulante	Nível 1	89.629	63.415
Não circulante	Nível 1	169.991	213.868
		259.620	277.283
Passivos			
Circulante	Nível 1	(53.205)	(76.712)
Não circulante	Nível 1	(89.113)	(85.503)
		(142.318)	(162.215)
Total		117.302	115.068
		31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial		115.068	167.561
Compromissos futuros marcação a mercado		2.234	(52.493)
Saldo final		117.302	115.068
Imposto de renda e Contribuição social diferidos		(760)	17.848

j) Gestão de capital

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Dívida de empréstimos, financiamentos e partes relacionadas	(737.442)	(1.144.190)
Patrimônio líquido	1.216.034	815.951
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	72.374	149.383
	550.966	(178.856)
Dívida líquida + Patrimônio líquido		
Patrimônio líquido		
Capital social	1.216.034	815.951
Índice de alavancagem financeira - %	45%	(22%)

Os planos de recuperação judicial permitiram a celebração de acordos, repactuação das taxas de juros e alongamento dos prazos para quitação da dívida.

A Administração acredita que o cumprimento dos Planos aprovados em 18 de dezembro de 2020 fornecerá condições para a recuperação econômica e operacional das empresas do Grupo Renova.

25. Lucro (Prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado.

De acordo com o estatuto social da Companhia as ações preferenciais possuem participação nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias.

Demonstrações Financeiras Anuais

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos lucros (prejuízos) básico e diluído por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo líquido do exercício	(162.231)	(117.069)
<u>Prejuízo básico e diluído por ação:</u>		
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais disponíveis (em milhares)	372.958	372.184
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)	(0,43)	(0,31)
<u>Prejuízo diluído por ação:</u>		
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais disponíveis (em milhares)	372.958	372.184
Prejuízo diluído por ação (em R\$)	(0,43)	(0,31)

Em 30 de abril de 2025, a Renova Energia S.A. aprovou o grupamento de suas ações na proporção de 2 para 1, sem alteração no capital social. Conforme o CPC 41 – Resultado por Ação, os valores de resultado por ação foram ajustados retrospectivamente para todos os exercícios apresentados, garantindo a comparabilidade das informações.

26. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia e suas controladas mantêm seguros para determinados bens do ativo imobilizado bem como para responsabilidade civil e outras garantias contratuais, com montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2025 é como segue:

Risco de operação			
Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Fim
Riscos operacionais	5.144.000	30/06/2025	30/06/2026
Responsabilidade Civil Geral	50.000	30/11/2025	30/11/2026
Fiança bancária	3.250	09/08/2024	09/08/2026
Fiança bancária	10.529	28/02/2025	28/02/2026
Risco de administração e portfólio			
Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Fim
Seguros de responsabilidade civil geral de administradores – D&O	60.000	31/01/2026	31/01/2027
Seguro empresarial dos escritórios	6.700	07/11/2025	07/11/2026
Seguro de riscos diversos - equipamentos	915	07/11/2025	07/11/2026
Proteção de dados e responsabilidade cibernética	5.000	29/03/2024	29/04/2026
Responsabilidade Civil Obras	3.000	10/09/2024	29/04/2026
Risco de Engenharia	16.000	10/09/2024	29/04/2026

Demonstrações Financeiras Anuais

27. Transações não envolvendo caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para perda sobre investimento	9	-	4.400	-	-
Aumento de capital em controladas com capitalização de crédito de terceiros		56.251	-	536.485	-
Aumento de capital em controladas		480.234	-	-	-
Direito de uso – arrendamento	11	7.646	3.504	51.315	-
Imobilizado - capitalização da folha de pagamento	10	5.988	5.221	6.561	5.221
Efeito da conciliação imobilizado – fornecedor	12	-	-	1.134	-
Transferência para ativos mantidos para venda	10	-	-	28.578	-
Compensação de impostos a pagar com a recuperar	14	-	-	14.037	(825)
Reclassificação entre Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas e Fornecedores		-	-	-	(51.923)
Ações resgatáveis - Partes relacionadas		18.311	-	-	-
Empréstimos e financiamentos x fornecedores		-	10.948	-	10.948
Outras contas x fornecedor		-	-	45.991	-

28. Eventos Subsequentes

28.1. Recebimento de Indenização de Seguro

Em 15 de janeiro de 2026, a Companhia recebeu o valor de R\$ 15.590 referente à indenização de seguro decorrente de sinistro envolvendo uma turbina eólica, alocadas na rubrica “Outros créditos” no balanço. O valor foi pago pela seguradora conforme apólice vigente e será reconhecido contabilmente nas demonstrações do trimestre subsequente.

28.2. Pagamento parcela semestral com garantia real PRJ Classe II e III

Classe II (Garantia Real) e Extraconcursal: Em 16 de fevereiro de 2026, foi realizado o pagamento de R\$ 26 milhões, referente à parcela semestral correspondente a juros acumulados no período de 18 de agosto de 2025 a 15 de fevereiro de 2026, conforme 7º aditamento do Plano de Recuperação Judicial das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova para Classe II (Garantia Real) e extraconcursal.

Classe III Quirografários: Em 13 de fevereiro de 2026, foi realizado o pagamento de R\$ 8,9 milhões, referente à parcela semestral correspondente a juros acumulados no período de 15 de agosto de 2025 a 15 de fevereiro de 2026, conforme 5º aditivo do Plano de Recuperação Judicial das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova para Classe III quirografários.

Demonstrações Financeiras Anuais

28.3. Serviço de Exportação de Processamento de Dados

Após o encerramento do exercício, a Companhia registrou avanço relevante na operação de serviços de exportação de processamento de dados, realizada por meio de Data Center existente no Complexo Eólico Alto Sertão III, na Bahia, que entrou em operação em dezembro de 2025 e se encontra em fase final de implantação. A operação possui capacidade total prevista de 80 MW, dos quais 40 MW já se encontram em operação, em decorrência da conclusão da mobilização e do posicionamento dos módulos da fase inicial. A operação integral está prevista para ocorrer no segundo trimestre de 2026.

O serviço de exportação de processamento de dados utiliza a infraestrutura existente no Complexo Eólico Alto Sertão III, na Bahia, por meio de Data Center. A iniciativa contempla a disponibilização de infraestrutura digital completa para processamento de dados, conectando a carga diretamente à subestação do complexo.

Essa configuração possibilita que o Data Center opere como uma “bateria acoplada à geração”, contribuindo para a mitigação do *curtailment* e para o uso mais eficiente da energia produzida, sem demandar investimentos significativos em novas conexões ou reforços de rede. A evolução registrada no período subsequente reforça o compromisso da Companhia com soluções inovadoras e com a otimização de sua matriz operacional.

28.4. Alienação de Participação Relevante

Em 3 de março de 2026, a Companhia recebeu comunicação do AP Energias Renováveis FIP Multiestratégia informando a redução de sua participação acionária, passando a deter 10,34% das ações ordinárias e 54,60% das ações preferenciais, equivalentes a 17,74% do capital total. Segundo o comunicado, a alteração não tem por objetivo a mudança do controle acionário nem da estrutura administrativa da Companhia.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras contidas neste Relatório e com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes - BDO RCS Auditores Independente.

São Paulo, 31 de março de 2026.

Sergio Ros Brasil Pinto
Diretor Presidente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras contidas neste Relatório e com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes - RSM Auditores Independente.

São Paulo, 31 de março de 2026.

Sergio Ros Brasil Pinto
Diretor Presidente